



II. RELATÓRIO DE GESTÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica



RELATÓRIO DE GESTÃO

(Orçamentário e Financeiro)

EXERCÍCIO 2007

Endereço:

Secretaria de Educação Básica

Esplanada dos Ministérios – Bloco “L” – Sala 500

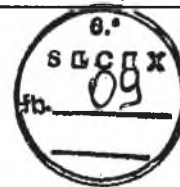
CEP: 70047-900 – Brasília/DF

www.mec.gov.br

SUMÁRIO



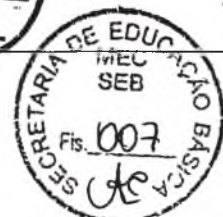
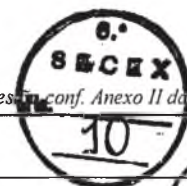
1. Identificação.....	3
1.1. Organograma	6
1.2. Quadro e gráfico da força de trabalho da Secretaria.....	7
1.3. Dirigentes.....	8
2. Responsabilidades Institucionais.....	9
2.1. Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas.....	9
3. Estratégia de atuação.....	11
4. Gestão de programas e ações.....	13
4.1. Programas/Ações Executados Diretamente pela SEB.....	13
4.1.1. Programa 0154 Direitos Humanos, Direitos de Todos.....	13
4.1.2. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação.....	16
4.1.3. Programa 1072 – Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica....	18
4.1.4. Programa 1378 – Desenvolvimento do Ensino Médio.....	33
4.2. Programas/Ações apoiados pela SEB.....	35
4.2.1. Programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.....	35
4.2.2. Programa 1061 – Brasil Escolarizado.....	37
4.2.3. Programa 1065 – Desenvolvimento da Educação Infantil.....	46
4.2.4. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação.....	53
4.2.5. Programa 1072 – Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica....	65
4.2.6. Programa 1376 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental.....	89
4.2.7. Programa 1378 – Desenvolvimento do Ensino Médio.....	96
4.3. Siglas.....	105
5. Desempenho operacional.....	107
6. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal.....	108
7. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007).....	110
7.1 – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	111
7.2 – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	113
7.3 – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).....	117
7.4 – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	120
7.5 – Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).....	128
7.6 – Demonstrativo de fluxo financeiro de projetos/programas financiados com recurso externo.....	134
7.7 – Atos de admissão e desligamento, concessão de aposentadoria, reforma e pensão.....	136



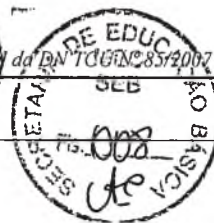
1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Educação Básica – SEB
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo Federal – Código 101-5
Vinculação ministerial	Órgão específico singular do Ministério da Educação
Normativos de criação	Decreto nº 5.159 de 28 de julho de 2004.
Definição de competências	<p>Conforme preceitua o Decreto nº 5.159 de 28 de julho de 2004, em sua Seção II, Art. 8º, compete a SEB:</p> <p>I. planejar, orientar e coordenar, em âmbito nacional, o processo de formulação de políticas para a educação infantil, o ensino fundamental e para o ensino médio;</p> <p>II. propor e fomentar a implementação das políticas, por meio de cooperação técnica e financeira, junto às Unidades da Federação, em regime de colaboração e gestão democrática, para garantir a igualdade de condições de oferta de ensino e a permanência do aluno na escola;</p> <p>III. desenvolver ações visando à melhoria da qualidade da aprendizagem na área da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e tendo a escola como foco principal de atuação;</p> <p>IV. desenvolver ações objetivando a garantia de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e o alcance de ações da qualidade social da educação básica;</p> <p>V. incentivar a melhoria do padrão da qualidade da educação básica em todos os seus níveis, na perspectiva do direito, da inclusão social e da valorização dos profissionais da educação;</p> <p>VI. zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais relativos à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio;</p> <p>VII. desenvolver ações em parceria com outros órgãos que concorram para o cumprimento das competências da Secretaria; e</p> <p>apoiar e acompanhar a execução de acordos e convênios firmados com órgãos nacionais e internacionais, em seu âmbito de atuação.</p>

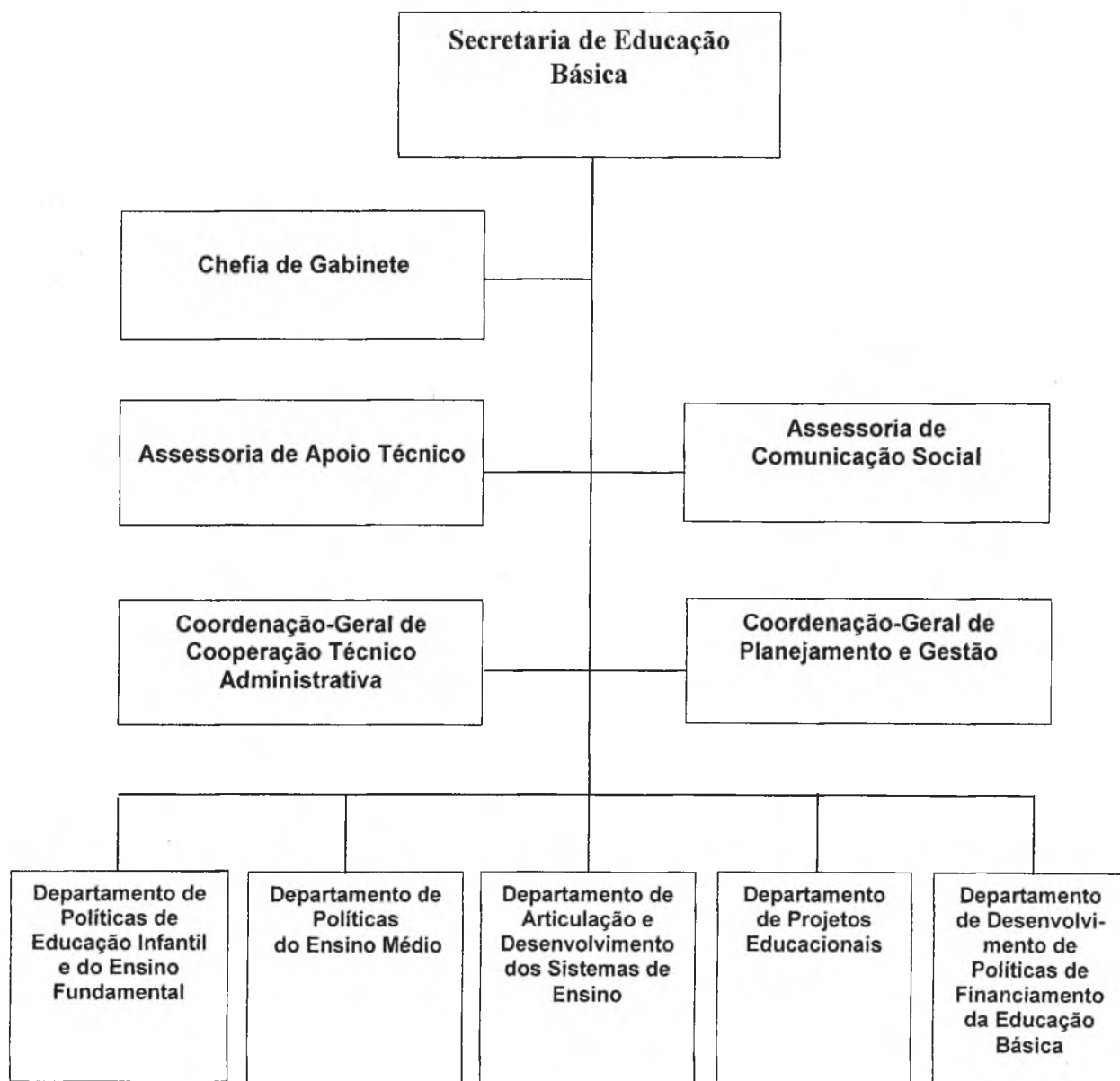


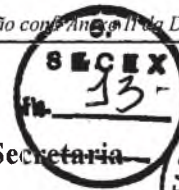
Estrutura organizacional	<p>A Secretaria de Educação Básica - SEB tem a seguinte estrutura:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Gabinete - GAB <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Assessoria de Apoio Técnico - ASTEC 1.2. Assessoria de Comunicação Social - ASCOM 1.3. Divisão de Informática - DINF 1.4. Divisão de Protocolo e Expediente - DIPE 1.5. Coordenação-Geral de Cooperação Técnico Administrativa - CGCTA <ol style="list-style-type: none"> 1.5.1. Divisão de Acompanhamento a Projetos Especiais - DAPE 1.5.2. Divisão Administrativa - DA 1.5.3. Serviço de Apoio à Gestão de Pessoas - SAGP 1.5.4. Serviço de Documentação e Expedição de Publicações - SEDEP 1.6. Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão - CGPG <ol style="list-style-type: none"> 1.6.1. Divisão de Orçamento, Planejamento e Finanças - DIOF 1.6.2. Divisão de Acompanhamento de Convênios e de Prestação de Contas - DICOP 2. Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental - DPE <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Coordenação-Geral do Ensino Fundamental - COEF <ol style="list-style-type: none"> 2.1.1. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação - COAA <ol style="list-style-type: none"> 2.1.1.1. Divisão de Currículo e Avaliação - DCA 2.1.1.2. Serviço de Apoio às Ações Pedagógicas Curriculares e Avaliativas - SEAPCA 2.2. Coordenação-Geral da Política de Formação - COPFOR <ol style="list-style-type: none"> 2.2.1. Serviço de Acompanhamento aos Programas de Valorização dos Trabalhadores da Educação Básica - SATEB 2.2.2. Serviço de Acompanhamento aos Programas de Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica - SAMEB 2.2.3. Serviço de Acompanhamento aos Programas de Formação dos Funcionários de Escola - SAFE 2.3. Coordenação-Geral da Educação Infantil - COEDI <ol style="list-style-type: none"> 2.3.1. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação - CAAEI <ol style="list-style-type: none"> 2.3.1.1. Divisão de Ação Pedagógica e Acompanhamento aos Sistemas de Ensino - DAPASE 2.3.2. Serviço de Apoio Técnico-Pedagógico - SATEP 2.4. Coordenação-Geral de Estudos e Avaliação de Materiais - COGEAM <ol style="list-style-type: none"> 2.4.1. Coordenação de Avaliação de Materiais Didáticos e Pedagógicos - COMDIPE 3. Departamento de Política de Ensino Médio - DEPEM <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Coordenação-Geral de Política de Ensino Médio - CGPEM <ol style="list-style-type: none"> 3.1.1. Divisão de Implementação da Política Nacional - DPN 3.2. Coordenação-Geral de Assessoria aos Sistemas de Ensino - CGASE <ol style="list-style-type: none"> 3.2.1. Divisão de Apoio e Articulação às Unidades Federadas - DAA 4. Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino - DASE <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Assessoria Técnica Administrativa - ASTECA 4.2. Coordenação-Geral de Monitorização de Planos, Programas e Projetos Educacionais - COGEPE <ol style="list-style-type: none"> 4.2.1. Divisão de Planejamento - DPLAN 4.2.2. Divisão de Legislação e Orçamento - DILO 4.2.3. Divisão de Análise e Acompanhamento - DAAC 4.2.4. Divisão de Análise de Dados Educacionais - DADE 4.3. Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino - CAFISE <ol style="list-style-type: none"> 4.3.1. Divisão de Gestão Democrática dos Sistemas de Ensino - DGDS 4.3.2. Divisão de Gestão Democrática nas Escolas - DGDE 4.3.3. Divisão de Planejamento Participativo - DPP 4.3.4. Divisão de Organização Gerencial - DOG 5. Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB <ol style="list-style-type: none"> 5.1. Serviço de Apoio Administrativo - SAAD 5.2. Coordenação-Geral de Acompanhamento de Políticas de Financiamento - CGAF <ol style="list-style-type: none"> 5.2.1. Coordenação de Apoio Técnico - COATEC 5.2.2. Coordenação de Apoio à Implementação - COAPI 6. Departamento de Projetos Educacionais - DPR <ol style="list-style-type: none"> 6.1. Serviço de Apoio à Direção - SAD 6.2. Serviço de Apoio Administrativo - SAAD 6.3. Coordenação-Geral de Apoio a Projetos - CGAP 6.4. Coordenação de Apoio Técnico - COATEC 6.5. Coordenação de Acompanhamento de Projetos - CAP
---------------------------------	--



Respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Não houve publicação do Regimento Interno no D.O.U.	
CNPJ	00.394.445/0124-52	
Nome e código no SIAFI	Nome do órgão utilizado no Siafi: Secretaria de Educação Básica. Código do órgão utilizado no Siafi: 26801. Código da Gestão utilizado no Siafi: 00001 – Tesouro Nacional.	
Código da UJ titular do relatório	150019	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Ed. Sede, 5º andar, Sala 500 – Gabinete, CEP: 70.047-900. Telefone(s): (61) 2104-8612 / 8613 / 8617, FAX: (61) 2104-9269.	
Endereço da página institucional na internet	http://portal.mec.gov.br/seb	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	12 - Educação	
Tipo de atividade	Prioritariamente na formulação, implementação e coordenação das políticas e da formação de recursos humanos para a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino fundamental e Ensino Médio).	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI Nome Código	Nome: Secretaria de Educação Básica	Código: 150019

1.1. Organograma

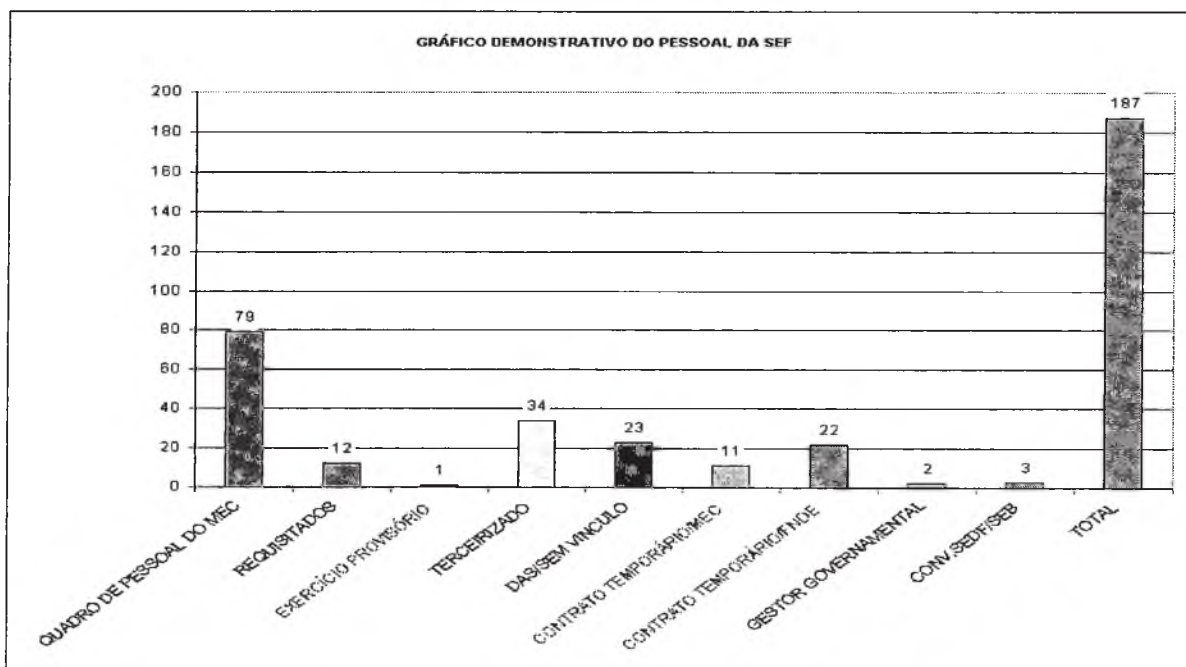




1.2. Quadro e Gráfico da Força De Trabalho da Secretaria

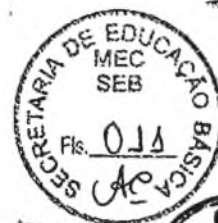
Posição: 31/12/2007

CATEGORIA FUNCIONAL	NÚMERO
Quadro de Pessoal do Mec	79
Requisitados	12
Exercício Provisório	1
Terceirizado	34
DAS/Sem Vinculo	23
Contrato Temporário/Mec	11
Contrato Temporário/Fnde	22
Gestor Governamental	2
Conv.Sedf/Seb	3
TOTAL	187



1.3. DIRIGENTES

Secretária: **Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva**
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º Andar - Sala 500 - Gabinete
Brasília - DF
CEP: 70.047-900
Telefone(s): (61) 2104-8612/8613/8617
FAX: (61) 2104-9269
Chefe de Gabinete: **Godiva de Vasconcelos Pinto**
Telefone(s): (61) 2104-8612/8613
FAX: (61) 2104-9269



Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Diretora: Jeanete Beauchamp
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 6º Andar - Sala 619
Brasília - DF
CEP: 70.047-900
Telefone: (61) 2104-8641

Departamento de Políticas de Ensino Médio

Diretora: Lucia Helena Lodi
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 4º Andar - Sala 425
Brasília - DF
CEP: 70.047-900
Telefone: (61) 2104-8010

Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

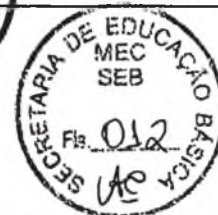
Diretor: Horácio Francisco dos Reis Filho
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º Andar - Sala 527
Brasília - DF
CEP: 70.047-900
Telefone: (61) 2104-8623

Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica/ Defineb

Diretor – Paulo Egon Wiederkehr
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º Andar - Sala 517
Brasília - DF
CEP: 70.047-900
Telefone: (61) 2104-8634

Departamento de Projetos Educacionais

Diretor - Armando Amorim Simões
SDS - Bloco A - Lote 44 - Edifício Boulevard Center - Salas 521 a 524 (Conic), Brasília – DF -
CEP: 70.391-900
Telefone: (61) 224 9112 / 226 2682 / 225 9874



2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

Nos últimos anos, o Brasil universalizou a oferta de ensino fundamental. Grandes avanços também estão sendo feitos para a universalização da oferta de educação infantil e de ensino médio. Hoje, o maior desafio para a educação no Brasil passa a ser a qualidade do ensino, que traz como imperativa a tarefa de conciliar o acesso com a aprendizagem de todos os alunos, assegurando o direito de aprender a todos e a cada um.

A implantação do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a partir de janeiro de 2007, ampliou de maneira significativa o aporte de recursos para a Educação Básica. Esses recursos estão sendo utilizados para a ampliação do atendimento na educação infantil e no ensino médio. No entanto, para melhorar a qualidade da educação recursos financeiros não são suficientes. É necessário também assegurar apoio técnico aos sistemas de ensino na implementação de ações estratégicas, tarefa que, dentro do cenário atual da Política Educacional brasileira, incumbe a Secretaria de Educação Básica - SEB.

A SEB tem por atribuições conceber e coordenar ações de apoio à educação básica. Sua atuação é orientada para assegurar o cumprimento dos dispositivos legais relativos à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio, por meio do desenvolvimento de ações efetivas que garantam o acesso e a permanência na escola com qualidade, entre as quais a Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação e de Democratização da Gestão Educacional, implementadas por meio de ações de formação inicial e continuada de professores da educação infantil, ensino fundamental e do ensino médio, de gestores e funcionários da Educação Básica, da assistência técnica, da produção e disseminação de materiais didáticos e periódicos de qualidade que assegurem a informação e o aprimoramento desses profissionais nos exercício de suas funções.

Nesse sentido, a SEB é responsável diretamente pela execução de ações integrantes dos Programas: 1067 – Gestão da Política de Educação; 1378 – Desenvolvimento do Ensino Médio; 1072 – Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica. Também executou, excepcionalmente, parte de uma ação integrante do Programa 0154 – Direitos Humanos, Direitos de Todos.

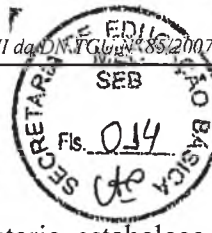
Indiretamente a SEB participa como unidade administrativa responsável ou como papel de articuladora, coordenadora e formuladora de políticas para a educação infantil, o ensino fundamental e para o ensino médio, em estreita articulação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, de definições de ações dos Programas: 1061 – Brasil Escolarizado; 1065 – Desenvolvimento da Educação Infantil; 1376 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental, bem como dos Programas: 1378 – Desenvolvimento do Ensino Médio; 1072 – Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica.

Em 2007, a SEB deu continuidade à execução físico-financeira de parte das ações sob sua responsabilidade, notadamente aquelas relacionadas à formação de professores e demais profissionais da Educação, ao fortalecimento e democratização da gestão, e à produção e distribuição de materiais de suporte didático-pedagógico. Ao longo do ano de 2007, a Secretaria movimentou R\$ 8.348.720,27 (oito milhões, trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e vinte reais e vinte e sete centavos) em recursos financeiros. O maior peso de sua atuação nesse ano de

2007, no entanto, foi indiscutivelmente direcionada à reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR, em cujas fases de concepção, estruturação, acompanhamento, análise e atendimento, a SEB teve um papel central, que mobilizou grande parte de sua estrutura e recursos humanos.

A execução das ações pela Secretaria de Educação Básica, em 2007, pode ser considerada atípica, uma vez que, em virtude do trabalho com os PAR e da necessidade reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria, para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, optou-se pela não execução de um conjunto de ações, que conseqüentemente tiveram seus recursos previstos parcial ou totalmente cancelados, o que comprometeu sobremaneira o atingimento das metas físicas e financeiras programadas. Parte destes recursos foi justamente remanejado para o atendimento aos PAR de municípios e estados que firmaram convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC ainda em 2007. Em dezembro desse ano, 39 convênios já haviam sido formados com 32 municípios, tendo sido repassado o valor de R\$ 77.277.359,34. A expectativa do Ministério da Educação é firmar termos de cooperação com mil municípios prioritários até meados de abril de 2008, quando serão distribuídos às secretarias e outros órgãos as demandas apresentadas no PAR. A partir daí a atuação da SEB na implantação/implementação das ações tenderá a se normalizar.





3. Estratégia de atuação

Na execução das ações que a SEB tem sob sua responsabilidade, a Secretaria estabelece acordos e convênios com inúmeros parceiros e órgãos nacionais, notadamente a UNDIME, CONSED, UNCME, e internacionais PNUD, UNESCO, UNICEF, OEI, que fortalecem e qualificam sua atuação. A Secretaria também se apóia fortemente em experientes e competentes parcerias com universidades e seus respectivos centros de pesquisa e formação que, atuando de forma descentralizada, contribuem para qualificar, expandir e autonomizar as ações locais. No entanto, são as 27 Unidades Federadas e os 5.564 Municípios brasileiros que, por meio das suas redes, atuando em regime de colaboração, e apoiadas pelos recursos oriundos das transferências, permitem ao MEC exercer o seu papel de articulador e coordenador da política educacional nacional.

Foi justamente considerando a função estratégica do regime de colaboração que o Ministério da Educação está empenhado em consolidar o movimento de mobilização "Compromisso Todos pela Educação", que constitui a principal ação do PDE. O Compromisso prevê a atuação conjunta de todos os níveis de governo: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração para melhoria da aprendizagem dos alunos e do desempenho dos sistemas de ensino. Ao lançar o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, no início de 2007, o Ministro Fernando Haddad, apresentou medidas concretas para o fortalecimento da educação básica. A partir do PDE, O MEC, no seu papel de indutor de políticas públicas na área educacional, vem atuando em duas frentes. De um lado, elaborou e está dando ampla divulgação ao IDEB, um índice comparável nacionalmente que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil e Saeb) com informações sobre o rendimento escolar do Censo Escolar da Educação Básica (aprovação, reprovação e abandono). O IDEB introduz um elemento inovador à política educacional brasileira: a avaliação e o estabelecimento de metas de qualidade como instrumento de gestão. Ao realizar avaliações periódicas, o objetivo do MEC não é o de criar um, "ranking" de competição entre as escolas e entre os municípios. Por meio da projeção de metas bienais, o objetivo do Ministério é traçar uma radiografia da situação da qualidade da educação em âmbito nacional e projetar metas de qualidade a serem alcançadas pelas escolas nos próximos anos. São metas de qualidade de médio e longo prazos para que as escolas possam adotar progressivamente medidas para melhoria da qualidade. O mesmo vale para que os governos formulem políticas mais adequadas, de longo prazo e, sobretudo, contínuas, para a melhoria da qualidade da educação ofertada nas suas redes de ensino.

A partir de 2007, todas as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do PAR. O PAR é o novo instrumento para o estabelecimento de convênio entre os entes federados e o MEC. Ele é plurianual, com vigência de quatro anos, e substitui os antigos PTA - Planos de Trabalho Anuais. É importante salientar que o PAR constitui um divisor de águas no cenário da Política Educacional Brasileira. O MEC espera que o PAR, por ser um instrumento plurianual, possa fomentar uma cultura de continuidade das políticas públicas locais e nacionais, para além da vigência dos mandatos políticos.

Para a elaboração do PAR, o MEC está identificando os municípios de IDEB mais baixo, que recebem orientação direta de consultores disponibilizados pelo Ministério. Desse modo, o MEC inverte a lógica do modelo de transferências voluntárias vigente até então. Em vez de aguardar as demandas de assistência financeira por parte das redes públicas de ensino, mecanismo que acabava por beneficiar os sistemas de ensino com melhor capacidade técnica e contribuía para cristalizar as disparidades historicamente existentes, o Ministério passa agora a identificar e acompanhar as redes de ensino mais frágeis para apoiá-las técnica e

financeiramente na elaboração de seus programas de melhoria da qualidade do ensino. É o regime de colaboração sendo construído na prática.

Por outro lado, o MEC iniciou uma grande mobilização com secretários de educação de estados e municípios, por meio das Caravanas da Educação e pela formação de um grupo de trabalho com capitais e grandes cidades, para que façam a adesão ao Compromisso Todos pela Educação. Como consequência desse movimento, os sistemas de ensino vêm aderindo ao Compromisso, realizando seu diagnóstico local da educação, definindo suas prioridades e elaborando seu PAR, cuja implementação será apoiada técnica e financeiramente pelo Ministério. O PDE já conta hoje com a adesão de 25 Estados (incluído Distrito Federal) e 90% dos Municípios. O Ministério da Educação está se empenhando para agilizar a análise dos PAR, firmar termos de cooperação e conveniar com esses municípios e iniciar a implementação das ações que demandam apoio técnico e financeiro do MEC.



4. Gestão de programas e ações



4.1. Programas/ações executados diretamente pela SEB

A Secretaria de Educação Básica é responsável diretamente pela execução de ações integrantes dos Programas:

- 0154 – Direitos Humanos, Direitos de Todos;
- 1067 – Gestão da Política de Educação;
- 1072 – Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; e
- 1378 – Desenvolvimento do Ensino Médio;

4.1.1. Programa 0154 – DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS

4.1.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Construir capacidades institucionais e individuais de intervenção com vistas à promoção, garantia e defesa dos direitos humanos.
Gerente do programa	
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos - Taxa de Evolução do Atendimento dos Bolções de Direito (Fornecimento de Doc. Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita).
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade.

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

Este Programa é de responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Parte da ação (0895), integrante desse Programa, foi de execução compartilhada com a SEB, conforme segue:

SEB (UO)

- 0895 – Apoio à Capacitação em Direitos Humanos.

4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. Ação 0895 – Apoio à Capacitação em Direitos Humanos

4.1.1.3.1.1. Dados gerais

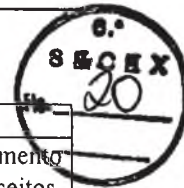


Tabela 3 – Dados gerais da ação

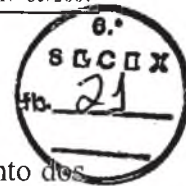
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Capacitar grupos de profissionais e de representantes do movimento social que se destacam pela possibilidade de aplicação dos conceitos, princípios e valores de direitos humanos no exercício cotidiano de suas funções ou pela habilidade de que já dispõem para multiplicar os conhecimentos adquiridos, visando a que contribuam para a construção de uma cultura de paz, de tolerância e de valorização à diversidade.
Descrição	Esta ação será o principal instrumento da política de educação em direitos humanos. Sua execução envolve: 1. a definição de diretrizes gerais, princípios e currículos para a capacitação em direitos humanos de grupos de profissionais relacionados com a promoção e defesa dos direitos humanos (professores, defensores públicos, membros do Ministério Público, magistrados, agentes de segurança pública, entre outros) ou de representantes do movimento social; 2. a realização de cursos de capacitação para a organização de grupo de multiplicadores de direitos humanos de todas as UFs; 3. realização de cursos de capacitação sobre temas específicos de direitos humanos, com o intuito de habilitar um grupo de especialistas nessas temáticas tendo em vista a defesa de direitos de grupos sociais determinados (como homossexuais e idosos) e de combate a violação de outros direitos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Unidades executoras	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos / Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Erasto Fortes Mendonça
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Em consonância com o Plano Nacional de Educação – PNE e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, estabelece no seu eixo de atuação para a Educação Básica que a educação em direitos humanos deve ocorrer na comunidade escolar em interação com a comunidade local.

Assim, faz-se necessário a conjugação de esforços direcionados para o fortalecimento dos Conselhos Escolares e Conselhos de Educação, como forma de garantir a efetiva participação das comunidades escolar e local na gestão das escolas e da sociedade civil no acompanhamento das políticas educacionais, bem como incentivar e promover uma cultura de direitos humanos baseada no respeito à diversidade, na formação da cidadania ativa e na perspectiva da tolerância e da solidariedade.

Dessa forma, a relevância dessa ação no cenário educacional está relacionada a conjugação de esforços direcionados para o fortalecimento dos Conselhos Escolares e Conselhos de Educação, como forma de garantir a efetiva participação das comunidades escolar e local na gestão das escolas e da sociedade civil no acompanhamento das políticas educacionais, bem como incentivar e promover uma cultura de direitos humanos baseada no respeito à diversidade, na formação da cidadania ativa e na perspectiva da tolerância e da solidariedade.





4.1.1.3.1.2. Resultados

Parte dessa ação foi prevista para impressão gráfica de publicações para o Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Tabela 4 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)* ¹
			360.000,00

*¹ Refere-se exclusivamente a parte da ação executada pela SEB.





4.1.2. Programa 1067 – GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

4.1.2.1. Dados gerais

Tabela 5 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
Gerente do programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Gerente executivo	Leo Kessel
Indicadores ou parâmetros utilizados	-
Público-alvo (beneficiários)	Governo

O Programa, ao se impor o objetivo a coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação, tem como meta ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população promovendo o acesso universal à educação.

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

O gerenciamento deste Programa não é realizado pela SEB que, no entanto, tem sob sua responsabilidade a execução da ação:

SEB (UA e UO)

- 8373 – Gerenciamento das Políticas da Educação Básica

4.1.2.3. Gestão das ações

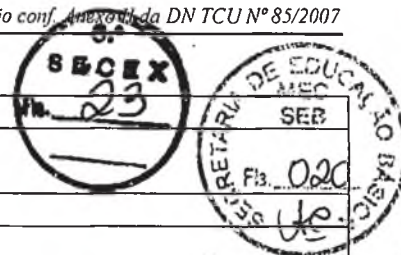
4.1.2.3.1. Ação 8373 – Gerenciamento das Políticas da Educação Básica

4.1.2.3.1.1. Dados gerais

Tabela 6 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Dar suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes a Educação Básica, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à Política Nacional de Educação Básica.
Descrição	Suporte técnico-administrativo às ações-fim desenvolvidas pela SEB, envolvendo desde assessoria no desenvolvimento de planos educacionais e acompanhamento técnico até a avaliação e controle das ações implementadas no âmbito da Educação Básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB

Unidades executoras	SEB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Gabinete da SEB
Coordenador nacional da ação	Godiva de Vasconcelos Pinto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há



A ação tem a finalidade de garantir a manutenção da Secretaria de Educação Básica - SEB, por meio de suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes ao Ensino Infantil, Fundamental e Médio, no âmbito de atuação da SEB, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de educação básica.

Quadro 1- Principais itens de despesa da Ação 8373 – execução 2007

ITEM DE DESPESA	VALOR (EM R\$)
Diárias Para Servidor	192.068,99
Diárias Para Colaborador	63.690,78
Passagem Aérea	448.987,64
Cartão De Crédito Do Gov. Federal	3.358,19
Imprensa Nacional - Funin	37.410,32
Ressarcimento	4.369,82
Despesas De Exerc. Anteriores	11.039,34
Periódicos	2.928,50
Contratos	96.084,85
Unesco	656.056,40
Total	1.515.994,83

4.1.2.3.1.2. Resultados

No período foram realizadas despesas relativas a pagamentos da imprensa nacional, diárias, passagens aéreas para servidores e colaboradores, retenção de impostos e pagamento do cartão de crédito para suporte técnico e/ou administrativo às ações-fim desenvolvidas pela SEB. Também foi realizada transferência, no valor de R\$ 656.056,40 (seiscentos e cinquenta e seis mil, cinquenta e seis reais e quarenta centavos) para o Prodoc UNESCO 914BRA 1095 - Educação e Aprendizagem, tendo em vista a execução de atividades previstas no referido Projeto.

Tabela 7 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física* ¹	Financeira (Em R\$)	Física* ¹	Financeira (Em R\$)* ²
-	2.896.322,00	-	1.515.994,83

*¹ Trata-se de tipo de ação atividade que não possui alocação física, por estar, neste caso, associada à manutenção do órgão/Gestão de Política Pública.

Obs: Dotação inicial: R\$ 3.861.322,00

Dotação (Lei + crédito) R\$ 2.896.322,00

Empenhado: R\$ 2.106.998,20

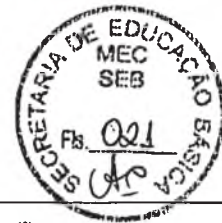
Liquidado R\$ 2.106.998,20

Pago R\$ 2.070.876,53 *²

*² Além do recurso correspondente ao valor de R\$ 1.515.994,83, realizado contabilmente na SEB, ocorreram pagamentos de salários (CTU) e do recurso correspondente a descentralização para a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro/MTE), para continuidade do estudo sobre as Condições de Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica.



4.1.3 Programa 1072 – VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA



4.1.3.1. Dados gerais

Tabela-8 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Oferecer oportunidades de capacitação e formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da Educação Básica, associadas a planos de carreira, cargos e salários, e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho.
Gerente do programa	Maria do Pilar Lacerda Almeida E Silva
Gerente executivo	Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando na Pré-Escola - Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série - Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série - Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Médio - Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando em Creche.
Público-alvo (beneficiários)	Professores de todos os níveis de ensino da educação Básica e pessoal de apoio das escolas

O programa foi implantado em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins e Instituições Federais de Ensino, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública. As ações intersetoriais obedeceram às diretrizes comuns a serem estabelecidas entre as secretarias e órgãos do MEC envolvidos. As ações multissetoriais com entidades públicas, privadas e do terceiro setor foram desencadeadas de forma a agregar objetivos comuns, para melhorar o aproveitamento dos créditos orçamentários e projetos similares (economia de meios para fins idênticos). As ações que decorrem do Programa poderão ser implementadas utilizando-se recursos internos e externos. Poderão ser utilizados, também, instrumentos de contratos de financiamento com organismos internacionais e convênios com as Unidades Federadas e com as organizações da sociedade civil, além das transferências legais.

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

Este Programa é de responsabilidade da SEB, sendo que a execução do conjunto de suas ações é de responsabilidade compartilhada entre a SEB e o FNDE. As principais ações do Programa com execução pela SEB são:

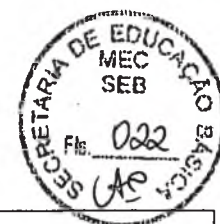
SEB (UA e UO):

- 8007 – Fomento à Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental
- 6333 – Fortalecimento da Política Nacional e da Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

4.1.3.3. Gestão das ações



4.1.3.3.1. Ação 8007 - Fomento à Rede de Pesquisas e Desenvolvimento da Educação Infantil e do ensino Fundamental



4.1.3.3.1.1. Dados gerais

Tabela 9 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Atender institucionalmente a demanda de formação continuada e induzir os sistemas a criar condições de trabalho que favoreçam a reflexão coletiva.
Descrição	<p>Apoio a implantação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professor, por meio de centros de pesquisa e estudos aplicados sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental para o desenvolvimento de produtos e serviços voltados para o setor educacional público, nas áreas específicas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - alfabetização e letramento; - educação matemática e científica; - ensino das ciências humanas; - artes e educação física; - tecnologias de gestão e avaliação da educação. <p>Os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento de Ensino Fundamental serão selecionados em bases competitivas, por meio da apresentação de propostas pelas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Os contratos financiarão o desenvolvimento inicial dos produtos, estimulando-se os centros de pesquisa e desenvolvimento a construir novos e permanentes compromissos com os poderes públicos mantenedores das redes de Ensino Fundamental, assim como a associação com instituições de ensino atuantes na área de formação de professores e empresas. Os centros de pesquisa e desenvolvimento serão apoiados para desenvolver produtos e serviços tendo em vista um mercado de natureza eminentemente pública, competindo-lhes construir os mecanismos de comunicação e de negociação dos termos de contratação com os usuários.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	SEB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COPFOR/SEB
Coordenador nacional da ação	Roberta de Oliveira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Universidades parceiras

4.1.3.3.1.2. Resultados

A ação Fomento a Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (8007) apresentou execução física de 86% da meta prevista, com execução financeira de aproximadamente 50% valor pago. Foram beneficiados 17.160 profissionais da área de educação nos quais foram gastos aproximadamente R\$ 4 milhões.

Esta ação viabiliza a execução por meio de transferências voluntárias de recursos de parte de dois importantes programas em desenvolvimento pela SEB:

A - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica;

B - Programa Pró-Letramento

**Tabela 10 – Metas e resultados da ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
20.000	10.000.000,00	17.160	4.278.266,00

Produto: Profissional beneficiado

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial: R\$ 13.000.000,00

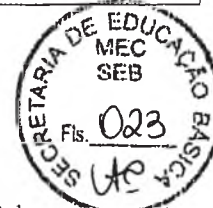
Dotação (Lei + Créditos): R\$ 10.000.0000,00

Empenhado: R\$ 9.602.743,29

Liquidado: R\$ 9.602.743,29

Pago R\$ 8.533.458,65*¹

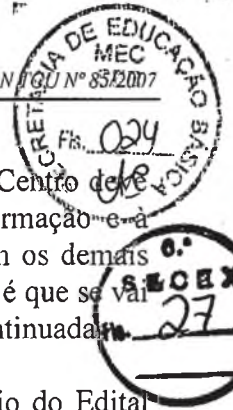
*¹ Além do recurso correspondente ao valor de R\$ 4.278.266,00, realizado contabilmente na SEB, houve pagamentos de recursos correspondentes a descentralizações para IFES parceiras nos “programas” denominados Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica e Pró-Letramento.

**A) Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica**

Constituída em julho de 2004, a Rede surgiu como resposta à necessidade de articular a pesquisa, a produção acadêmica à formação dos educadores, processo que não se completa por ocasião do término de seus estudos em cursos superiores. Coube ao Ministério da Educação a iniciativa de estabelecer este vínculo, visando interromper um hiato que se formara entre segmentos de Educação: a Educação Superior e a Educação Básica. Desta parceria resultou a realização de diversos cursos e a produção de múltiplos materiais destinados aos educadores em salas de aula do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. A Rede é formada pelo MEC, Sistemas de Ensino e os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, que são parceiros no desenvolvimento e oferta de programas de formação continuada, bem como na implementação de novas tecnologias de ensino e gestão em unidades escolares e sistemas estaduais e municipais de ensino. Tendo como público alvo professores de Educação Básica em exercício, diretores de escolas, equipe gestora e dirigentes dos sistemas públicos de educação, seu objetivo é, portanto, contribuir com os sistemas de ensino e, particularmente, com a formação dos professores como sujeitos do processo educativo. Tal compreensão, pautada em uma concepção de formação de professores, inicial e continuada, que contemple a tematização de saberes e práticas num contexto de desenvolvimento profissional permanente, implica em considerar os estudantes como sujeitos nesse processo.

A implementação do programa se efetiva por meio da celebração de convênios com universidades selecionadas nos termos do Edital 01/2003 SEIF/MEC. A execução é gerenciada pelo MEC e acompanhada, em cada Centro, por um comitê gestor, constituído por três membros: o coordenador do Centro, um representante da universidade indicado pelo reitor e um representante da SEB. São realizadas visitas técnicas para orientações e acompanhamento da execução do PTA e estabelecidos acordos de cooperação, por meio de convênios, contratos, que aumenta o alcance dos programas desenvolvidos pelos Centros. A Rede Nacional de Formação Continuada é constituída por 19 Universidades públicas e comunitárias que são constituídas por Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação. São cinco as áreas prioritárias de formação estabelecidas:

- Alfabetização e Linguagem
- Educação Matemática e Científica
- Ensino de Ciências Humanas e Sociais
- Artes e Educação Física
- Gestão e Avaliação da Educação



Embora organizados por áreas de formação e sediados em regiões diversas, cada Centro deve consolidar a sua ação visando atender à demanda nacional em sua área de formação e à demanda da diversidade das áreas em sua região, criando formas de relação com os demais Centros e com outras Instituições de Ensino Superior. Nessa malha de articulações é que se vai tecendo a capilaridade que o MEC/SEB espera da Rede Nacional de Formação Continuada.

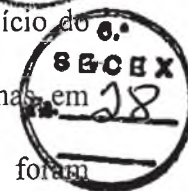
A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores foi instituída por meio do Edital 001/2003, mas só foi efetivada em 2005, quando teve início a constituição de Centros de Formação docente em cada Universidade, já que a maioria não contava com esta estrutura. O ano de 2005 e boa parte de 2006 foram dedicados à constituição de equipes formadoras, elaboração de cursos e materiais. A possibilidade de contarmos com diversas instituições, umas com mais, outras com menos experiências na formação de professores permitiu um crescimento grupal feito por meio de reuniões setoriais e por seminários anuais promovidos pelo MEC. O maior desafio da Rede foi "convencer" os sistemas de ensino a trabalharem diretamente com as Universidades. Havia uma resistência inicial por considerarem a universidade distante das escolas e da realidade enfrentada pelos professores. Ao longo do tempo, e com algumas parcerias sendo realizadas, a procura pelos cursos e materiais disponibilizados pelas universidades que integram a Rede cresceram. O valor desembolsado para esta ação foi de R\$ 4.278.266,00. Neste montante estavam descritas quatro ações que deveriam ser desenvolvidas:

- Desenvolvimento de programas e cursos de formação continuada de professores e gestores para as redes de educação infantil e fundamental, à distância e semipresenciais, incluindo a elaboração de material didático para a formação docente (livros, vídeos, softwares);
- Desenvolvimento de projetos de formação de tutores para os programas e cursos de formação continuada;
- Desenvolvimento de tecnologia educacional para o ensino fundamental e a gestão de redes e unidades de educação pública;
- Associação a instituições de ensino superior e outras organizações para a oferta de programas de formação continuada e a implementação de novas tecnologias de ensino e gestão em unidades e redes de ensino.

Hoje, ao final dos prazos de vigência dos convênios, é possível identificar os seguintes aspectos positivos e negativos desse modelo:

Aspectos positivos:

- A criação dos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação e a sua institucionalização dentro de cada uma das universidades parceiras;
- A grande aproximação das universidades com os sistemas de ensino;
- A Rede ofereceu aos sistemas de ensino opções de formação com qualidade reconhecida;
- Garantiu um investimento em cursos e materiais que continuarão disponíveis aos sistemas após o convênio;
- A existência de grande quantidade de material já produzido e à disposição para reprodução e organização de programas de formação continuada nos sistemas;
- O interesse crescente pelos cursos;
- A Rede permitiu que a formação continuada fosse institucionalizada pelo Ministério da Educação;
- Permite que cada sistema de ensino procure a instituição e os cursos que estejam em maior sintonia com a proposta de formação da rede de ensino;
- Permitiu um estreitamento dos laços entre as universidades e os sistemas.

**Aspectos Negativos**

- A cultura de que as universidades desconhecem os sistemas causou resistência no início do trabalho;
- A divulgação da Rede não foi suficiente ocasionando uma demora, por parte dos sistemas, em conhecê-la e utilizá-la;
- Alguns Centros não tiveram o apoio necessário no início e ainda não foram institucionalizados;
- O tempo para os Centros comporem as equipes e elaborarem o material utilizou cerca de 50% do prazo do convênio, assim os cursos só se consolidaram a partir de 2006, terceiro ano do convênio.

Quadro 2 - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2007

ITEM DE DESPESA		FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
SERVIÇOS	Reprodução de DVDs.	PNUD	BRA/03/004	47.760,00
EVENTOS	IV Seminário em Brasília/DF 04 e 06/08/2007.	PNUD	BRA/03/004	18.580,00
	Reunião em Brasília/DF 21 e 22/08/2007.	PNUD	BRA/03/004	14.846,33
CONSULTORIA		PNUD	BRA/03/004	8.400,00
DIÁRIAS		PNUD	BRA/03/004	1.319,52
PASSAGENS		PNUD	BRA/03/004	48.722,54

Quadro 3 - Transferência de créditos orçamentários oriundos da Ação 0509 do FNDE

INSTITUIÇÃO	VALOR EM R\$
SEB (UFJF, UNB e UFPA)	1.395.379,00

B) Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação

O Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação é um programa de formação continuada de professores voltado à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. Seu público-alvo são professores dos anos iniciais do ensino fundamental, em exercício. O Programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos Estados e Municípios, com a participação dos seguintes centros:

- Alfabetização e Linguagem: UFMG, UnB, UFPE, UEPG, UNICAMP
- Educação Matemática e Científica: UFPA, UFRJ, UFES, UNISINOS, UNESP

Desde 2005, o Pró-Letramento certificou um total de 48.990 professores da Educação Básica de mais de 1155 municípios, em 12 estados, nas áreas de Alfabetização e Linguagem e de Matemática. Outros 103.700 cursistas encontram-se em fase de formação.

A relevância dessa ação reside no fato de que, no ensino fundamental, os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB/2001 mostrou que no Brasil 59% das crianças brasileiras têm deficiências sérias de letramento na 4ª série do ensino fundamental. Em Matemática, 52% têm um desempenho crítico ou muito crítico, o que



significa, por exemplo, que a criança não consegue identificar, em um problema, quando é para somar ou subtrair. A solução estrutural desse problema passa, obrigatoriamente, por uma política de formação inicial e continuada de professores, razão pela qual o MEC, com a Formação Continuada dos docentes, espera melhorar o desempenho geral dos sistemas de ensino.

A implementação do Programa deu-se por meio da adesão de Estados e Municípios. A parceria com os sistemas de ensino é formalizada com assinatura de um termo de adesão em que se firma o compromisso de coordenar, acompanhar e executar as atividades na região, garantindo todas as condições necessárias para a realização dos cursos. A contrapartida do Município ou Estado é a disponibilização do professor para freqüentar os encontros presenciais, sua locomoção, alimentação e acomodação. As Universidades realizam os cursos presenciais e o acompanhamento a distância destes professores, como também o controle da freqüência, e a entrega e avaliação das atividades a distância e presenciais. Cabe a Universidade certificar o professor que cumpriu todas as atividades do curso. O MEC é o responsável pela distribuição dos materiais e dos recursos financeiros para as Universidades parceiras. Além do acompanhamento técnico em momentos presenciais e da formulação do parecer de execução física anexado aos processos.

A implementação da ação, de forma descentralizada, é viabilizada por meio de Convênio ou por descentralização de créditos orçamentários às Universidades Federais, destinados ao projeto de implantação da Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação instituída pela Portaria MEC nº 1.403, de 9 de junho de 2003, observando as disposições do Edital SEIF/MEC nº 01/2003, de 11 de novembro de 2003. A execução do projeto se dá de acordo com o Plano de Trabalho proposto pela conveniente e aprovado pela concedente. O valor dos repasses considera o deslocamento para a região do curso e a quantidade de tutores/cursistas atendidos, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Demonstrativos de repasses de créditos às IES em 2007

IES/IFES	Área	Repasso	Tipo de contrato	Estados atendidos
UFES	Mat	R\$ 216.784,60	Descentralização	AL, RN, RR, AP
UNB	Ling	R\$ 250.000,00	Descentralização	MA, TO, SE, AM
UFRJ	Mat	R\$ 350.000,00	Descentralização	SC, RJ, CE, RO
UFPE	Ling	R\$ 311.940,00	Descentralização	PE, RJ, RN, AC
UFPA	Mat	R\$ 270.000,00	Descentralização	MA, SE, PE, PA
UFMG	Ling	R\$ 230.000,00	Descentralização	PB, CE, RR, AP
UNESP	Mat	R\$ 480.000,00	Convênio	AM, SP, PI
UNICAMP	Ling	R\$ 580.000,00	Convênio	PI, SP, PA
UNISINOS	Mat	R\$ 480.000,00	Convênio	BA, PB, TO, AC

Para o ano de 2007 esta Coordenação tinha em sua programação cinco metas a atingir:

1) A continuidade dos cursos iniciados no segundo semestre de 2006 nos Estados de SC, PE, SE, RJ, SP, PB e AL. Os respectivos cursos tiveram sua finalização no final do primeiro semestre de 2007, onde o total de tutores formados foi de 1.525 em 590 municípios, segundo planilha anexa:

Quadro 5 – Cursos finalizados no final do primeiro semestre de 2007





UF	Nº de Municípios	Tutores Inscritos	Tutores Certificados		Cursistas Inscritos
			Alfab.	Mat.	
SC	90	236	96	92	9.041
PE	82	270	69	127	16.049
SE	22	47	22	22	2.033
SP	146	289	148	139	19.120
PB	119	245	21	57	11.350
AL	70	220	112	0	11.727
RJ	61	218	97	90	15.512
Total	590	1525	565	527	84.832

2) O início do Curso de Revezamento dos tutores que na primeira etapa participaram dos cursos de Linguagem e agora iriam participar dos cursos de Matemática e vice-versa, iniciando no segundo semestre do ano. Nos Estados de CE, MA e BA o número de tutores que completaram o ciclo de Formação de Tutores do Pro-letramento (aqueles que finalizaram ambos os cursos de Linguagem e Matemática) foram de 655 professores em 255 municípios.

Quadro 6 - Curso de Revezamento dos tutores

UF	Nº de Municípios	Tutores Inscritos	Cursistas Inscritos
RN	71	167	6.012
CE	131	313	8.517
MA	61	197	11.138
BA	63	145	6.808
Total	326	822	32.475

3) Iniciar novos cursos nos Municípios que ainda não haviam sido atendidos nos Estados listados abaixo. Embora não se tenha uma avaliação externa do programa as informações que chegam por meios dos formadores das universidades e por relatos dos gestores municipais é do grande envolvimento de todos os professores nesta formação. Tanto, que em municípios que não haviam feito a adesão na primeira etapa, houve a solicitação de nova oportunidade e por isso em 2007 ocorreu o retorno a estes estados para atender estas solicitações. Esses cursos ainda estão em andamento e sua finalização somente se dará em 2008. Já foram realizados os cursos de formação e o primeiro seminário de acompanhamento. Até o momento só há os dados do número tutores e cursistas que estão participando do curso:

Quadro 7 – Novos cursos de formação iniciados

UF	Nº de Municípios	Tutores Inscritos	Cursistas Inscritos
RN	29	57	1.338
CE	18	66	2.563
MA	36	117	2.972
BA	120	283	16.732
SE	25	90	3.317
PB	38	76	2.875
AL	16	37	1.630
Total	282	726	31.427

4) Iniciar a expansão do programa contemplando os Estados do Norte. Conforme se pode observar nos quadros anteriores, o programa teve excelente aceitação na grande maioria dos



estados e municípios. A opção inicial era atender os estados da Região Nordeste por terem os piores índices, no entanto, os demais estados solicitaram a ampliação do programa, pois, a formação continuada de professores, além de direito é uma necessidade comum. Por isso, a decisão de tornar o atendimento universal. Já foram realizadas as reuniões de apresentação do programa em todos os Estados do Norte, exceto TO, e em alguns estados o curso de formação inicial já foi realizado, tendo a finalização em 2008.

Quadro 8 – Cursos da fase de expansão

UF	Nº de Municípios	Tutores Inscritos	Cursistas Inscritos
RO	26	54	2.501
RR	13	41	2.880
AP	8	15	1.042
AC	19	38	1.754
Total	66	148	8.177



5) A distribuição do Kit de livros do Pro-Letramento para os municípios: após licitação de R\$ 3.999.800,00 para reprodução de material, foi realizada entrega de 374.500 Kits (Linguagem e Matemática) entre os Municípios atendidos pelo programa. Depois dessa entrega, os kits passaram a ser distribuídos pelo FNDE através do programa do PNLD.

Houve, no entanto, fatores que dificultaram o bom desenvolvimento do trabalho:

- 1 - Atraso no processo licitatório de reprodução e entrega de materiais ocasionando atraso no início dos cursos e interrupções em outros;
- 2- Atraso no pagamento de bolsas aos tutores;
- 3- Dificuldade local em agendar os momentos presenciais, ocasionando atrasos na execução dos trabalhos por parte da Universidade; e,
- 4- Crescimento da demanda desproporcional a capacidade de gerenciamento desta Coordenação.

Essas dificuldades foram sendo corrigidas ao longo do processo e hoje apresentam-se quase todas equacionadas.

Quadro 9 - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2007

ITEM DE DESPESA		FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
SERVIÇOS	Aquisição da caixas e fitas adesivas.	PNUD	BRA/03/004	2.190,00
	Trabalhos gráficos (diagramação).	PNUD	BRA/03/004	4.800,00
	Implementação da revisão na arte final.	PNUD	BRA/03/004	5.000,00
	Materiais impressos	FNDE	Ação 0509	4.899.736
DIÁRIAS		PNUD	BRA/03/004	10.631,02
PASSAGENS		PNUD	BRA/03/004	5.490,34



4.1.3.3.2. Ação 6333 – Fortalecimento da Política Nacional para Formação Inicial e Continuada de Professores do Ensino Fundamental

4.1.3.3.2.1. Dados gerais

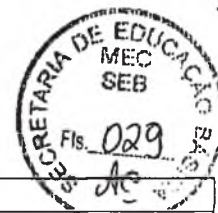


Tabela 11 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar a oferta de meios de formação inicial e continuada do professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, por meio de programas que articulem com as diferentes agências do Ministério da Educação e seus parceiros nos Estados e Municípios, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O foco das intervenções situa-se na coordenação de ações com os entes federados; na regulamentação e apoio a formação docente; no monitoramento do desempenho das redes de educação pública e no fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia educacional, na implementação de uma política de formação de leitores e promoção debates e reflexões coletivas com os dirigentes e/ou equipes técnicas das Secretarias de Educação visando garantir que a elaboração e a implementação de políticas públicas para a educação infantil e para o ensino fundamental aconteçam em efetivo regime de colaboração entre União, Estados e Municípios.
Descrição	Incentivo à formação inicial e continuada de professores e a criação de condições para a estruturação da carreira docente, a proposição de políticas de valorização do professor, estudos e avaliação de programas afetos a educação básica, a ampliação da oferta de programas de formação a distância, o fomento à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para a educação infantil e o ensino fundamental, implementação de uma política de formação de leitores na escola, implementação de ações de capacitação para conselhos escolares e municípios de educação e organização de Seminários Regionais e/ou Estaduais em parceria com as Secretarias de Educação para discussão de aspectos da política de Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	SEB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	GAB/SEB
Coordenador nacional da ação	Godiva de Vasconcelos Pinto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

A ação Fortalecimento da Política Nacional e da Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental viabiliza o repasse de recursos para Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PNUD e UNESCO) por meio dos quais são realizadas atividades orientadas para o Fortalecimento da Política Nacional e da Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Especificamente em 2007, foram repassados recursos da ordem de R\$ 906.885,44 para o Projeto UNESCO 914/BRA/1095 - Educação e Aprendizagem.

4.1.3.3.2.2. Resultados



Ao longo de todo o ano de 2007, essas atividades incluíram o apoio à realização de eventos de formação de professores, contratação de consultores, avaliação, produção e impressão de materiais impressos. Os produtos decorrentes das parcerias firmadas, conforme cronograma de execução aprovados, serão disponibilizados no decorrer de 2008, portanto, a meta física será finalizada neste exercício. A ação tem por objetivo ampliar a oferta de meios de formação inicial e continuada do professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, por meio de programas que articulem com as diferentes agências do Ministério da Educação e seus parceiros nos Estados e Municípios.

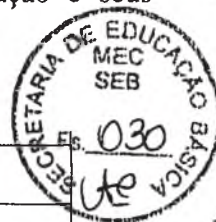


Tabela 12 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
8.000	1.750.000,00	3.200	906.885,44

Produto: Professor beneficiado

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial: R\$ 4.500.000,00

Dotação (Lei + Créditos): R\$ 1.750.000,00

Empenhado: R\$ 1.750.000,00

Liquidado: R\$ 1.750.000,00

Pago R\$ 1.750.000,00 *¹

*¹ Além do recurso correspondente ao valor de R\$ 906.885,44, realizado contabilmente na SEB, houve pagamento de recurso correspondente a descentralização para a Universidade Federal de Minas Gerais para avaliação e seleção dos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), a serem posteriormente encaminhados as escolas de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista apoiar a prática pedagógica dos professores e as atividades de letramento.

Entre as muitas atividades apoiadas por esta ação, destacam-se as que seguem:

A - Guia de Tecnologias Educacionais

B - Desenvolvimento do Currículo da Educação Fundamental

C - Prêmio Professores do Brasil – 2ª Edição

D - Revista Leituras

A – Guia de Tecnologias Educacionais

O Guia de Tecnologias Educacionais é uma das ações executadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Esta atividade prevê a avaliação de Tecnologias Educacionais e elaboração do Guia de Tecnologias Educacionais a serem adquiridas e distribuídas aos sistemas públicos de ensino, no intuito de apoiá-los na busca de soluções que promovam a melhoria da qualidade da educação. Por meio desta ação, busca-se auxiliar os gestores a conhecer e a identificar aquelas tecnologias educacionais que possam contribuir para a da educação em suas redes de ensino.

À SEB cabe a execução da etapa de avaliação e produção do Guia, que teve início, em 2007, com a publicação do Edital de Pré-qualificação de Tecnologias educacionais inovadoras, quando foram inscritas 233 tecnologias para avaliação. Em seguida, passou-se à etapa de pré-análise das tecnologias inscritas onde foi observado o atendimento dos aspectos formais do Edital, tais como envio do formulário preenchido, inscrição dentro do período estabelecido no edital etc. Para avaliação das propostas inscritas, foram mobilizados especialistas em diversas áreas do conhecimento e de diversas universidades brasileiras, que passaram a integrar o comitê técnico-acadêmico nomeado pelo Ministro da Educação. Em seguida, foram



estruturadas equipes de avaliação, segundo a área de inscrição da tecnologia e cada tecnologia foi analisada por uma dupla de avaliadores. Das 233, 19 foram consideradas pré-qualificadas e passaram a constar do Guia de Tecnologias Educacionais, juntamente com as tecnologias desenvolvidas pelo Ministério da Educação. Registre-se que para a execução dessa atividade não foram celebrados convênios, contratos ou descentralizações pela SEB e FNDE. Foi estabelecida parceria com o INEP, responsável pelo pagamento dos 42 especialistas envolvidos. O projeto gráfico do Guia foi viabilizado com recursos do Projeto UNESCO BRA/1095, assim como os deslocamento dos avaliadores. O Guia encontra-se atualmente em fase de impressão, para posterior distribuição aos municípios brasileiros.



Quadro 10 - Itens de despesa relacionados à atividade

ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
DIÁRIAS	PNUD	BRA/03/004	3.772,77
PASSAGENS	PNUD	BRA/03/004	5.661,02
SERVIÇOS (Projeto gráfico)	UNESCO	BRA/1095	4.600,00

B – Desenvolvimento do Currículo da Educação Fundamental

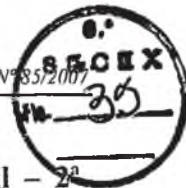
Esse programa visa promover, em âmbito nacional, um processo de discussão nas escolas e Secretarias de Educação sobre a concepção de currículo e seus desdobramentos. O público alvo da ação é extenso e inclui equipes de profissionais de educação em exercício em Escolas de Educação Infantil (públicas e filantrópicas que estão no Censo/INEP); Ensino Fundamental e Médio (escolas públicas); Instituições de Ensino Superior (que oferecem cursos na área de Educação); Secretarias Municipais de Educação; Secretarias Estaduais de Educação; Conselhos Municipais de Educação; Conselhos Estaduais de Educação.

Como estratégia de atuação, a SEB fomenta, junto aos sistemas de ensino, um debate com a finalidade de que professores, gestores e demais profissionais da área educacional façam reflexões sobre concepção de currículo, relacionando-as à sua prática. Nessa perspectiva, pretende-se subsidiar a análise das propostas pedagógicas dos sistemas de ensino e dos projetos pedagógicos das unidades escolares. Sua implementação envolve a participação em eventos organizados pela Undime, Consed, Uncme e/ou Sistemas de Ensino para a apresentação dos Programas da Secretaria de Educação Básica e, nessas situações, a realização de abordagem sobre a temática “Currículo”.

Ao longo de 2007, foram desencadeadas as seguintes atividades:

- Finalização do documento Indagações sobre Currículo (2007);
- Disponibilização na página eletrônica do MEC do documento Indagações sobre Currículo (2007);
- Planejamento de estratégia de distribuição de 500 mil exemplares do documento Indagações sobre Currículo (2007);

A execução dessas atividades também contou com recursos de Projetos da UNESCO: 914-BRA/1095, 914-BRA/1113, BRA/03/004 e BRA/05/003, bem como com créditos oriundos do FNDE, destinados para a licitação da impressão e distribuição do documento.



C – Prêmio Professores do Brasil – 2ª Edição/ Seminário Professores do Brasil – 2ª Edição

O Prêmio Professores do Brasil, instituído pela Portaria Ministerial nº. 1.053, de 23 de maio de 2006, tem por finalidade:

I - valorizar o professor como principal agente no processo de melhoria da qualidade do ensino, premiando 20 (vinte) professores das redes públicas, sendo 10 (dez) professores na etapa da Educação Infantil – creches e pré-escolas - e 10 (dez) professores regentes da etapa correspondente aos anos/séries iniciais (1ª a 4ª) do Ensino Fundamental;

II - reconhecer, pelos resultados da sua prática junto às crianças, a relevância do trabalho da professora e do professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental como intervenção transformadora;

III - promover o debate e a troca de informação sobre o conhecimento pedagógico.

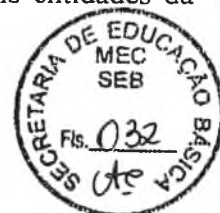
O Prêmio destina-se às professoras e aos professores da Educação Infantil (crianças até seis anos de idade) e dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental da rede pública, em atuação direta com as crianças durante a execução do trabalho e no ano de sua inscrição no Prêmio.

Além da Solenidade de Premiação foi realizado o Segundo Seminário Professores do Brasil, no dia seguinte a entrega do Prêmio, com o objetivo de promover a socialização das experiências vencedoras, desenvolvidas nas diferentes regiões do país, com o coletivo de educadores. Proporcionou-se, desta forma, a reflexão e o debate sobre a importância dos registros sistemáticos para o desenvolvimento da prática pedagógica de qualidade.

A realização do Segundo Seminário Professores do Brasil, que contou com um público de 120 participantes, foi um momento importante tanto para os professores premiados, pois puderam debater suas experiências com outros professores e especialistas na área educacional, quanto para o público por possibilitar as professoras e professores da Educação Infantil e dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental a troca de experiências desenvolvidas nas várias regiões do Brasil.

O Prêmio Professores do Brasil – 2ª Edição e o Segundo Seminário Professores do Brasil são promovidos pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Fundação Bunge, a Fundação Orsa, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Para sua execução, as despesas referentes à premiação em dinheiro, bem como a oferta de certificados aos 19 professores selecionados (10 professores da Educação Infantil e da Fundação Bunge para os 9 professores do Ensino Fundamental) ficaram a cargo da Fundação Orsa.

As despesas referentes à locomoção e à estada para o Segundo Seminário Professores do Brasil e para a solenidade de premiação ficaram a cargo do Ministério da Educação/SEB, bem como os custos com a sua organização e elaboração e distribuição do material de divulgação. O material de divulgação do Prêmio Professores do Brasil – 2ª Edição foi distribuído para todos os 162.705 estabelecimentos de educação infantil e do ensino fundamental públicos, bem como, para as Secretarias de Educação, estaduais e municipais e demais entidades da área.



Quadro 11 - Principais itens de despesa relacionados à atividade

ITEM DE DESPESA		FONTE	PROJETO	VALOR (R\$)
DIÁRIAS		PNUD	BRA/03/004	4.583,73
PASSAGENS		PNUD	BRA/03/004	10.297,08
RESSARCIMENTO		PNUD	BRA/03/004	243,60
SERVIÇOS	Aquisição de materiais.	PNUD	BRA/03/004	334,09
	Confecção de materiais.	UNESCO	914-BRA/1095	4.572,36
	Impressão da publicação "Prêmio Professores do Brasil - 2005".	UNESCO	914-BRA/1113	218.800,00

Em 2007, foram inscritas 1.564 experiências em todo o país, tendo sido registrado um aumento 433 inscrições, em relação à primeira edição do Prêmio. Em 2007, foram encaminhadas 131 experiências de 26 Unidades da Federação. A Comissão Julgadora Nacional, por contar com membros com experiência na avaliação dos trabalhos, concluiu que os relatos apresentados nesta edição foram de uma qualidade superior – tanto pedagógica quanto de estrutura – em relação ao apresentado nos anos anteriores.

Quadro 12 - Experiências inscritas no Prêmio Professores do Brasil – 2ª Edição

Estado	Experiências Inscritas na EI	Experiências Inscritas no EF	Total de experiências Inscritas	Total de experiências selecionadas
AC	9	5	14	5
AL	3	5	8	4
AP	0	5	5	3
AM	0	15	15	4
BA	3	6	9	0
CE	29	62	91	6
DF	9	32	41	6
ES	20	22	42	6
GO	20	25	45	6
MA	10	7	17	6
MT	17	15	32	4
MS	9	14	23	7
MG	46	126	172	5
PA	3	10	13	3
PB	12	17	29	6
PR	93	126	219	6
PE	4	23	27	5
PI	0	4	4	2
RN	12	23	35	6
RS	47	71	118	6
RJ	36	37	73	6
RO	10	14	24	6



RR	6	11	17	4
SC	61	69	130	6
SP	122	212	334	7
SE	0	4	4	1
TO	3	20	23	5
Total Geral	584	980	1564	131

D) Revista Leituras

A publicação desta revista tem por objetivo fornecer aos professores da rede pública de ensino subsídios para o trabalho de formação de leitores e promoção da leitura, promover o debate entre os professores da rede pública de ensino sobre questões relacionadas à prática da leitura e divulgar experiências e disseminar informações sobre a formação de leitores realizadas por municípios brasileiros. Sua relevância no cenário educacional se funda no fato de que é reconhecida, por meio de diferentes pesquisas, a baixa habilidade de leitura dos alunos da rede pública de ensino. A proposta da revista LeituraS é incentivar os professores a se tornarem agentes promotores da leitura e, com isso contribuir para a formação de leitores competentes e autônomos, capazes de interagir com o universo cultural e se apropriar da cultura com instrumento de trabalho e lazer. O trabalho do professor é imprescindível nesse processo de desenvolvimento da competência leitora e, conseqüentemente, de emancipação dos educandos, pois somente um professor engajado e comprometido com sua própria formação leitora fazer de seus alunos leitores proficientes. Seu público alvo são professores do ensino fundamental da rede pública de ensino. A revista é produzida pela Coordenação-Geral de Materiais Didáticos, com a consultoria de um editor e de um especialista em leitura. As reportagens para as edições de número 1 e 2 foram realizadas mediante contratação de empresa jornalística e de fotógrafo free-lancer, por tomada de preços. Os consultores também foram contratados mediante tomada de preços. Inicialmente, por uma questão orçamentária, a distribuição da edição número 1 da revista, realizada em novembro de 2006, foi feita às escolas que atendiam de 1ª a 8ª série e escolas que atendiam de 5ª a 8ª série, às municipais de educação de municípios com mais de 20.000 habitantes e às secretarias estaduais de educação. A edição número 2 encontra-se em fase de licitação para impressão e deverá ser distribuída às escolas de 1ª a 4ª, de 1ª a 8ª e de 5ª a 8ª e às secretarias municipais e estaduais de educação. A edição do número 2 da revista LeituraS ficou pronta em março de 2007. A partir daí e até o momento, estamos tentando viabilizar sua impressão, juntamente com a reimpressão da edição número 1, por meio de Termos de Referência. Já o processo de edição da Revista de número 3 tem sido prejudicado pelo fato de que foram feitas duas licitações para contratação de fotógrafos e jornalistas, mas até o momento não obtivemos êxito, por falta de apresentação de 3 propostas válidas. Foram contratados apenas os consultores e a empresa de diagramação (Unesco 914BRA 1095), que aguardam as demais contratações.

Quadro 13 - Itens de despesas relacionados à atividade em 2007

ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
Consultoria	UNESCO	914-BRA/1095	7.500,00





E – Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE

Essa atividade, desenvolvida no âmbito do fortalecimento institucional da SEB, teve por objetivo subsidiar a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação, por meio da sensibilização dos parceiros em reuniões técnicas de trabalho, seminários, bem como por meio da produção de materiais de divulgação.

Quadro 14 - Itens de despesas relacionados à atividade em 2007

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
SERVIÇOS	Triagem, remanejamento e fomarlização de encomendas.	PNUD	BRA/03/004	4.400,00
	Materiais para auxiliar o empacotamento, manuseio e distribuição de publicações.	PNUD	BRA/03/004	7.172,80
	Serviços de impressão gráfica.	PNUD	BRA/03/004	45.717,41
	Envelopes para CD.	PNUD	BRA/03/004	200,00
	Gravação de arquivo em mídia digital, com impressão.	PNUD	BRA/03/004	250,00
	Produção de textos.	PNUD	BRA/03/004	5.000,00
	Apresentação discursiva com exposição de filme.	PNUD	BRA/03/004	2.000,00
	Transporte terrestre, técnicos das secretarias de educação.	PNUD	BRA/03/004	800,00
	Produção de ficha catalográfica.	UNESCO	914-BRA/1095	4.600,00
	Tratamento digital de fotografias.	UNESCO	914-BRA/1095	5.000,00
	Aquisição de porta crachás.	UNESCO	914-BRA/1095	1.140,00
	Locação de equipamentos de tradução simultânea e sonorização	UNESCO	914-BRA/1095	950,00
	Elaboração de manuais de identidade visual.	UNESCO	914-BRA/1121	3.500,00
EVENTOS	Reunião da UNDIME em Brasília/DF, 12 e 13/07/2007.	UNESCO	914-BRA/1095	14.717,57
	Reunião com Secretários Estaduais "Todos Pela Educação" em Brasília/DF, 27/07/2007.	UNESCO	914-BRA/1095	6.395,45
	Reunião com Dirigentes Municipais "Todos Pela Educação" em Brasília/DF, 03/08/2007.	UNESCO	914-BRA/1095	22.245,30
	Evento em Brasília/DF, 29 a 31/08/2007.	UNESCO	914-BRA/1095	4.768,88
	Reunião com Dirigentes de Escolas Estaduais/Municipais "Todos Pela Educação" em Brasília/DF, 06 a 08/09/2007.	UNESCO	914-BRA/1095	11.982,86
	Encontro com Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados em Brasília/DF, 12 a 14/09/2007.	UNESCO	914-BRA/1095	58.551,90
	Reunião com Dirigentes Municipais "Todos Pela Educação" em Brasília/DF, 13/09/2007.	UNESCO	914-BRA/1095	40.062,31
	Reunião com Dirigentes Municipais "Todos Pela Educação" em Brasília/DF, 13/11/2007.	UNESCO	914-BRA/1095	33.535,50
	Curso de Formação em Buenos Aires/AR, 06 a 11/05/2007	UNESCO	914-BRA/1119	42.000,00
CONSULTORIA		UNESCO	914-BRA/1095	14.300,00
DIÁRIAS		PNUD	BRA/03/004	36.004,46
PASSAGENS		PNUD	BRA/03/004	396.642,05



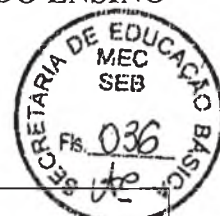


4.1.4. Programa 1378 – Nome PROGRAMA 1378 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

4.1.4.1. Dados gerais

Tabela 13 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens, com melhoria de qualidade.
Gerente do programa	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Gerente executivo	Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos - Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio - Taxa de Frequência Bruta ao Ensino Médio - Taxa de Frequência Líquida ao Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens e adultos do ensino médio regular



Este Programa visa à melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens; à valorização e formação de professores; à melhoria da qualidade do ensino regular noturno; à oferta de um ensino médio comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população brasileira; ao desenvolvimento de projetos juvenis que conduzam à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas. O Programa foi implementado em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais.

4.1.4.2. Principais Ações do Programa

Este Programa é de responsabilidade da SEB, sendo executada pela SEB a seguinte ação:

SEB (UA e UO):

- 0921 – Apoio à Melhoria da Qualidade do Ensino Médio

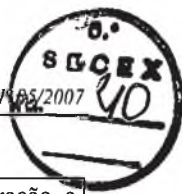
4.1.4.3. Gestão da ação

4.1.4.3.1. Ação 0921 – Apoio a Melhoria da Qualidade do Ensino Médio-Nacional

4.1.4.3.1.1. Dados gerais

Tabela 14– Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Promover a melhoria da qualidade do Ensino Médio.
Descrição	Ação desenvolvida mediante o assessoramento técnico e financeiro aos sistemas de ensino, especificamente para a melhoria da qualidade do ensino noturno, para o fortalecimento do protagonismo juvenil e para a área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Prevê-se a implementação de ações e procedimentos relativos a currículo, orientações pedagógicas e metodológicas, de acordo com resultado de pesquisa de âmbito nacional sobre ensino médio noturno; apoio à adaptação de espaços escolares para constituição de ambientes de ensino-aprendizagem e formação de



	professores na área de ciências da natureza e matemática e, elaboração e difusão de projetos ou ações escolares voltados para a participação dos jovens, no ambiente escolar e na comunidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	SEB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPEM
Coordenador nacional da ação	Godiva de Vasconcelos Pinto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

4.1.4.3.1.2. Resultados

Em 2007, esta ação que tem como público alvo os alunos no Ensino Médio, foi executada de modo complementar à Ação 0914, por meio da qual foram realizados selecionados e apoiados os eventos científicos no âmbito da Feira de Ciências da Educação Básica – FENACEB. Por meio dessa atividade, construída de forma coletiva no âmbito das escolas, o Ministério/SEB apoiou a formação continuada dos professores em exercício nessa área do conhecimento, beneficiando diretamente 2.394 alunos. Nesse sentido, no ano de 2007, os recursos desta ação foram destinados para cobrir os custos decorrentes da realização da Feira Nacional de Ciências da Educação Básica, ponto culminante da série de eventos estaduais realizados e momento em que se reúnem as experiências de todo o país. A referida Feira Nacional de Ciências da Educação Básica teve sua data adiada para abril de 2008.

Tabela 15 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
4.200	2.306.878,00	2.394	1.287.574,00

Produto: Aluno Atendido

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial: R\$ 4.622.878,00

Dotação (Lei + Créditos): R\$ 2.306.878,00

Empenhado: R\$ 1.306.878,00

Liquidado: R\$ 1.306.878,00

Pago R\$ 1.287.574,00





4.2. Programas/Ações apoiados pela SEB

A Secretaria de Educação Básica é unidade administrativa responsável ou tem participação indireta em ações integrantes dos Programas:

- 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- 1061 – Brasil Escolarizado;
- 1065 – Desenvolvimento da Educação Infantil;
- 1067 – Gestão da Política de Educação;
- 1072 – Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; e
- 1376 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
- 1378 – Desenvolvimento do Ensino Médio.

A execução das ações tratadas neste item do relatório de gestão da SEB é de execução direta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com apoio da SEB.

4.2.1. Programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

4.2.1.1. Dados gerais

Tabela 16 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.
Gerente do programa	Ministério da Ciência e Tecnologia
Gerente executivo	Ministério da Ciência e Tecnologia
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores Apoiados com Auxílio à Pesquisa Concedido pelo CNPq - Índice de produtividade científica e tecnológica dos pesquisadores das unidades de pesquisa do MCT - Número de instituições de ensino e pesquisa qualificadas como usuárias da rede nacional de ensino e pesquisa - Número-Índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI
Público-alvo (beneficiários)	Instituições de pesquisa, universidades e empresas nacionais.

4.2.1.2. Principais Ações do Programa

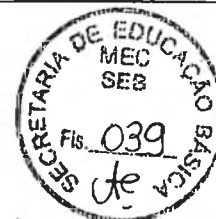
Apenas uma ação foi compartilhada com a SEB/FNDE/MEC neste Programa, cuja responsabilidade está a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SEB (UA) e FNDE (UO)

- 2B08: Realização de olimpíadas em ciências

4.2.1.3. Gestão das ações

4.2.1.3.1. Ação 2B08: Realização de olimpíadas em ciências



4.2.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela 17 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Identificar jovens talentos e fornecer oportunidades para seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas.
Descrição	Promoção de competições em âmbito nacional nas áreas de matemática e ciências afins e propiciar o aperfeiçoamento e valorização profissional dos professores das escolas públicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Godiva de Vasconcelos Pinto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.2.1.3.1.2. Resultados

Esta ação, concebida a partir dos resultados da 1ª. Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas – Obmep, tem como público alvo: Alunos matriculados nos Ensinos Fundamental e Médio. A estava prevista para ser desenvolvida por meio de parceria entre o MCT (Impa-Instituto de Matemática Pura e Aplicada) e o MEC por meio da SEB e FNDE. Todavia, em virtude da reformatação da engenharia de implementação dos programas da Educação Básica, para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE, optou-se pelo não desenvolvimento das atividades previstas nessa ação. Assim, esta ação teve a totalidade de seus créditos previstos cancelados, não tendo sido executadas as atividades previstas.

Tabela 18 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
7.000.000	0,00	0	0,00

Produto: Aluno atendido

Unidade de Medida: Unidade.

Obs: Cancelamento total.

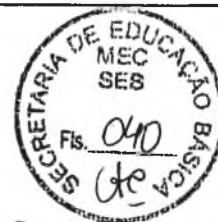
Dotação inicial: R\$ 10.000.000,00

Dotação (Lei + Créditos): R\$ 0,00

Empenhado: R\$ 0,00

Liquidado: R\$ 0,00

Pago R\$ 0,00

4.2.2. Programa 1061 – BRASIL ESCOLARIZADO**4.2.2.1. Dados gerais****Tabela 19 – Dados gerais do programa**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.
Gerente do programa	Daniel Silva Balaban
Gerente executivo	Adalberto Domingos da Paz
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos - Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos
Público-alvo (beneficiários)	Crianças e adolescentes matriculados na Educação Básica

4.2.2.2. Principais Ações do Programa

Este Programa é de responsabilidade do FNDE. As principais ações do Programa apoiadas pela SEB são:

SEB (UA) FNDE (UO)

- 2C96 – Fomento à Implantação de Centros de Leitura Multimídia

FNDE (UA e UO)

- 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica
- 4045 – Distribuição de Acervos Bibliográficos

4.2.2.3. Gestão das ações

4.2.2.3.1. Ação 2C96 - Fomento à implantação de centros de leitura multimídia

4.2.2.3.1.1. Dados gerais

Tabela 20 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular a implantação de Centros de Leitura Multimídia nos sistemas de ensino públicos das redes federal, municipal e estadual, visando promover a inserção de alunos do ensino fundamental nas práticas leitoras, tendo em vista que é função da escola capacitá-lo para lidar com a leitura e a escrita, em todas as suas manifestações, seja para o seu lazer, seja para o trabalho, ou ainda como um meio para a própria aprendizagem.
Descrição	Aquisição, distribuição e instalação de equipamentos áudios-visuais, de informática e multimídia para implantação de Centros de Leitura Multimídia, nas escolas públicas das redes federal, municipais e estaduais, com o objetivo de apoiar a utilização de acervos compostos por livros, publicações diversas, obras de referência e de apoio à pesquisa e outros materiais como filmes, fotos ou áudio nas escolas onde inexitem ações voltadas para o fomento à leitura e à formação cultural de alunos e professores. Esta ação será apoiada com aquisição e distribuição de acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE); bem como apoio financeiro às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, para realização de formação continuada de professores mediadores de leitura, e, ainda, com a elaboração, produção e distribuição de periódico e de outros materiais como suporte à área da leitura.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COGEAM/SEB
Coordenador nacional da ação	Godiva de Vasconcelos Pinto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

A relevância dessa ação no cenário educacional está relacionada aos baixos índices de leitura revelados por indicadores como SAEB, INAF e resultados do Pisa. Desse modo, esta ação de implantação e implementação de Centros de Leitura Multimídia, que tem como público alvo os alunos e professores das escolas públicas, está voltada para o estabelecimento de parcerias com governos locais interessados em desenvolver uma política de formação de leitores em sua localidade, visando à constituição de uma rede de leitura e a formação de alunos e professores leitores. Sua implementação tem como ponto de partida a publicação de edital de convocação de municípios interessados na implantação e manutenção de centros de leitura multimídia e apresentação de projeto por parte destes municípios. A SEB/FNDE/MEC cabe disponibilizar acervos e equipamentos para a constituição dos centros e formação de profissionais para atuarem nos centros. Ao município cabe dispor de espaço físico, infra-estrutura básica e pessoal.

4.2.2.3.1.2. Resultados

Em 2007, a ação previa a realização de chamada e seleção de projetos para implantação de Centros de Leitura Multimídia, nas escolas públicas das redes federal, municipais e estaduais.



A execução da ação se daria por meio da aquisição, distribuição e instalação de equipamentos áudios-visuais, de informática e multimídia para com o objetivo de apoiar a utilização de acervos compostos por livros, publicações diversas, obras de referência e de apoio à pesquisa e outros materiais como filmes, fotos ou áudio nas escolas onde inexistem ações voltadas para o fomento à leitura e à formação cultural de alunos e professores. Esta ação previa ainda o apoio financeiro às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, para realização de formação continuada de professores mediadores de leitura, e, ainda, com a elaboração, produção e distribuição de periódico e de outros materiais como suporte à área da leitura. No entanto, em razão da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica, seus créditos foram cancelados. As atividades desempenhadas ficaram restritas à elaboração do edital de convocação dos municípios e ao estabelecimento de parceria interna com a SEED para a implantação dos centros de leitura multimídia, processo cuja continuidade está prevista para 2008. No ano de 2007, não foram celebrados convênios ou qualquer outro tipo de repasse de recurso.

Tabela 21 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
30	1.721.526,00	0	0,00

Cancelamento Total.

4.2.2.3.2. Ação 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

4.2.2.3.2.1. Dados gerais



Tabela 22 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento e a universalização do Ensino Básico mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento, bem como a melhoria e a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas.
Descrição	Esta ação pretende implementar projetos de forma direta ou por intermédio de transferências voluntárias e, também, via assinatura de contratos e acordos com entidades Públicas, Não-Governamentais e Organismos Internacionais. Serão apoiados projetos em todos os níveis de ensino da educação básica, bem como serão implementadas ações que visem à interface do FNDE e do MEC com as entidades públicas das demais esferas de governo. Assegurar a qualidade no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, por intermédio de projetos com foco na parceria com entidades públicas e não-governamentais e, até, Organismos Internacionais, bem como a distribuição de material instrucional e orientativo no que se refere a todas as ações de governo de responsabilidade do FNDE, cuja forma de implementação seja por intermédio de transferências voluntárias, fazem parte do rol de pretensões quanto à execução dessa ação. Essa ação apoiará financeiramente, quando couber e quando estabelecidas as prioridades, a execução das demais ações finalísticas do FNDE.
Unidade responsável pelas decisões	FNDE

estratégicas	
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	FNDE
Coordenador nacional da ação	Weber Gomes de Sousa
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há



4.2.2.3.2.2. Resultados

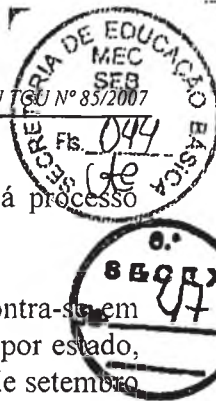
A execução físico-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. Por meio dessa ação, foram apoiados financeiramente diversos projetos e atividades da SEB, dentre as quais se destacam:

- Implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos: R\$ 793.000,00 (Ver Ação 09CK)
- Proforti: R\$ 138.292 + R\$ 276.206 (Ver ação 09HK)
- Rede Nacional de Formação de Professores R\$ 1.395.379,00 (Ver Ação 8007)
- Pró-Letramento: R\$ 4.899.736,00 (Ver Ação 8007)
- Proinfantil: R\$ 308.999,00 (Ver Ação 8379)
- Pró-Conselho: R\$ 426.000,00 + R\$ 4.253.204,10 (Ver Ação 6336)
- Desenvolvimento do Currículo do Ensino Fundamental: R\$ 2.369.640,00 (Ver Ação 6333)
- Programa Escola de Gestores: R\$ 9.483.627 (detalhamento a seguir)



1) Programa Escola de Gestores

O Programa tem por objetivo contribuir com a formação efetiva de gestores educacionais da escola pública, de modo que disponham de elementos teórico-práticos que viabilizem uma educação escolar básica com qualidade social. Sua proposta de formação, em nível de Especialização em Gestão Escolar (Lato Sensu), com 400 horas de duração, destina-se aos profissionais que integram a equipe gestora da escola: Diretor e Vice-Diretor, totalizando, no máximo, dois participantes por escola. Tendo por base requisitos mínimos estabelecidos, cada universidade realiza processo seletivo para o ingresso no Curso de Especialização. Considerando a diversidade regional e institucional, o curso é desenvolvido por meio de uma versão para internet ou por meio de uma versão em material impresso. As duas versões apresentarão metodologias específicas considerando as linguagens e especificidades de cada uma das mídias. Ambas as versões propiciam aos participantes momentos de atividades pedagógico-didáticas presenciais e colocarão à disposição dos envolvidos informações gerais do curso e específicas para o cursista e para o professor. Além dos critérios de participação estabelecidos para o Grupo I, e considerando as diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foram definidos novos requisitos para participação no processo de formação, de modo que o curso passará a ser oferecido a diretores e vice-diretores de escolas públicas que atuam em: escolas municipais e estaduais com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB); e escolas municipais e estaduais de capitais com mais de 200.000



habitantes. Tendo por base esses requisitos mínimos, cada universidade realizará processo seletivo para o ingresso no curso de especialização.

O curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar, principal ação do programa encontra-se em andamento nos 10 estados participantes do Grupo I, com uma oferta de 400 vagas por estado, totalizando 4.000 vagas e, com a previsão de término para junho de 2008. A partir de setembro de 2007, teve início a segunda etapa (expansão) do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica para mais 16 estados e o Distrito Federal, que contam, para seu desenvolvimento, com créditos orçamentários descentralizados a Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. A previsão de oferta, em 2008, é de mais 7.600 vagas no Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar para gestores de escolas públicas.

Em relação aos custos dessa atividade, foram repassados para as Universidades Federais participantes R\$9.483.627 por meio de descentralização direta de créditos, dos quais R\$ 236.000,00 para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para fins de desenvolvimento e oferta de curso de formação na plataforma moodle, para professores e tutores que atuarão na etapa de expansão do programa (Grupo II). Outros R\$1.000.000,00 à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, instituição responsável pela formulação, planejamento e implementação do processo de acompanhamento e avaliação do Programa, incluindo as etapas I e II.

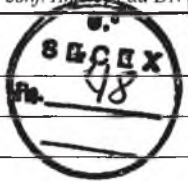

Quadro 15 - Adesão das IFES e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação

ESTADOS	UNDIME	IFES	SEDUC
Acre*	x	x	não aderiu
Alagoas	x	x	x
Amapá	x	x	x
Amazonas	x	x	x
Distrito Federal*	não tem	x	x
Goiás	x	x	x
Maranhão	x	x	x
Mato Grosso do Sul	x	x	x
Minas Gerais (Ufmg/ Ufv/Ufu)	x	x	não aderiu
Pará	x	x	x
Paraíba	x	x	x
Paraná	x	x	x
Rio De Janeiro*	x	x	x
Rondônia	x	x	x
Roraima	x	x	x
São Paulo	x	x	não aderiu
Sergipe	x	x	x

Quadro 16 - Créditos descentralizados às IFES

Valores em R\$ 1,00

TOTAL	9.483.627
UFV-Vicosa	400.000
UFAL	400.000
UFRR	200.000
FUAM	400.000
UFPB	400.000
UFMG	400.000
UFRJ	400.000
FUFMS	400.000
FUB	400.000

FUFSCAR	400.000
UFGO	400.000
FUMA	400.000
UFPR	400.000
UNIR	400.000
UFPE	1.000.000
UFES	232.900
UNIFAP	389.200
UFRS	236.500
UFT	57.667
FUMA	1.767.360
UFPA	400.000

Por meio da Ação 0A30, foram ainda concedidas bolsas de estudo e pesquisa para os participantes, conforme ilustra o quadro a seguir:

Quadro 17 – Demonstrativo de bolsas concedidas

FUNÇÃO NO PROGRAMA	QUANTIDADE	VALOR INDIVIDUAL DA BOLSA	VALOR TOTAL /MÊS
Coordenadores de Assistência	39	R\$ 450,00	R\$ 17.550,00
Assistentes de Turma	200	R\$ 350,00	R\$ 70.000,00
TOTAL (maio a dezembro)	220		R\$ 87.550,00

Obs: Em 2007 foram pagos apenas os meses de maio e junho. Está em curso processo de reconhecimento de dívida, para pagamento dos 6 meses restantes.

Ainda em 2007, foi realizada em Brasília, nos dias 15 e 16 de março uma reunião técnica “Encontro das Agências Formadoras do Grupo I” para apresentação das diretrizes do programa e projeto do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar. Realizou-se também uma Reunião Técnica de Avaliação Parcial do Grupo I, nos dias 29 e 30 de Agosto em Brasília, onde foram apresentados dados parciais de avaliação do curso no âmbito das IFES e propostos encaminhamentos tendo em vista a expansão para o Grupo II. Também foram produzidos 250.000 folders, 15.000 caretazes, 10.000 blocos e 5.000 crachás.

Itens de despesa relacionados à atividade em 2007

ITEM DE DESPESA		ORIGEM	PROJETO	VALOR EM R\$
SERVIÇOS	Reprodução de CD Rom	PNUD	BRA/03/004	4.590,00
	Reprodução de materiais de apoio.	UNESCO	914-BRA/1095	14.900,00
	Confecção de 4500 pastas e 4500 canetas.	UNESCO	914-BRA/1095	39.735,00
	Capacitação a distância de professores e técnicos na utilização da Plataforma Moodle	UNESCO	914-BRA/1095	56.500,00
	Confecção de materiais	UNESCO	914-BRA/1095	53.400,00
	Confecção de materiais (banner, folder, bloco de anotação, cartazete e crachá).	UNESCO	914-BRA/1119	35.047,50
	Projeto gráfico, diagramação, ilustração, montagem, capa, revisão ortográfica e arte final.	UNESCO	914-BRA/1119	5.000,00
EVENTOS	1º Reunião Técnica em Brasília/DF, 13 e 14/09/2007.	UNESCO	914-BRA/1095	4.799,60
	Reunião em Recife/PE 14 e 15/11/2006.	UNESCO	914-BRA/1119	7.668,42
	Reunião em Recife/PE 10 a 13/02/2007.	UNESCO	914-BRA/1119	2.072,40
	Encontro das Agências Formadoras em Brasília/DF 15 e 16/03/2007.	UNESCO	914-BRA/1119	481,80
DIÁRIAS		UNESCO	914-BRA/1095	29.393,94



	UNESCO	914-BRA/1119	49.415,05
	PNUD	BRA/03/004	18.399,72
PASSAGENS	UNESCO	914-BRA/1095	72.524,06
	UNESCO	914-BRA/1119	84.820,23
RESSARCIMENTO	UNESCO	914-BRA/1095	430,12
	UNESCO	914-BRA/1119	1.030,62

A avaliação do alcance dos objetivos do Programa está previsto para o decorrer deste primeiro semestre de 2008, uma vez que em sua primeira etapa de implementação do Curso de 400h ainda não está concluída. Os parâmetros e indicadores de resultado utilizados para avaliação estão sendo discutidos e construídos com a Universidade Federal de Pernambuco, instituição responsável pela formulação, planejamento e implementação do processo de acompanhamento e avaliação do Programa, incluindo as etapas I e II do Programa.

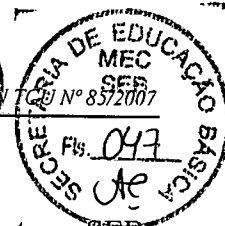
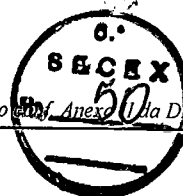
4.2.2.3.3. Ação 4045 – Distribuição de Acervos Bibliográficos



4.2.2.3.3.1. Dados gerais

Tabela 23 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover de acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente as escolas públicas da Educação Básica das redes, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando promover e estimular a leitura além de propiciar melhores condições para a inserção dos alunos de escolas públicas brasileiras na cultura letrada e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, prioritariamente, nos Países do Mercosul. Tal iniciativa pretende garantir a equidade nas condições de acesso e qualidade do ensino público.
Descrição	As obras didático-pedagógicas são adquiridas de duas formas; no primeiro caso de lançamento de Edital de inscrição e seleção, as obras inscritas pelos detentores de direitos autorais, após triagem, são enviadas à Secretaria-finalística responsável pelas modalidades e níveis de ensino, para serem submetidas a um processo de avaliação e seleção. Tais obras, avaliadas e selecionadas, são adquiridas pelo FNDE, responsável pelo processo de negociação com os detentores dos direitos autorais; no segundo caso, as obras são escolhidas diretamente por comissão específica, definida por Portaria Ministerial, ou mesmo por determinação da Secretaria finalística. Compreende a implementação do Programa a participação do FNDE em feiras e eventos relacionados ao assunto, visando sua melhoria qualitativa. Integra a operacionalização do Programa, dentre outras, as etapas de controle de qualidade física, triagem e avaliação de obras, bem como a operacionalização da logística compreendida entre o recebimento e a distribuição que é realizada mediante a contratação de empresa especializada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB/FNDE
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPLI/FNDE
Coordenador nacional da ação	Sonia Schwartz Coelho (aquisição/distribuição)
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há



A execução físico-financeira desta ação é de responsabilidade do FNDE. No entanto, a SEB desempenha um papel de grande relevância na execução da ação, uma vez que a ela cabe zelar pela qualidade do conteúdo das obras inscritas para serem avaliadas e, posteriormente, distribuídas por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola. Por meio dessa ação, foram desenvolvidos pela COGEAM/SEB processos de avaliação no âmbito de dois programas: o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, e o Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio – PNBEM.

A) Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE

Tem por objetivo dotar as instituições de educação infantil e as escolas públicas que ofereçam as séries/anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, 1ª a 4ª série/1º ao 5º ano, das redes municipal, estadual, federal e do Distrito Federal, de obras de qualidade, adequadas aos interesses e às demandas pedagógicas dos alunos nessas faixas etárias. Esse programa de distribuição de obras de literatura às escolas da rede pública de ensino vem sendo desenvolvido desde 1997. Sua relevância está calcada na necessidade de proporcionar o acesso a textos literários de qualidade aos alunos da rede pública – reconhecidamente oriundos das camadas menos privilegiadas da população - com menores chances de acesso ao livro. Partindo do pressuposto de que o acesso ao livro e à leitura proficiente é condição para a formação integral dos alunos, o MEC tem no Programa Nacional Biblioteca da Escola uma condição necessária para dotar as escolas públicas do ensino fundamental de obras capazes de contribuir para a formação dos alunos.

O PNBE é executado mediante edital de convocação para inscrição e seleção das obras. Em 2007, a avaliação das obras para o PNBE/2008 foi feita pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a supervisão da Coordenação Geral de Materiais Didáticos. A contratação da instituição (CEALE) foi feita mediante descentralização de créditos oriundos da Ação 6333, no valor de R\$ 843.114,56. O processo de descentralização de créditos para a Universidade Federal de Minas Gerais foi bastante confuso, em virtude das constantes solicitações de alteração na proposta do CEALE. Isso gerou um significativo atraso no início dos trabalhos e causou um certo desgaste entre os interlocutores. A avaliação das obras de literatura transcorreu da forma prevista.

Dentre os avanços no processo, desde sua implantação, ressalta-se a elaboração de um catálogo contendo a sinopse das obras selecionadas para a educação infantil. Esse catálogo proporcionará aos professores o acesso à totalidade das obras selecionadas e às características de cada uma delas, o que, além de fornecer informações sobre obras representativas para esse segmento, poderá contribuir para subsidiar uma possível aquisição por parte dos professores ou da própria escola.

A negociação com as editoras selecionadas, aquisição e distribuição das obras são de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Quadro 18 - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2007

ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
CONSULTORIA	UNESCO	914-BRA/1095	57.700,00

B) Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio – PNBEM

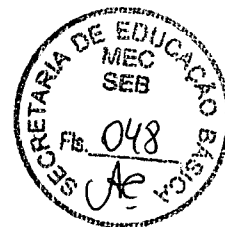
Tem por objetivo prover as escolas de ensino médio de acervos compostos por obras de referência, obras literárias, obras de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo, nas

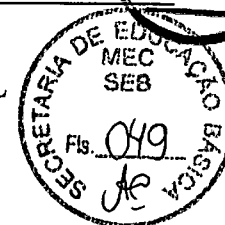
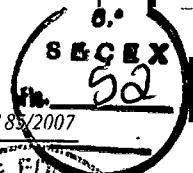


áreas de Ciências Humanas e suas tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias e Linguagens e Códigos e suas tecnologias. Sua execução possibilita o atendimento dos alunos e professores do ensino médio com obras relevantes para a formação do aluno do ensino médio e para o fortalecimento da biblioteca escolar.

4.2.2.3.3.2. Resultados

Em 2007, a indicação das obras foi encomendada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Foram indicados 160 títulos que serão distribuídos às escolas do Ensino Médio de todo País. Escolas que tenham até 500 alunos receberão 01 acervo (139 livros), escolas de 501 a 1000 alunos receberão 02 acervos (278 livros) e escolas acima de 1000 alunos 3 acervos (417 livros).





4.2.3. Programa 1065 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.2.3.1. Dados gerais

Tabela 24 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar o atendimento de crianças até 6 anos de idade na Educação Infantil com qualidade
Gerente do programa	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Gerente executivo	Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Taxa de frequência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos; - Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos.
Público-alvo (beneficiários)	Crianças de até 6 anos de idade

Este Programa foi implementado a partir da revisão do PPA para 2005, visando melhor atender a Política Nacional de Educação Infantil e às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que apresentou notáveis avanços legislativos para a Educação Infantil. Uma vez considerada a primeira etapa da educação básica, e apesar de não ser de frequência obrigatória, ao Estado incumbe oferecê-la obrigatoriamente em creches e pré-escolas para toda a população. Esse atendimento vem gerando uma forte demanda por formação profissional, uma vez que a referida Lei determinou ainda que a formação mínima para o exercício da docência em creches e pré-escolas fosse feita em nível médio, modalidade normal.

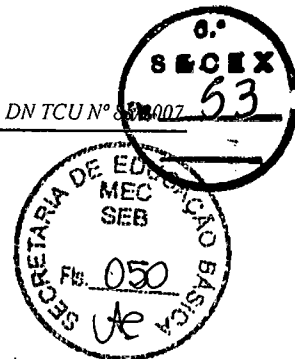
4.2.3.2. Principais Ações do Programa

Este Programa é de responsabilidade da SEB, sendo que a execução do conjunto de suas ações é de responsabilidade do FNDE com apoio da SEB. As principais ações do Programa são:

SEB (UA) e FNDE (UO):

- 6351 – Distribuição de Periódicos para a Educação Infantil
- 0A24 – Apoio ao Atendimento Educacional de Crianças de até Seis Anos de Idade
- 09HI - Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil
- 09HJ - Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil
- 0E04 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil (Emenda Parlamentar)

4.2.3.3. Gestão das ações



4.2.3.3.1. Ação 6351 – Distribuição de Periódicos para a Educação Infantil

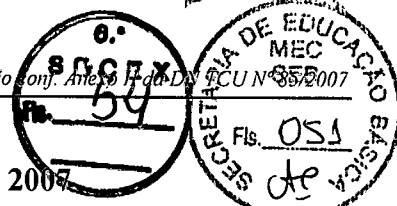
4.2.3.3.1.1. Dados gerais

Tabela 25 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar a melhoria do atendimento na Educação Infantil, com a produção e/ou aquisição de periódicos sobre Educação e/ou Educação Infantil para a formação continuada de professores e demais profissionais da área.
Descrição	O público-alvo desta ação são professores e profissionais em exercício na Educação Infantil. Sua implementação realiza-se por meio da análise de periódicos de circulação nacional para aquisição e distribuição aos professores que atuam no segmento da Educação Infantil, bem como da produção pedagógica, impressão e distribuição da Revista Criança.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEB/COEDI
Coordenador nacional da ação	Rita de Cássia de Freitas Coelho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

A Revista Criança é um reconhecido instrumento disseminado pela SEB/FNDE/MEC para viabilizar a divulgação de conhecimentos e experiências na área de Educação Infantil, bem como para oferecer suporte ao desenvolvimento da prática docente e da formação continuada dos profissionais de Educação Infantil. A Revista aborda questões teóricas e práticas, estimulando o debate e a análise de temas relativos ao trabalho pedagógico na Educação Infantil. Seu conteúdo atualiza os docentes e valoriza o trabalho do professor, bem como proporciona a troca de experiências através do relato de trabalhos desenvolvidos pelos professores com seus alunos e incita à leitura constante, fundamental a todo profissional docente. A Revista Criança é um relevante canal de comunicação com os professores e, a cada edição, vem sendo distribuída para 200 mil professores, diretores e outros profissionais da área pedagógica que atuam na Educação Infantil, profissionais das secretarias municipais e estaduais de educação, pesquisadores de Educação Infantil. Sua distribuição é feita gratuitamente às instituições de Educação Infantil, secretarias municipais e estaduais de educação, conselhos estaduais e municipais de educação, universidades nos diversos estados brasileiros, sendo muitas vezes a única fonte de informações atualizadas para os profissionais que atuam em creches e pré-escolas. Até o número 43 da Revista Criança, utilizava-se um cadastro auto-declaratório (cada professor enviava sua inscrição e recebia a revista em sua casa). A partir dos números 44 e 45, passou-se a utilizar um cadastro oficial do Inep, de modo que as revistas passaram a ser enviadas para creches e pré-escolas públicas e privada sem fins lucrativos, medida que visou garantir maior eficiência na distribuição.

Para sua confecção, são contratados consultores e jornalistas para a realização de entrevistas, artigos, reportagens e para a elaboração do seu projeto gráfico, edição e revisão. É importante ressaltar que a execução orçamentário-financeira da Ação 6351 refere-se apenas à impressão e distribuição da Revista Criança. Sua produção, que envolve a definição da pauta de cada número, a contratação e coordenação do trabalho de consultores na área de educação infantil e jornalismo, bem como a contratação de empresa para realizar revisão ortográfica e diagramação, é viabilizada por meio do Acordo Brasil Unesco 914 BRA 1113 e Projeto Unesco BRA/1095.



Quadro 19 - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2007

ITEM DE DESPESA		FONTES	PROJETO	VALOR EM R\$
DIÁRIAS		PNUD	BRA/03/004	2.546,10
		PNUD	BRA/03/004	785,30
CONSULTORIA		UNESCO	914-BRA/1095	14 200,00
SERVIÇOS	Reimpressão gráfica	UNESCO	914-BRA/1095	192.828,00
	Matéria para revista Criança	UNESCO	914-BRA/1095	400,00
	Revisão ortográfica e gramatical	UNESCO	914-BRA/1095	9.840,00
	Matéria para revista Criança	UNESCO	914-BRA/1095	470,00
	Revisão ortográfica e gramatical	UNESCO	914-BRA/1095	9.840,00
	Matéria para revista Criança	UNESCO	914-BRA/1095	470,00
	Revisão ortográfica e gramatical, arte final, designer gráfico.	UNESCO	914-BRA/1095	12.400,00
	Entrevista "Consciência ecológica se aprende com o pé no chão".	UNESCO	914-BRA/1095	2.166,00
	Cinco entrevistas e redação de matéria com cinco laudas	UNESCO	914-BRA/1095	2.166,00
	Entrevista com a psicóloga através da Oficina de imagens Comunicação e Educação.	UNESCO	914-BRA/1095	470,00
	Materia inclusão, realizada em Palmas-TO.	UNESCO	914-BRA/1095	470,00
	Produção de fotos para a matéria inclusão, realizada em Goiânia.	UNESCO	914-BRA/1095	400,00
	Produção de fotografias em Vitória-ES.	UNESCO	914-BRA/1095	400,00
	Reportagem Educação Infantil Indígena.	UNESCO	914-BRA/1095	1.284,00
	Reportagem Fotográfica sobre a infra-estrutura na Educação Infantil.	UNESCO	914-BRA/1095	800,00
	Reportagem na escola municipal de Santa Rosa-RS.	UNESCO	914-BRA/1095	470,00
	Reportagem que trata sobre a inclusão na Educação Infantil.	UNESCO	914-BRA/1095	2.140,00
	Serviço de reportagem.	UNESCO	914-BRA/1095	1.500,00
	Arte final, designer gráfico, arte e finalização de imagens.	UNESCO	914-BRA/1095	5.400,00
	Fotográficos para a reportagem sobre teatro para bebês.	UNESCO	914-BRA/1095	400,00
	Tradução de entrevistas do italiano para o português.	UNESCO	914-BRA/1095	50,00
	Saída de fotojornalismo.	UNESCO	914-BRA/1095	400,00
	Digitação dos cadastros de novos leitores.	UNESCO	914-BRA/1113	7.347,00

4.2.3.3.1.2. Resultados

No ano de 2007, realizaram-se a revisão ortográfica e gramatical, diagramação, publicação e distribuição dos 600.000 exemplares das RC nºs 43, 44 e 45, cujas despesas foram realizadas com créditos de restos a pagar - RAP do exercício de 2006, o que explica a não execução financeira do exercício de 2007. A não execução financeira dos créditos orçamentários de 2007 deveu-se a atraso ocorrido no processo de impressão das RC nº 44 e 45, ocasionado sobretudo por pendência quanto à decisão sobre possível rescisão de contrato com a empresa encarregada do serviço. O exercício de 2007 foi ainda permeado por alguns obstáculos internos, que incluíram a saída da coordenadora do setor e a indefinição quanto à nomeação de seu sucessor, a mudança de setor da pessoa que acompanhava o projeto, a extinção do projeto de cooperação técnica que financiava a contratação de jornalistas, editores e empresa de diagramação, o que levou à necessidade de se fazer nova licitação para contratar revisão ortográfica e diagramação, e por fim a criação da Comissão de publicações no MEC, que impôs novas regras e estendeu o prazo dos trâmites do processo de publicações.

Tabela 26 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
600.000	1.000.000,00	0	0,00

Produto: Exemplar Distribuído

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial autorizada: R\$ 1.000.000,00

Dotação (Lei + crédito) R\$ 1.000.000,00

Empenhado: R\$ 0,00



4.2.3.3.2. Ação 0A24 – Apoio ao atendimento educacional de crianças de até seis anos de idade

4.2.3.3.2.1. Dados gerais

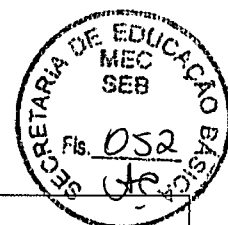


Tabela 27 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Contribuir para que as instituições de educação infantil melhorem suas condições pedagógicas de maneira a promover um atendimento educacional de qualidade.
Descrição	O atendimento se concretiza mediante repasse financeiro diretamente aos Estados e Municípios para a realização de despesas com atendimento educacional das crianças matriculadas. A ação beneficia as instituições de educação infantil públicas e privadas sem fins lucrativos, conforme critérios definidos pela Secretaria de Educação Básica - SEB e de acordo com o número de alunos matriculados apurado no cadastro do censo escolar do ano anterior ao do repasse.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEB
Coordenador nacional da ação	Godiva de Vasconcelos Pinto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

A ação é desenvolvida mediante a apresentação de projetos educacionais elaborados pelos Estados, Municípios e DF, sob a forma de plano de trabalho que são analisados pela Secretaria de Educação Básica, do MEC e, após aprovados, são encaminhados ao FNDE para assinatura dos instrumentos de transferência de recursos para a realização de despesas com atendimento educacional das crianças matriculadas em instituições de educação infantil públicas e privadas sem fins lucrativos. Em 2007, a execução dessa ação previa o repasse financeiro diretamente aos Estados e Municípios para a realização de despesas com atendimento educacional das crianças de até seis anos matriculadas.

4.2.3.3.2.2. Resultados

Em 2007, a execução desta Ação pode ser considerada atípica, uma vez que, em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica por meio do PAR e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica, para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE, optou-se pela sua não execução. Assim, esta ação teve a totalidade de seus créditos previstos cancelados.

Tabela 28 – Execução físico-financeira

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
850.000	50.000.000,00	0	0,00

Produto: Criança Atendida
Unidade de Medida: Unidade
Obs: Cancelamento Total

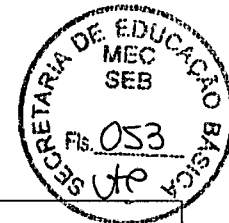


4.2.3.3.3. Ação 09HI – Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil

4.2.3.3.3.1. Dados gerais

Tabela 29 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal com recursos financeiros para a renovação da rede física de ensino dessas esferas de governo, contemplando a aquisição de equipamentos para espaços educacionais de Educação Infantil novos ou reformados.
Descrição	Esta ação apoiará com recursos financeiros a aquisição de equipamentos para estabelecimentos públicos de Educação Infantil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB / FNDE
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	FNDE
Coordenador nacional da ação	Maria Fernanda Nogueira Bittencourt
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há



A ação é desenvolvida mediante a solicitação dos Estados, Municípios, DF e Instituições Federais que atuem na Educação Infantil, por meio da apresentação de plano de trabalho. Os projetos são analisados pela Secretaria de Educação Básica, do MEC, após aprovados, são encaminhados ao FNDE para assinatura dos instrumentos de transferência.

4.2.3.3.3.2. Resultados

Em 2007, a execução desta ação pode ser considerada incomum, uma vez que, em virtude da implementação das rotinas decorrentes das regras estabelecidas nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica por meio da Publicação da Resolução/CD/FNDE/Nº 006, de 24 de abril de 2007, que estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escola Pública de Educação Infantil – PROINFANCIA, o recebimento das documentações das Prefeituras só iniciou no mês de outubro. Em dezembro de 2007 foram firmados 40 convênios com Prefeituras Municipais em 12 Estados da Federação das regiões nordeste, sudeste e sul, beneficiando 40 escolas com equipamentos. Vale ressaltar essa ação beneficiará as escolas padronizadas de Educação Infantil a serem construídas por meio do PROINFANCIA. A meta física não foi atingida em sua totalidade, tendo em vista o redimensionamento dos valores para a aquisição dos equipamentos.

Tabela 30 – Execução físico-financeira

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
60	3.000.000,00	40	0,00

Produto: Escola Equipada

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial: R\$ 3.000.000,00

Empenhado: R\$ 2.800.000,00

Liquidado R\$ 2.800.000,00

Pago R\$ 0,00



4.2.3.3.4. Ação 09HJ – Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil



4.2.3.3.4.1. Dados gerais

Tabela 31 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal com recursos financeiros para a reestruturação da rede física de ensino dessas esferas de governo, contemplando construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de espaços escolares de educação infantil. Dotar a rede de escolas de Educação Infantil de condições adequadas de funcionamento no que tange à quantidade e à qualidade da infra-estrutura física dos estabelecimentos.
Descrição	Esta ação apoiará com recursos financeiros construções, recuperações (reformas), ampliações, adaptações e adequações para estabelecimentos públicos de Educação Infantil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB / FNDE
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	FNDE
Coordenador nacional da ação	Maria Fernanda Nogueira Bittencourt
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

4.2.3.3.4.2. Resultados

Em 2007, a execução desta ação pode ser considerada atípica, uma vez que, em virtude da implementação das rotinas decorrentes das regras estabelecidas nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica por meio da Publicação da Resolução/CD/FNDE/Nº 006, de 24 de abril de 2007, que estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escola Pública de Educação Infantil – PROINFANCIA, o recebimento das documentações das Prefeituras só iniciou no mês de outubro. Em dezembro de 2007 foram firmados 60 convênios com Prefeituras Municipais em 16 Estados da Federação das cinco regiões no valor total de R\$ 42.000.000,00, sendo 01 construção de Escola Padronizada (PROINFÂNCIA) por convênio. A meta física não foi atingida em sua totalidade, tendo em vista o redimensionamento dos valores para construção da Escola Padrão (PROINFÂNCIA). Também foram analisados Planos de Trabalho com seus respectivos empenhos que refletiu-se na finalização de quase 100% dos recursos financeiros, pertinentes aos projetos.

Tabela 32 –: Execução físico-financeira

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
850	42.500.000,00	61	42.421.286,94

Produto: Escola apoiada

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial: R\$ 42.500.000,00

Empenhado: R\$ 42.421.286,94

Liquidado R\$ 42.421.286,94

Pago R\$ 421.286,94

4.2.3.3.5. Ação 0E04 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil 0.º



4.2.3.3.5.1. Dados gerais

Tabela 33 – Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária (Operações Especiais)
Finalidade	-
Descrição	Emenda Parlamentar
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB e FNDE
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COEDI/SEB
Coordenador nacional da ação	Rita de Cássia de Freitas Coelho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

4.2.3.3.5.2. Resultados

Atendimento a emenda parlamentar nº 32680009 de autoria da Deputada Laura Carneiro - PFL/RJ, apresentada junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em 2007. O objeto dessa emenda é o Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil - Serviço de Assistência Social Nossa Senhora de Fátima - São Fidélis - RJ - CNPJ: 31.508.187/0001-62, tendo em vista a reforma de uma entidade. O projeto apresentado formalizou o convênio nº 800131/2007, no valor de total de R\$ 201.041,74 (FNDE R\$ 199.026,74 - Entidade R\$ 2.015,00).

Tabela 34 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
1	R\$ 200.000,00	1	0,00

Produto: Projeto Apoiado

Unidade de Medida: Unidade

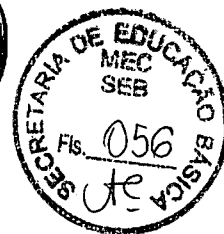
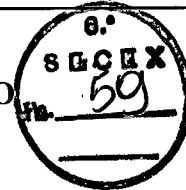
Obs. Dotação inicial: R\$ 200.000,00

Dotação (Lei + Créditos): R\$ 200.000,00

Empenhado: R\$ 199.026,74

Liquidado: R\$ 199.026,74

Pago R\$ R\$ 0,00

4.2.4. Programa 1067 – GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**4.2.4.1. Dados gerais****Tabela 35 – Dados gerais do programa**

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
Gerente do programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Gerente executivo	Leo Kessel
Indicadores ou parâmetros utilizados	-
Público-alvo (beneficiários)	Governo

O Programa, ao se impor o objetivo a coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação, tem como meta ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população promovendo o acesso universal à educação.

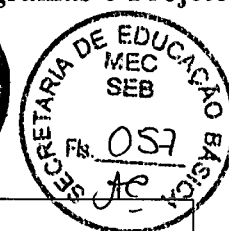
4.2.4.2. Principais Ações do Programa

O gerenciamento deste Programa não é realizado pela SEB que, no entanto, tem sob sua responsabilidade a execução de duas ações:

SEB (UA e UO)

- 6336 – Capacitação de Gestores para o Monitoramento de Programas e Projeto Educacionais
- 09HK – Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

4.2.4.3. Gestão das ações

4.2.4.3.1. Ação 6336 – Capacitação de Gestores para o Monitoramento de Programas e Projeto Educacionais**4.2.4.3.1.1. Dados gerais****Tabela 36 – Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Implementar ações que assegurem a sustentabilidade da política educacional, contribuindo com a regulamentação e implementação do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Descrição	Ação realizada por intermédio de assistência técnica, com orientações sobre a concepção, formulação e avaliação de políticas públicas na área de educação, mediante cursos para sensibilização e capacitação de equipes gerenciais e conselhos vinculados à educação nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Além disso, a SEB desenvolverá um processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução de programas e projetos educacionais, conveniados com o MEC, mediante manuais e instrumentos técnicos que orientem o replanejamento da união e dos entes federados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	SEB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DASE/CAFISE
Coordenador nacional da ação	Arlindo Cavalcanti de Queiroz
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

4.2.4.3.1.2. Resultados**Tabela 37 – Metas e resultados da ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
4.000	500.000,00	3.943	0,00

Produto: Gestor Capacitado

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial: R\$ 2.000.000,00

Dotação (Lei + crédito) R\$ 500.000,00

Empenhado: R\$ 475.837,50

Liquidado R\$ 0,00

Pago R\$ 0,00

Por meio dessa Ação, a SEB apóia as ações de capacitação de conselheiros municipais, conselheiros escolares, diretores e gestores de Secretarias de Educação, contribuindo para o fortalecimento da gestão democrática da educação. Esse apoio se efetiva a partir da implementação dos seguintes programas:

A - Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

B - Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação – Pró-Conselho;

C - Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Elaboração, Acompanhamento e Avaliação do PNE e dos Planos Decenais Correspondentes.



A – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

Desde 2004, o Ministério da Educação vem desenvolvendo ações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, que visam ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, bem como instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de Conselhos Escolares, além de promover também em parceria, a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive metodologias de educação a distância. O Programa tem como público alvo os Conselheiros Escolares, técnicos e dirigentes das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como membros de sindicatos ligados a educação. Para que o Programa atinja, de forma efetiva, uma maior clientela, diferentes estratégias são utilizadas, sendo empregados meios instrucionais presenciais e à distância. A produção e distribuição de material didático especificamente elaborado com a finalidade de capacitar Conselheiros Escolares constitui-se também em uma estratégia de ação. Com isso pretende-se subsidiar os conselheiros escolares e toda a comunidade escolar e local com cadernos contendo publicações temáticas e fomentadoras das discussões sobre as potencialidades do Conselho Escolar, mobilizando e responsabilizando todos os atores envolvidos. As ações de capacitação desenvolvidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares dividem-se em Encontros Presenciais e Cursos de Extensão a Distância. Os Encontros Presenciais são realizados em 3 dias, onde são proferidas palestras, desenvolvidas oficinas e apresentados relatos de experiências. Os Cursos de Extensão a Distância são realizados em convênio com universidade, têm carga horária de 80 horas e são realizados totalmente pela internet. Nas capacitações são trabalhados os 12 cadernos que compõem o material didático elaborado para o Programa. Para viabilizar as ações do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares foram realizadas diversas parcerias, principalmente com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, além de convênios com universidades para a implementação de ações.

Em 2007, a execução das ações previstas foi prejudicada em razão do atraso na indicação do novo titular da Secretaria de Educação Básica e na definição da sua nova estrutura. Ao todo, foram capacitados 2.450 conselheiros/técnicos nos 5 encontros presenciais de formação do Programa realizados:

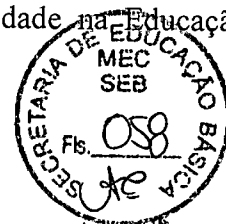
Quadro 20 – Encontros realizados

ANO	MÊS	DIAS	UF/MUNICÍPIO	PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
2007	Maio	04 e 05	Vila Velha - ES	400	Conselheiro Escolar
	Agosto	06, 07 e 08	MS	150	Técnico de Secretaria
	Agosto	30, 31 e 01	Belo Horizonte - MG	200	Conselheiro Escolar
	Novembro	07, 08 e 09	Fortaleza - CE	1300	Conselheiro Escolar
	Novembro	26, 27 e 28	AL	400	Conselheiro Escolar
Total de capacitados em 2007				2.450	

Durante o ano de 2007 foi realizado um projeto piloto em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Natal e a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, onde foram ofertadas 300 vagas em um Curso de Extensão a Distância para Conselheiros Escolares. Os Conselheiros foram selecionados dentre as escolas municipais e estaduais localizadas em Natal/RN.

Foram distribuídos kits do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares para apoio aos sistemas de ensino e para atender a demanda de instituições e técnicos ligados à educação. Foram também distribuídos materiais mediante apresentação de projetos de capacitação de conselheiros escolares.

Foi homologada a reimpressão de 20.000 exemplares de cada um dos 12 cadernos do Programa para atendimento a capacitação de técnicos e dirigentes das secretarias de educação e de sindicatos, além do apoio a capacitação de conselheiros escolares. Foi homologada a reimpressão de exemplares dos cadernos: Conselho Escolar e a Educação do Campo e Indicadores da Qualidade na Educação, formando um kit a ser encaminhado a 86.150 escolas rurais.





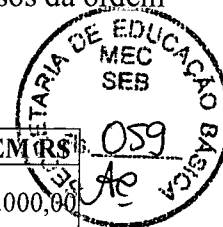
Iniciou-se a elaboração de uma publicação para apoiar a criação de Fóruns Permanentes Municipais e Estaduais de Conselhos Escolares, que se somará ao material didático-pedagógico do Programa.

Foi assinado pela Secretária da SEB e encaminhado a UNB para assinatura a Carta para oferta do Curso de Extensão a Distância (Fase I e II), que será realizado em parceria com Universidade de Brasília, para capacitar conselheiros, técnicos e dirigentes das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e membros de sindicatos.

Foi realizada uma parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para a elaboração de um novo caderno do Programa intitulado Conselho Escolar e Direitos Humanos, que se somará ao material didático-pedagógico do Programa. Para isso foram descentralizados à SEB recursos da ordem de R\$ 360.000,00, repassados ao Projeto UNESCO BRA/1095.

Quadro 21 - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2007

	ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
SERVIÇOS	Confecção de material.	PNUD	BRA/03/004	4.000,00
	Impressão gráfica de publicações.	PNUD	BRA/03/004	18.300,00
	Elaboração de duas publicações não-periódicas, impressas.	PNUD	BRA/03/004	26.000,00
	Elaboração de Termo de Referência	PNUD	BRA/03/004	5.000,00
	Impressão e reprodução de material de apoio.	UNESCO	914-BRA/1095	22.655,00
EVENTOS	Encontro Estadual no Mato Grosso do Sul, 06 a 08/08/2007.	PNUD	BRA/03/004	20.772,02
DIÁRIAS		PNUD	BRA/03/004	17.142,79
PASSAGENS		PNUD	BRA/03/004	28.948,15



B – Pró-Conselho

O Programa tem por objetivo incentivar e qualificar a participação da sociedade na tarefa de avaliar, definir e fiscalizar as políticas educacionais do município. Para isso, o Programa investe na ampliação da capacidade de atuação dos conselheiros, incentiva a instituição de ações colegiadas que propiciem a intervenção organizada, bem como as atitudes preservadoras de autonomia municipal e de representatividade social, e fomenta a criação de novos Conselhos Municipais de Educação. Em 2007, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Realização de 05 encontros estaduais (PB, TO, BA, CE, e SC) contemplando a 950 conselheiros municipais de educação. Registre-se que ao final desses encontros de capacitação, foram distribuídos aos participantes formulários de avaliação contendo questões sobre a organização do encontro, conteúdos abordados, metodologia, desempenho dos facilitadores e palestrantes, comentários e sugestões, dos quais 80% foram respondidos, indicando uma aprovação superior a 90%. Os depoimentos expressam grande satisfação com a iniciativa de fortalecimento dos Conselhos.
- Aquisição e Distribuição de 1.801 computadores e 1.801 impressoras para os conselhos municipais de educação ativos e cadastrados no SICME no ano de 2006. Nesse sentido, foi providenciado aditamento no contrato referente ao pregão do Contrato nº 134/2006 do

FNDE, no valor R\$ 4.253.204,10 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e quatro reais e dez centavos), Programa de Trabalho 12.361.1061.0509.0001.

- Elaboração, impressão e distribuição do Perfil dos Conselhos Municipais de Educação, ano base 2007;
- Impressão de materiais instrucionais e de apoio aos encontros de capacitação. Entre os materiais produzidos, destaca-se um conjunto a ser utilizado nos Encontros de Capacitação, que inclui:
 - Os Cadernos de Referência 1 e 2 (elaborados respectivamente para a primeira e a segunda fase do Programa) dão subsídios para a compreensão da legislação educacional vigente e o entendimento do papel do CME na definição, avaliação e fiscalização das políticas educacionais.
 - Os Cadernos de Oficinas 1 e 2 (um para cada fase do Programa) contêm orientações metodológicas e exercícios que auxiliam na interpretação da legislação e na aplicação dos conhecimentos adquiridos durante as palestras dos encontros. As oficinas são descritas em detalhes incluindo, para cada uma das partes que as compõem, a duração, objetivo, desenvolvimento, material de apoio, leitura complementar e atividades a serem realizadas.
 - O Guia de Consulta apresenta considerações sobre a natureza, o papel, as funções e atribuições dos CME. O foco do material é orientar os conselheiros e secretários municipais de educação para a organização do Conselho Municipal de Educação. A publicação foi dividida em três partes:
- Elaboração de Projeto Básico para Implantação da uma Rede de Educação à Distância, Micro-Informações e Tecnologias Sociais, integrando os micro-dados da realidade local com vistas a promover e ampliar a participação da educação escolar no processo de desenvolvimento municipal;
- Desenvolvimento de anteprojeto do formato de educação a distância para o Programa (o documento nos foi entregue no mês de janeiro e está sendo analisado pelos técnicos, a fim de darmos continuidade a sua implementação);
- Elaboração dos Anais - Seminário Internacional Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas.
- Continuidade do cadastramento dos conselhos municipais de educação do FUNDEB. Até o momento 4.112 conselhos já têm sua composição informada ao MEC. Quanto aos estaduais só temos até o momento 4 estados que informaram as suas composições.
- Cadastramento de municípios e conselhos municipais de educação em funcionamento no Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação; Esse sistema, desenvolvido desde 2004, consiste numa base de dados nacional, alimentada anualmente por conselheiros e dirigentes municipais, que aderem voluntariamente. O cadastro pode ser feito diretamente na página do Pró-Conselho na Internet ou por meio de um formulário impresso enviado pelos Correios a todos os municípios brasileiros. A sistematização dos dados do SICME subsidiou a elaboração e publicação, em 2004 e 2005, 2006 e 2007 (em fase de finalização) do **Perfil dos Conselhos Municipais de Educação** no Brasil, a fim de contribuir com a realização de estudos e pesquisas no campo da gestão democrática da educação e ainda com o aperfeiçoamento do processo de capacitação realizado pelo Pró-Conselho. Com base nas informações do SICME, é possível identificar avanços obtidos. Em 2007, foram cadastrados/recadastrados no SICME 4.481 municípios, dos quais 2.389 informaram possuir CME em funcionamento. Esse total de municípios cadastrados equivale a 81% dos municípios do país, sendo que a variação do crescimento dos cadastrados e em

funcionamento, de 2004 para 2007 foi de 84%, passando de 2.425 para 4.481. Após a implantação do Programa, o número de municípios com leis criando o Sistema Municipal de Ensino passou de 937 para 2.582, um percentual de aumento de 175.6%. Também os números de municípios com lei criando o Plano Municipal de Educação aumentou de 392 para 2.393, uma variação de 510%. O quadro e o gráfico a seguir demonstram esse movimento.

Quadro 22 – Evolução do número de municípios cadastrados no SICME

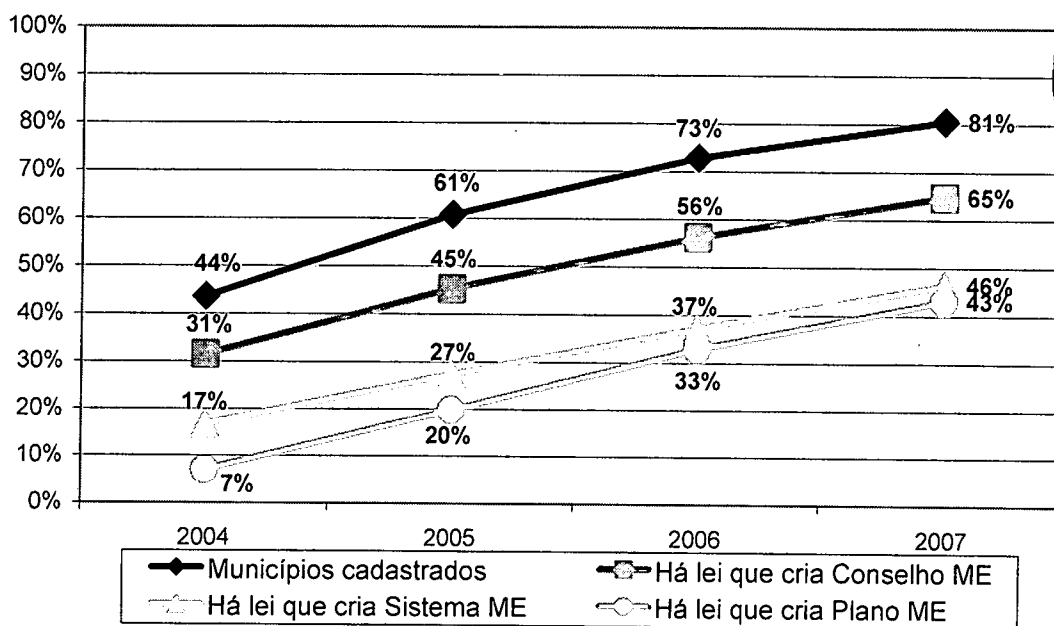
Tab. 2 - Crescimento real e percentual, do número de municípios cadastrados no SICME entre 2004 e 2007, conforme situação dos atos legais de criação do CME, SME e PME

	Número de municípios do Brasil (*)	2004 (**)		2005 (**)		2006 (**)		2007 (**)	
		Número de cadastrados somente em 2004	% sobre o Total de municípios do Brasil	Número de cadastrados novos, somente em 2005	Total de cadastrados em 2004 e 2005	% sobre o Total de municípios do Brasil	Número de cadastrados novos, somente em 2006	Total de cadastrados de 2004 a 2006 (sem dupla contagem)	% sobre o Total de municípios do Brasil
		(A)	(B)=(C/A)	(D)	(E)=(B+D)	(F)=(E/A)	(G)	(H)=(E+G)	(I)=(H/A)
Municípios cadastrados	5563	2425	44%	966	3391	61%	671	4062	73%
Há lei que cria Conselho ME	5563	1751	31%	769	2520	45%	607	3127	56%
Há lei que cria Sistema ME	5563	937	17%	588	1.525	27%	547	2072	37%
Há lei que cria Plano ME	5563	392	7%	712	1.104	20%	726	1.830	33%

(*) IBGE 2001

(**) Fonte: SICME 2004/ 2005/ 2006/ 2007

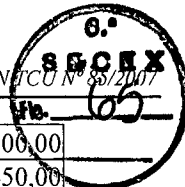
Gráfico 1 - Crescimento percentual do número de municípios cadastrados no SICME entre 2004 e 2007, conforme situação dos atos legais de criação do CME, SME e PME.



Fonte: SICME 2007

Quadro 23 - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2007

ITEM DE DESPESA		FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
SERVIÇOS	Impressão gráfica de publicações.	PNUD	BRA/03/004	84.480,00
	Empresa especializada em tecnologia de informação.	PNUD	BRA/03/004	25.000,00
	Confeção de material.	PNUD	BRA/03/004	31.200,00
	Serviços gráficos.	PNUD	BRA/03/004	11.200,00
	Serviços de elaboração de materiais instrucionais.	PNUD	BRA/03/004	56.700,00
	Projeto gráfico, diagramação, ilustração, capa e arte final.	PNUD	BRA/03/004	1.818,00
	Elaboração de texto sobre financiamento.	PNUD	BRA/03/004	2.000,00



	Diagramação/editoração de textos.	PNUD	BRA/03/004	2.500,00
	Envelope Bolha para CD-Rom.	PNUD	BRA/03/004	4.450,00
EVENTOS	Encontro Estadual no Rio de Janeiro/RJ, 20 a 22/11/2006.	PNUD	BRA/03/004	20.003,18
	Encontro Estadual em João Pessoa/PB, 03 a 06/07/2007.	PNUD	BRA/03/004	42.598,80
	Encontro Estadual em Palmas/TO, 21 a 24/08/2007.	PNUD	BRA/03/004	38.752,00
	Encontro Estadual em Salvador/BA, 11 a 14/09/2007.	PNUD	BRA/03/004	51.400,00
	Encontro Estadual em Fortaleza/CE, 02 a 05/10/2007.	PNUD	BRA/03/004	33.415,11
	Encontro Estadual em Florianópolis/SC, 20 a 23/11/2007.	PNUD	BRA/03/004	66.959,62
DIÁRIAS		PNUD	BRA/03/004	22.060,37
PASSAGENS		PNUD	BRA/03/004	101.955,08

Quadro 24 - Transferência de créditos orçamentários referentes à Ação 0509

INSTITUIÇÃO	VALOR EM R\$
UFSC (Projeto de Formação continuada)	426.600,00

C – Programa de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais Correspondentes

O Programa tem por objetivo acompanhar a implementação e a avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais (estaduais e municipais) correspondentes, utilizando ações específicas de planejamento das políticas educacionais articuladas entre a União, estados e municípios, com participação da sociedade civil organizada. Para isso, o Programa oferece apoio técnico e pedagógico aos Sistemas de Ensino nos Estados e Municípios para elaboração dos seus planos decenais correspondentes, com base no art. 214 da CF/98 e artigos 9º e 87 da Lei 9394/96, em consonância com a Lei 10.172/2001.

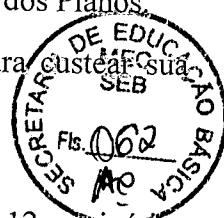
Nas suas diversas fases de execução, o programa amplia o canal de comunicação entre educadores, gestores, entidades da área educacional e os poderes constituídos, uma vez que envolve diversos segmentos ligados à educação, sobretudo dirigentes, técnicos e gestores das secretarias estaduais e municipais de educação, visando implementar ações que assegurem a sustentabilidade da política educacional, contribuindo, portanto, com a regulamentação e implementação do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A ação é realizada por intermédio de assistência técnica e pedagógica fundamentadas em orientações sobre a concepção, formulação e avaliação de políticas públicas na área de educação, mediante Seminários de sensibilização e capacitação do público alvo nos Estados, Distrito Federal e Municípios. O Programa possui três estratégias para apoiar e orientar a elaboração dos Planos Municipais e Estaduais de Educação:

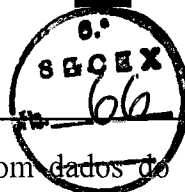
- Formação Presencial: Seminários Estaduais de Acompanhamento e Avaliação dos Planos Decenais (Estado e Municípios), que têm como objetivos envolver os diversos segmentos sociais ligados à educação na discussão do plano e capacitar os secretários, gestores e técnicos das Secretarias de Educação para elaborar e revisar os Plano Municipais de Educação.
- Apoio à Formação: encaminhamento de documentos técnico para apoiar e orientar os secretários, gestores e técnicos das Secretarias estaduais e municipais de Educação e demais segmentos da sociedade civil organizada – ligados à área de educação - quanto à elaboração e avaliação dos Planos.
- Orientação à distância: Encaminhamento de orientações por meio eletrônico, telefone e envio de documentos, no sentido de dirimir dúvidas quanto à elaboração e avaliação dos Planos.

Embora este programa esteja vinculado à Ação 6336, grande parte dos recursos para custeá-la sua execução são oriundos do Acordo Brasil/Unesco 914 BRA/1121/2007.

Em 2007, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Seminários Estaduais - Inicialmente estava prevista, em 2007, a realização de 12 seminários estaduais nos estados das regiões norte e nordeste, onde se registram historicamente os piores



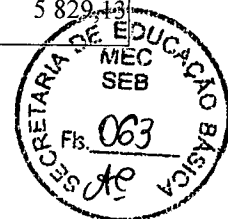


índices educacionais, confirmado com dados do IDEB. Posteriormente, esse número foi reduzido em virtude de atrasos provocados pela mudança de dirigentes do Ministério e de atraso na produção do material (documentos norteadores, relatórios e outros).

- Salvador (BA), realizado no período de 15 a 17 de outubro, com a participação de 105 municípios representados por 130 pessoas (secretários, gestores, técnicos, coordenadores pedagógicos e representantes de entidades ligadas à educação);
- Ilhéus (BA), realizado no período de 18 a 20 de outubro, com a participação de 76 municípios representados por 110 pessoas (secretários, gestores, técnicos, coordenadores pedagógicos e representantes de entidades ligadas à educação);
- Teresina (PI), realizado no período de 05 a 07 de dezembro, com a participação de 70 municípios representados por 125 pessoas (secretários, gestores, técnicos, coordenadores pedagógicos e representantes de entidades ligadas à educação).
- Participação em Conferências, Seminários na área de Educação, promovidos por entidades federais, estaduais e municipais – nessas atividades Programa atua disponibilizando recursos humanos e envio de material técnico-pedagógico;
- Distribuição de 1.000 kits de apoio para elaboração do Plano Municipal de Educação composto dos documentos: “Subsídios para Planejamento de Conferência Municipal de Educação”; “Documento Norteador para Elaboração de Plano Municipal de Educação”; Subsídios para Planejamento de Rede Escolar com Base na Experiência em Minicenso Educacional”;
- Distribuição de: 500 exemplares do documento preliminar, contendo a síntese da avaliação de órgãos federais com relação às metas dos Planos Decenais; 500 exemplares de relatórios dos seminários regionais (realizado em 2006), com resumos das atividades desenvolvidas, sugestões e recomendações dos participantes;
- Distribuição de 400 CDs-ROOM regravados com base de dados demográficos e educacionais para apoiar a elaboração do Plano Municipal de Educação;
- 200 assessorias técnicas a distância para dirimir dúvidas sobre a elaboração do Plano Municipal de Educação, realização de minicenso e conferência municipal de educação;
- Realização de 20 reuniões técnicas no âmbito do MEC e de outros órgãos para discutir temas ligados ao PNE e Planos estaduais e municipais decenais correspondentes.

Quadro 25 - Itens de despesa relacionados à atividade em 2007


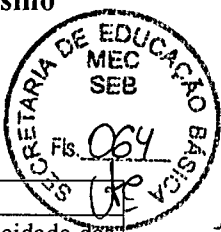
ITEM DE DESPESA		FONTES	PROJETO	VALOR EM R\$
Serviços		UNESCO	914-BRA/1121	53 300,00
Eventos	1º Seminário Estadual de Acompanhamento e Avaliação dos Planos Municipais e Estadual de Educação da Bahia em Salvador/BA, 15 a 17/10/2007	UNESCO	914-BRA/1121	19 638,84
	2º Seminário Estadual de Acompanhamento e Avaliação dos Planos Municipais e Estadual de Educação da Bahia em Ilhéus/BA, 18 a 20/10/2007	UNESCO	914-BRA/1121	18 073,00
	Seminário Estadual de Acompanhamento e Avaliação dos Planos Municipais e Estadual de Educação do Piauí em Teresina/PI, 05 a 07/12/2007	UNESCO	914-BRA/1121	35 000,00
Consultoria		UNESCO	914-BRA/1095	17 000,00
Diárias		PNUD	BRA/03/004	2 054,99
Passagens		PNUD	BRA/03/004	5 829,43



4.2.4.3.2. Ação 09HK – Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

4.2.4.3.2.1. Dados gerais

Tabela 38 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Desenvolver modelos gerenciais visando à melhoria da capacidade das Secretarias Municipais de Educação de forma que priorizem a gestão democrática nos sistemas de ensino e a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos.
Descrição	Esta ação será realizada por intermédio de assistência técnica e financeira, visando apoiar a implementação de modelos de desenvolvimento gerencial de Secretarias Municipais de Educação, ou conjunto de Secretarias de municípios de pequeno e médio porte da região do semi-árido brasileiro e/ou que possuam indicadores de qualidade que revelam uma realidade de comprometimento da qualidade da educação, permitindo o aperfeiçoamento do processo de planejamento, a estruturação das funções estratégicas, da modernização administrativa, inclusive com implantação de sistema de informações gerenciais para monitoramento de indicadores educacionais. Para a implementação da ação são previstas atividades de produção de material, capacitação de técnicos das Secretarias e o fornecimento de instrumentos, como softwares e equipamentos de informática necessários à implantação de tecnologia de sistema de informações gerenciais informatizado e de modernização administrativa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	SEB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DASE/CAFISE
Coordenador nacional da ação	Arlindo Cavalcanti de Queiroz
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Secretarias Municipais de Educação, ou conjunto de Secretarias de municípios de pequeno e médio porte da região do semi-árida.

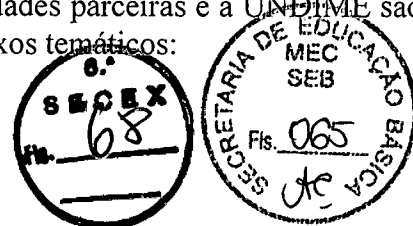
Esta ação viabiliza o desenvolvimento do Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação do Semi-Árido – PROFORTI que fomenta mudanças na cultura gerencial da Educação brasileira com atendimento focado em municípios do semi-árido, para que as gestões municipais da região atendam com qualidade às necessidades de sua população, no que tange a educação.

A região semi-árida do Brasil, identificada em 11 estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo), com uma população de 26,4 milhões de habitantes e, aproximadamente, 11 milhões de crianças e adolescentes (Unicef, 2003) é uma região que requer especial atenção devido à histórica dificuldade de resposta às necessidades de melhoria das condições de vida. Dados recentes do IDEB demonstram que 71% dos municípios prioritários (com IDEB inferior a 2,8) encontram-se nesses 11 estados e que 50% do total dos prioritários pertencem à região semi-árida. Com base nestes dados e nos princípios constitucionais da equidade, qualidade e gestão democrática da educação, o MEC, no âmbito da Secretaria de Educação Básica, instituiu o Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação do Semi-Árido - PROFORTI. A implantação e implementação do Programa conta com a parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica da SEB/MEC e do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e Centros de Extensão das Universidades Públicas.

O programa se destina às secretarias municipais de educação dos municípios pertencentes ao semi-árido brasileiro. Os critérios prioritários de seleção são os municípios de pequeno porte, com até 10.000 alunos matriculados na sua rede municipal aproximadamente, com baixo índice de desenvolvimento humano e com condições de infra-estrutura necessárias ao pleno desenvolvimento do projeto. A estratégia de implementação do Programa consiste na formação em serviço de dirigentes e técnicos das secretarias de educação dos municípios por meio de encontros presenciais e de acompanhamento no local de trabalho, além da utilização de subsídios didáticos e didático-tecnológicos de forma a que possam reestruturar a secretaria em conformidade aos novos marcos legais e ao desenvolvimento de uma política de fortalecimento da educação básica com qualidade e inclusão social. Estes elementos propiciam o desenvolvimento institucional dos órgãos dirigentes municipais de educação de forma a favorecer o avanço dos sistemas de ensino na direção de melhores resultados educacionais, por meio de fatores tais como a percepção das demandas sociais por educação, a eficácia no manejo dos recursos para atendê-las, e obtenção de resultados no enfrentamento de problemas pelas secretarias de educação. Propicia também condições para que as secretarias se orientem na direção de consolidar uma cultura de gestão participativa, informatizada, baseada em diagnósticos de problemas e no planejamento de ações a partir de prioridades.

Cada município recebe um total de 78 horas de capacitação, sendo 30 horas para o encontro presencial e mais 48 horas para a capacitação no local de trabalho. As universidades parceiras e a UNDIME são as disseminadoras no processo de capacitação que consiste em três eixos temáticos:

- Gestão/organização das secretarias;
- Gestão orçamentária e financeira; e
- Gestão da informação.



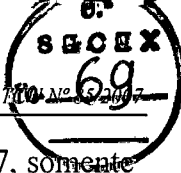
Os resultados esperados com a capacitação são: a reestruturação das Secretarias municipais de Educação, a revisão das formas de trabalho e a construção de um projeto de continuidade das atividades, dando origem a um ambiente de trabalho mais dinâmico, moderno e participativo, tendo como idéia principal o atendimento rápido e eficiente das necessidades internas da secretaria e de toda a comunidade escolar. Esse fortalecimento institucional pretende ser fator de contribuição para a melhoria do IDEB municipal.

4.2.4.3.2.2. Resultados

No início de 2007, o programa estava finalizando a edição I do Proforti, iniciado em 2005 por meio de convênio com a Undime. Ao todo, o PROFORTI já capacitou 1.072 pessoas ligadas à administração escolar, entre secretários e técnicos de secretarias municipais de educação de 67 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Paraíba e Pernambuco.

Em 2007 e 2008, mais 165 municípios receberão o PROFORTI nos 11 estados do semi-árido brasileiro, somando mais 2.475 beneficiados com essa capacitação. A edição II do Proforti, conveniada também com a Undime em 2006, só teve início no final de maio/2007 com a formação dos especialistas dos 5 estados envolvidos nessa fase (CE, MA, PI, RN e SE) e também MG e ES que entrariam na edição III do Programa. Foram destinados R\$ 29.739,15 do orçamento 2007, por meio de descentralização à UFBA, para realização dessa capacitação. Em função de ocorrências como o andamento do Proforti I e greve nas universidades federais o Proforti II iniciou suas capacitações presenciais somente em agosto/2007. O Proforti II tem previsão de término em março/2008, mas até dezembro/2007 capacitou 560 pessoas em 35 municípios, da previsão de 1200 pessoas em 75 municípios. Ressalta-se que o presencial já foi realizado com os 75 municípios, faltando apenas a conclusão do acompanhamento *in loco*.

O orçamento de 2007 contempla a edição III do Proforti que foi viabilizada por meio de descentralizações diretas com as universidades com exceção da BA que, em função da universidade ser estadual, foi realizado convênio. Com morosidade, o processo de liberação dos créditos só começou em outubro e por isso apenas 3 estados conseguiram realizar as atividades do presencial



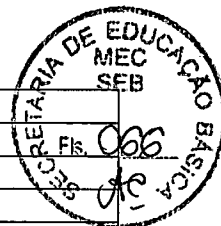
(Minas Gerais, Paraíba e Espírito Santo com 45 participantes no total) e até dezembro/2007, somente 4 municípios de Minas Gerais tiveram o acompanhamento *in loco*, ou seja, 64 pessoas capacitadas.

Além da capacitação, uma outra ação foi iniciada referindo-se à modernização dos sistemas que diz respeito à informatização. Mais R\$ 191.186,88 foram destinados à UFMA que, em parceria com a UFES, desenvolverá o novo sistema integrado de administração escolar. A descentralização efetivou-se em 03/12/2007. O objetivo é a criação de um sistema de gestão de informações educacionais para as secretarias municipais de educação, que possibilite a geração de informações para o MEC (especialmente para o Projeto Presença e para o Censo da Educação), desenvolvido inteiramente em software livre e em conformidade com os novos marcos legais e padrões do MEC. A duração do projeto é de 12 meses e poderá atender, além dos municípios do semi-árido, todos os 5.564 municípios brasileiros.

A meta prevista para 2007 era de 50 sistemas modernizados em relação ao orçamento disponibilizado. Até dezembro/2007, foram modernizados 45 sistemas, sendo que somente 30 foram pagos (lembrando que essa execução é referente ao orçamento 2007, uma vez que houve execução também em relação ao orçamento de 2006 e de 2005). Em 2007, o Proforti apresentou execução física de 60% da meta prevista com execução financeira de aproximadamente 85% dos créditos autorizados.

Quadro 26 - descentralizações e convênios foram realizados a partir do orçamento/2007

Tipo	Entidade	Valor	Ação	Status
Descentralização	UFBA	29.739,15	09HK	Pago
Descentralização	UFMG	134.171,10	09HK	Pago
Descentralização	UFES	133.178,75	09HK	Pago
Descentralização	UFCG	127.955,75	09HK	Parte pago
Descentralização	UFRPE	133.300,00	09HK	Empenhado
Descentralização	UFMA	41.655,25	09HK	Empenhado
Descentralização	UFMA	149.531,63	0509 (*)	Empenhado
Descentralização	UFAL	126.674,75	0509 (*)	Empenhado
Convênio	UNEB	138.291,52	0509 (*)	Empenhado
Total comprometido		1.014.498,00		



(*) Houve complementação dos créditos para viabilizar as descentralizações por meio de destaque do FNDE da Ação 0509 convênio direto pelo FNDE, uma vez que R\$ 300.000,00 dos créditos previstos foram redirecionados e R\$ 100.000,00 ficou na rubrica investimento.

Tabela 39 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
50	700.000,00	30	0,00

Produto: Sistema de Ensino Modernizado

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial: R\$ 1.000.000,00

Dotação (Lei + crédito) R\$ 700.000,00

Empenhado R\$ 596.581,53

Liquidado: R\$ 596.581,53

Pago R\$ 363.352,07 *¹

*¹ Não foi realizado nenhum valor contabilmente na SEB, mas houve pagamento de recurso correspondente a descentralização para IFES.

Quadro 27 - Outros itens de despesa relacionados à atividade

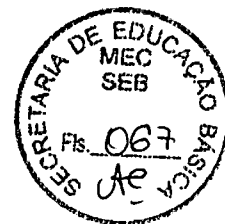
ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
SERVIÇOS	PNUD	BRA/03/004	2.700,00
CONSULTORIA	UNESCO	914 BRA/1095	14.500,00



Na avaliação do Proforti I, realizada por especialistas que acompanharam a execução do programa, além de constatado o cumprimento de todas as metas físicas, alguns pontos merecem destaque:

- “para quase todas as secretarias, o simples fato de possuírem um organograma passou a ser visto com um triunfo e mesmo motivo de orgulho”;
- “os beneficiados saíram da experiência bastante fortalecidos, a ponto de que, em vários municípios, deixou-se clara a intenção de continuar o processo por conta própria”;
- “os dados recolhidos nesta fase do Programa evidenciam que na sua maioria os dirigentes educacionais aspiram por autonomia, mesmo sabendo que muitos não dispõem de infra-estrutura humana e material para assumirem os encargos daí decorrentes”;
- “quase 100% das secretarias executaram alguma ação dentre as planejadas na direção da sua modernização administrativa, não tendo avançado mais por limitações estruturais ligados à falta de pessoas, infra-estrutura física e material e que, em razão do processo de trabalho, passaram a se preocupar com o planejamento de atividades que contribuam para a melhoria do controle, do acompanhamento e da avaliação da qualidade da educação sob suas responsabilidades”;
- “as lições aprendidas nesta primeira fase do PROFORTI indicam a importância estratégica do fortalecimento da gestão e do planejamento educacional, em nível local, como um dos recursos essenciais a que o dirigente municipal da educação deve utilizar para evitar que a municipalização do ensino dê errada e possa desenvolver-se de modo controlado e efetivo.”;
- no que diz respeito à gestão financeira, trata-se de uma das áreas mais desafiadoras, pois, no geral, as secretarias não participam desse processo. A gestão financeira dos 25% das receitas públicas vinculadas à educação, pelas Secretarias Municipais, simboliza um passo firme na direção da autonomia. Lamentavelmente quem vem fazendo essa gestão são os órgãos fazendários e administrativos das Prefeituras, que contratam contadores externos para essas operações.”

Em relação às dimensões trabalhadas pelo PROFORTI, a gestão da informação foi a que mais apresentou dificuldades de implementação. Segundo relatórios de avaliação e acompanhamentos por parte dessa coordenação, o programa utilizado para informatização das secretarias, SINaE, foi considerado o ponto mais fraco, porém, não por suas limitações intrínsecas, mas pela inexistência de condições técnicas e de infra-estrutura na maior parte das Secretarias. No entanto, o programa também apresenta problemas estruturais uma vez que foi concebido para tratar o gerenciamento das escolas e passou por adaptações para servir às secretarias. Além disso, o gerenciador de base de dados é um software proprietário, o que conflita com as atuais diretrizes de governo.



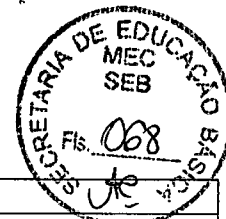


4.2.5. Programa 1072 – VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

4.2.5.1. Dados gerais

Tabela 40 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Oferecer oportunidades de capacitação e formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da Educação Básica, associadas a planos de carreira, cargos e salários, e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho.
Gerente do programa	Maria do Pilar Lacerda Almeida E Silva
Gerente executivo	Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none">- Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando na Pré-Escola- Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série- Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série- Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Médio- Taxa Docentes com Nível Superior Atuando em Creche.
Público-alvo (beneficiários)	Professores de todos os níveis de ensino da educação Básica e pessoal de apoio das escolas



O programa foi implantado em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins e Instituições Federais de Ensino, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública. As ações intersetoriais obedeceram às diretrizes comuns a serem estabelecidas entre as secretarias e órgãos do MEC envolvidos. As ações multissetoriais com entidades públicas, privadas e do terceiro setor foram desencadeadas de forma a agregar objetivos comuns, para melhorar o aproveitamento dos créditos orçamentários e projetos similares (economia de meios para fins idênticos). As ações que decorrem do Programa poderão ser implementadas utilizando-se recursos internos e externos. Poderão ser utilizados, também, instrumentos de contratos de financiamento com organismos internacionais e convênios com as Unidades Federadas e com as organizações da sociedade civil, além das transferências legais.

4.2.5.2. Principais Ações do Programa

Este Programa é de responsabilidade da SEB, sendo que a execução do conjunto de suas ações é de responsabilidade compartilhada entre a SEB e o FNDE. As principais ações do Programa em com execução pela SEB são:

SEB (UA e UO)

- 8379 – Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados da Educação Infantil – Proinfantil
- 0914 – Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio

SEB (UA) e FNDE (UO):

- 0973 – Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil
- 0966 – Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental
- 0A30 – Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica



- 2C62 – Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulados do Ensino Fundamental e Médio - Pró-Licenciatura
- 2C95 – Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio-Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica – Profucionário
- 0968 - Apoio à Capacitação de Recursos Humanos no Ensino Médio - PROMED
- 0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB



4.2.5.3. Gestão das ações

4.2.5.3.1. Ação 8379 – Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados da Educação Infantil

4.2.5.3.1.1. Dados gerais

Tabela 41 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer, por meio do Programa de Formação para Professores em exercício na Educação Infantil (Proinfantil), modalidade de ensino a distância, formação inicial em nível médio a professores já atuantes na Educação Infantil sem habilitação prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como forma de elevar a qualidade da educação infantil com a profissionalização dos professores.
Descrição	Desenvolvimento de curso semi-presencial (Proinfantil), que utiliza materiais auto-instrucionais impressos e vídeos, atividades coletivas e individuais e um serviço de apoio à aprendizagem realizado por meio de serviço de tutoria e comunicação. Tem por base o Proformação, bem-sucedido curso de formação de professores do Ensino Fundamental. As atividades básicas para a sua execução são: 1) treinamento dos agentes envolvidos (níveis gerencial, operacional, professores formadores e tutores); 2) reprodução e distribuição de materiais didáticos; 3) monitoramento(sistema de informações) do curso; 4) avaliação do curso.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB e SEED
Unidades executoras	SEB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COEDI
Coordenador nacional da ação	Rita de Cássia de Freitas Coelho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Até 2007, os Sistemas Estaduais.

O Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL - tem por objetivos habilitar em magistério para a educação infantil os professores em exercício, de acordo com a legislação vigente; elevar o nível de conhecimento e aprimorar a prática pedagógica dos docentes; valorizar o magistério, oferecendo condições de crescimento profissional e pessoal ao professor e contribuir para a qualidade social da educação das crianças de até seis anos nas instituições de Educação Infantil. O público alvo dessa ação são os mais de 37 mil professores de Educação Infantil em exercício nas creches e pré-escolas das redes públicas – municipal e estadual – e da rede privada – comunitária, filantrópica ou confessional, conveniadas com o Poder Público ou não, que não possuem a habilitação mínima exigida por lei. O PROINFANTIL

consiste em um curso a distância, com atividades presenciais, utilizando material auto-instrucional (impressos), atividades coletivas e individuais e um serviço de apoio à aprendizagem realizado por meio de tutoria e de comunicação permanentes. Todo esse trabalho se sustenta em um material pedagógico específico de educação a distância, em um sistema de apoio à aprendizagem com acompanhamento e em um sistema de comunicação que permitem ao professor cursista obter informações, socializar seus conhecimentos, compartilhar e esclarecer suas dúvidas recebendo assim, uma formação consistente. O curso possui a duração de 2 anos, perfazendo um total de 3.392 horas, distribuídas em quatro módulos semestrais de 848 horas cada um.

O Programa é desenvolvido pela União, em parceria com Estados e Municípios. Sua viabilização só é possível a partir da assinatura de acordos de participação, nos quais são definidas as responsabilidades dos entes envolvidos. A cada ente federado corresponde diferentes responsabilidades durante o curso. É importante destacar que, em nível nacional, o Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação Básica e de Educação a Distância, responsabiliza-se pela elaboração da proposta técnica, pedagógica e financeira; pela produção, impressão e distribuição de materiais, pela estratégia de implementação do programa; pela formação das equipes envolvidas; pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação de todas as ações, entre outras. Para viabilizar a realização desta formação e de acordo com as Diretrizes Gerais do PROINFANTIL, o programa conta também com professores e técnicos dos sistemas estaduais e municipais de educação onde o mesmo está implementado. Estes profissionais são cedidos para se dedicarem à formação dos Professores Cursistas, compondo as equipes das Agências Formadoras - AGFs (profissionais dos sistemas estaduais) - e as equipes de Tutores (profissionais dos sistemas municipais). Desta forma, além dos Professores Cursistas, vários outros profissionais das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação estão envolvidos na implementação do Programa – equipes estaduais de gerenciamento, professores formadores, Assessor Pedagógico de Educação Infantil e Tutores.

Entre 2005 e 2007, a ação atendeu a professores cursistas de apenas 8 estados brasileiros (Ceará, Rondônia, Goiás e Sergipe. Alagoas, Piauí, Bahia e Amazonas), o que corresponde a aproximadamente menos de 30% da meta inicial. O não atendimento à meta prevista, apesar da grande demanda ainda existente, deve-se à inviabilidade de incluir municípios onde o governo estadual não aderiu ao Programa. Além disso, o modelo vigente até então, que prevê a coordenação do processo em nível nacional, a elaboração e distribuição de material, a formação das equipes de formadores e o monitoramento e avaliação das ações realizado pela equipe do MEC, exige um grande contingente de recursos humanos, incompatível com a atual política de contratação do governo federal. Esses fatores obrigaram ao Ministério restringir a ampliação do Programa na implementação do grupo piloto e grupo 1.

Para os próximos grupos, o MEC está revendo a engenharia de implementação do Programa, buscando estabelecer parcerias com Universidades para a realização da formação dos professores formadores e tutores, o que possibilitará ampliar significativamente a inclusão de de professores no Programa. Nesse sentido, com o objetivo de ampliar o Programa e atender, até 2011, mais de 20.000 professores de educação infantil, foram contactadas, no último trimestre de 2007, Universidades Federais, que possuem grupos de pesquisa ou cursos na área da Educação Infantil, para apresentação da proposta de descentralização de ações do Proinfantil.

4.2.5.3.1.2. Resultados

Em julho de 2007, 1.010 professores cursistas do Grupo Piloto concluíram o curso nos estados do Ceará, Goiás, Rondônia e Sergipe. O Grupo 1 teve seu término em dezembro de 2007, quando foram certificados 1.867 professores de Educação Infantil nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Piauí e Rondônia. Além de qualificar os professores que atuam nas Instituições de Educação Infantil,



o curso proporcionou a formação continuada de 868 profissionais que atuam nas secretarias de educação.

Quadro 28 - Demonstrativo de professores cursistas do PROINFANTIL

UF	Equipe das Agências de Formação	Assessor Pedagógico de Educação Infantil	Professor Cursista Grupo Piloto	Tutor Grupo Piloto	Professor Cursista Grupo 1	Tutor Grupo 1
AL	24	3	-	-	178	21
AM	21	1	-	-	127	15
BA	64	8	-	-	414	51
CE	144	18	129	18	908	114
GO	124	15	570	78	-	-
PI	24	3	-	-	179	24
RO	40	5	138	18	61	7
SE	32	4	173	28	-	-
Total	473	57	1010	142	1867	232

Além de dar continuidade ao grupo piloto, iniciado em julho de 2005, e ao grupo 1, iniciado em janeiro de 2006, foram tomadas providências para a ampliação do Programa. A implementação do Grupo 2 do PROINFANTIL deverá atender a 5.000 (cinco mil) Professores Cursistas em nove Estados: Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Rondônia e Sergipe com início previsto para janeiro de 2008. Para isso, o Ministério da Educação propôs que algumas das responsabilidades da União fossem executadas mediante parceria estabelecida entre este Ministério e universidades públicas federais, por meio de descentralização de crédito.

Desta forma, em dezembro de 2007, foram repassados os créditos, previstos no Plano de Trabalho das Universidade selecionadas: Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A partir dessa descentralização, já em 2007 foram matriculados 2877 professores, e as Universidades passaram a assumir um conjunto de responsabilidades que consistem no estabelecimento das articulações necessárias com equipes estaduais de gerenciamento do programa; de contratos de assessores técnico-pedagógicos para atuar nos estados envolvidos; formação das equipes de formadores; elaboração, impressão e distribuição de provas nos estados e aprimoramento do sistema de avaliação do programa, acrescidas das providências necessárias a sua plena execução.

Quadro 29 - Transferências às Universidades

Universidade	Origem dos Créditos	Estados a serem atendidos	Valor Em R\$
Universidade Federal do Pará	8379 - SEB	AM, RO, PA	561.853,80
Universidade Federal de Goiás	8379 - SEB	MA, GO	639.549,00
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	8379 - SEB	RN, CE, PE	619.500,00
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	0509 - FNDE	BA, AL, SE	625.915,00

Tabela 42 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
10.000	2.000.000,00	2.877	0,00

Unidade Produto: aluno matriculado

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial: R\$ 2.000.000,00

Dotação (Lei + Créditos): R\$ 2.000.000,00

Empenhado: R\$ 1.820.902,80

Liquidado: R\$ 1.820.902,80

Pago R\$ 619.500,00 *¹

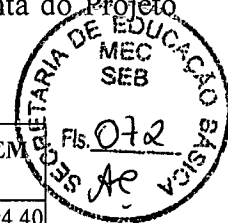
*¹ Não foi realizado nenhum valor contabilmente na SEB, mas houve pagamento de recurso correspondente a descentralização para IFES.



A ação apresentou execução física de 29% da meta prevista com execução financeira de aproximadamente 91% dos créditos autorizados. Os recursos para custear as despesas de formação, impressão de matérias – calendários; Formulários de Avaliação e Acompanhamento dos Professores Cursistas - e a contratação de consultores que realizaram as formações, correram à conta do Projeto PNUD BRA/03/004 e do FNDE/Ação 0509.

Quadro 30 - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2007

ITEM DE DESPESA		FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
ADIANTAMENTO PARA DESLOCAMENTO TERRESTRE		PNUD	BRA/03/004	103.094,40
SERVIÇOS	Aquisição de caixas em papelão pardo.	PNUD	BRA/03/004	4.323,00
	Tonners para impressora laser.	PNUD	BRA/03/004	4.014,00
	Aquisição de materiais.	PNUD	BRA/03/004	1.701,94
	Publicação de anúncio aviso de seleção.	PNUD	BRA/03/004	1.357,56
	Elaboração da proposta para implementação do grupo 2.	PNUD	BRA/03/004	4.800,00
	Papel especial para confecção de diplomas.	PNUD	BRA/03/004	360,00
	Digitação das fichas dos colaboradores e professores.	PNUD	BRA/03/004	2.233,00
	Impressão de compilação de Leis.	PNUD	BRA/03/004	49.750,00
	Aquisição de fita adesiva.	PNUD	BRA/03/004	828,00
	Impressão de cadernos, blocos e calendários	PNUD	BRA/03/004	57.235,56
	Impressão gráfica.	PNUD	BRA/03/004	84.420,00
	Revisão ortográfica e gramatical, diagramação.	PNUD	BRA/03/004	5.950,00
	Aquisição de 4 calculadoras com 12 dígitos.	PNUD	BRA/03/004	499,50
	Gravação de arquivo digital com impressão e revisão de texto.	PNUD	BRA/03/004	250,00
	Revisão técnica de material didático e pedagógico.	PNUD	BRA/03/004	71.187,00
	Produção de Textos.	UNESCO	914-BRA/1095	5.000,00
	Materiais impressos	FNDE	Ação 0509	308.999
EVENTOS	Formação de Tutores em Caldas Novas/GO, 13 a 16/11/2006.	PNUD	BRA/03/004	5.344,20
	Formação de Tutores em Manaus/AM, 04 a 07/12/2006.	PNUD	BRA/03/004	18.888,00
	Formação de Tutores em Aracaju/SE, 04 a 07/12/2006.	PNUD	BRA/03/004	16.503,00
	Formação de Tutores em Salvador/BA, 17 a 20/04/2007.	PNUD	BRA/03/004	28.801,00
	Formação de Tutores em Teresina/PI, 30/04 a 04/05/2007.	PNUD	BRA/03/004	12.065,00
	Formação de Tutores em Fortaleza/CE, 07 a 11/05/2007.	PNUD	BRA/03/004	40.485,88
	Formação de Tutores em Macéio/AL, 08 a 11/05/2007.	PNUD	BRA/03/004	11.417,15
	Formação de Tutores em Macéio/AL, 28 a 31/05/2008.	PNUD	BRA/03/004	17.863,65
	Formação de Tutores em Teresina/PI, 28/05 a 01/06/2007.	PNUD	BRA/03/004	12.120,04
	Formação de Tutores em Recife/PE, 24 a 27/09/2007.	PNUD	BRA/03/004	5.239,00
	Formação de Tutores em São Luís/MA, 15 a 18/01/2008.	PNUD	BRA/03/004	30.000,00
	Formação de Tutores em Cabo de Santo Agostinho/PE, 21 a 24/01/2008.	PNUD	BRA/03/004	25.000,00
	Formação de Tutores em Imperatriz/MA, 22 a 25/01/2008.	PNUD	BRA/03/004	30.000,00
CONSULTORIA		PNUD	BRA/03/004	198.600,00
		UNESCO	914-BRA/1095	3.000,00
DIÁRIAS		PNUD	BRA/03/004	120.452,58
PASSAGENS		PNUD	BRA/03/004	145.447,06
RESSARCIMENTO		PNUD	BRA/03/004	6.856,03



4.2.5.3.2. Ação 0914 – Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio

4.2.5.3.2.1. Dados gerais



Tabela 43 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Proporcionar a formação continuada de professores de ensino médio, dos sistemas de ensino.
Descrição	A ação será realizada por intermédio de um plano de formação continuada, que compreende: cursos promovidos por instituições habilitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	SEB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPEM/SEB e FNDE
Coordenador nacional da ação	Godiva de Vasconcelos Pinto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.2.5.3.2.2. Resultados

A implementação dessa ação se efetivou por meio do apoio aos sistemas de ensino na execução do Programa Nacional de Apoio às Feiras de Ciências da Educação Básica – FENACEB e do III Prêmio Ciências no Ensino Médio, que constituem iniciativas da Secretaria de Educação Básica/FNDE/MEC para fomentar a formação continuada de professores de ensino médio e incentivar a valorização da formação científica na Educação Básica.

Tabela 44 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
10.000	3.059.972,00	5.800	0,00

Produto: Professor formado

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial: R\$ 4.500.000,00

Dotação (Lei + Créditos): R\$ 3.059.972,00

Empenhado: R\$ 2.646.709,99

Liquidado: R\$ 2.646.709,99

Pago R\$ 801.901,34 *¹

*¹ Não foi realizado nenhum valor contabilmente na SEB, houve pagamento de recurso correspondente a transferências voluntárias mediante celebração de convênios entre Secretarias Estaduais de Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

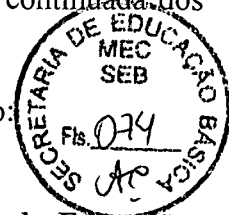
A FENACEB tem por objetivo a expansão e o incremento do ensino de Ciências nas escolas de ensino médio dos sistemas públicos federal, estadual e municipal. A partir da realização dessas mostras científicas, construídas de forma coletiva no âmbito das escolas, o SEB/FNDE/Ministério apoiou a formação continuada dos professores em exercício nessa área do conhecimento. Em 2007 foram recebidas 143 propostas de eventos científicos, das quais 69 foram selecionadas para receber assistência financeira da ordem de R\$ 1.865.637,46. A série de eventos estaduais culmina com realização da 2ª Feira Nacional de Ciências da Educação Básica, que é um momento em que se reúnem as experiências de todo o país e está prevista para ocorrer em abril de 2008, em Brasília.

Ainda em 2007, foi realizada a terceira edição do Prêmio Ciências no Ensino Médio, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do aprendizado na área das Ciências da Natureza e



Matemática integrado às demais áreas de conhecimento, bem como incorporar a prática e a reflexão científica na vida escolar e social dos alunos. Na sua terceira edição, o Prêmio Ciências inovou pela parceria com as Secretarias Estaduais de Educação. Foram selecionados para premiação 35 projetos, no valor total de R\$ 1.095.000,00, e a premiação ocorrerá em abril de 2008, em Brasília, durante a realização da Feira Nacional de Ciências da Educação Básica - FENACEB. Por meio dessa atividade, construída de forma coletiva no âmbito das escolas, o Ministério apoiou a formação continuada dos professores em exercício nessa área do conhecimento.

A seguir, apresenta-se o detalhamento de ambas as atividades viabilizadas por essa ação:



A) Apoio às Feiras e Ciências da Educação Básica e Feira Nacional de Ciências da Educação Básica/Fenaceb.

O Programa Nacional de Apoio às Feiras de Ciências da Educação Básica – Fenaceb foi concebido com o objetivo de expandir e incrementar o ensino de Ciências nas escolas de ensino fundamental (de 5ª a 8ª série) e de ensino médio das redes públicas federal, estadual e municipal. Visa à melhoria e ampliação da abordagem e à construção do conhecimento científico nos componentes curriculares que integram o campo das áreas de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias e das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Além de permitir à sociedade brasileira conhecer a produção científica das escolas da rede pública de ensino fundamental e de ensino médio, a Fenaceb é uma oportunidade para que professores e alunos possam se aproximar mais das atividades científicas desenvolvidas no meio escolar, contribuindo para sua autonomia intelectual e despertando a criatividade e a capacidade de construir conhecimento. Além de fomentar e proporcionar a formação continuada de professores de ensino médio dos sistemas de ensino, são objetivos dessa Feira:

- estimular iniciativas estaduais, municipais e regionais desenvolvidas por professores e estudantes do ensino fundamental (5ª a 8ª série) e do ensino médio, nas diversas áreas do conhecimento;
- fomentar atividades de iniciação científica na educação básica, visando ao desenvolvimento e à elaboração de projetos;
- oportunizar a alunos e professores exposição e difusão da produção científica e cultural das escolas públicas de educação básica.

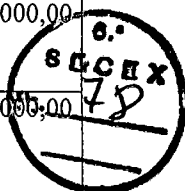
O Programa de Apoio as Feiras de Ciências e Mostras Científicas viabiliza-se por meio da parceria entre instituições renomadas e previamente selecionadas que promovem periodicamente eventos desta natureza. Muitas destas realizam eventos de dimensão nacional, como: FEBRACE; realizada pela USP, MOSTRATEC; pela Fundação Libetaro Salzano e Ciência Jovem; pelo Espaço Ciência da Universidade Federal de Pernambuco e outras.

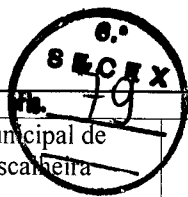
Atendendo as exigências dispostas no Edital publicado, que definiu, preliminarmente, o perfil dos eminentes proponentes, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, as Secretarias Estaduais e Municipais de Ciência e Tecnologia, instituições de ensino superior, centros e laboratórios de pesquisas, museus e centros de ciências, Fundações científico-educacionais e sociedades científicas encaminharam um total de 143 projetos, sendo selecionado 69 destes ao apoio proposto. O quadro abaixo apresenta as instituições selecionadas para serem contempladas com os apoios financeiros.

Quadro 31 - Instituições selecionadas a serem contempladas com os apoios financeiros

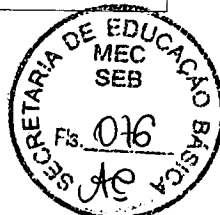
ITEM	UF	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	PROJETO	TOTAL APROVADO
01	AC	Rio Branco	Secretaria de Estado da Educação do Acre	Feira Acreana de Ciências da Educação Básica	32.533,74

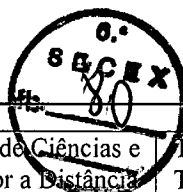
02	AL	Maceió	Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação de Alagoas	II Feira de Ciências da Educação Básica do Estado de Alagoas	50.000,00
03	AP	Macapá	Secretaria de Estado da Educação do Amapá	IV Feira de Intercâmbio Pedagógico, Científico e Cultura do Estado do Amapá	25.000,00
04	BA	Salvador	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão	Laboratório do Mundo: o Jovem e a Ciência	20.000,00
05	BA	Salvador	Secretaria de Educação do Estado da Bahia	Feira de Ciências e Cultura do Estado da Bahia	20.000,00
06	CE	Fortaleza	Secretaria de Educação do Estado do Ceará	I Feira Estadual de Ciências e Cultura	35.000,00
07	ES	Venda Nova do Imigrante	Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante	II Feira de Ciências e II Mostra Científica de Venda Nova do Imigrante	20.000,00
08	ES	Vitória	Prefeitura Municipal de Vitória	I Mostra Científico-Cultural do Município de Vitória	36.000,00
09	G O	Anápolis	Secretaria da Educação do Estado de Goiás	II Expo Educação Viva – Convivência e Qualidade de Vida	35.000,00
10	G O	Inhumas	Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás	I Feira de Ciências da Unidade de Ensino Descentralizada de Inhumas	15.000,00
11	M A	São Luís	Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão – CEFET/MA	I Mostra Maranhense de Ciência e Tecnologia das Escolas Públicas – I MMCITEP	29.000,00
12	M A	São Luís	Fundação Gomes de Sousa	1ª Feira de Ciências dos Centros de Capacitação Tecnológica do Maranhão	26.540,00
13	M A	São Luís	Secretaria de Estado da Educação do Maranhão	I Feira Estadual de Ciências da Educação Básica do Maranhão	45.000,00
14	M G	Belo Horizonte	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG Jovem - Conhecimento para Todos	37.000,00
15	M G	Catas Altas da Noruega	Museu e Arquivo Histórico de Catas Altas da Noruega	Feira de Ciências e Cultura de Catas Altas da Noruega	16.000,00
16	M G	Juiz de Fora	Universidade Federal de Juiz de Fora	III Mostra de Iniciação Científica Júnior da UFJF	8.700,00
17	M G	Uberlândia	Prefeitura Municipal de Uberlândia	Feira Científica Cultural das Escolas Municipais de Uberlândia	21.000,00
18	M G	Uberlândia	Universidade Federal de Uberlândia	Ciência Viva 2007	20.000,00
19	M S	Campo Grande	Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul	Mostra de Ciências das Escolas Estaduais de Campo Grande	36.900,00
20	M T	Campo Novo do Parecis	Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis	Feira Municipal de Ciências de Campo Novo do Parecis – MT	21.573,00
21	M T	Cuiabá	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	I Mostra Estadual de Ciência e Tecnologia	21.060,00
22	M T	Nova Bandeirantes	Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes	Feira de Ciências Pequeno Cientista Amigos do Planeta	12.981,50



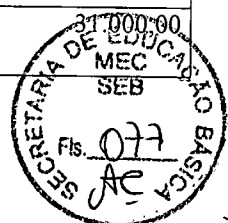


23	M T	Ribeirão Cascalheira	Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira	3ª Mostra de Educação Ambiental "Pensar Globalmente e Agir Localmente"	11.000,00
24	PA	Belém	Escola de Trabalho e Produção do Pará	I Feira de Ciência e Tecnologia das Escolas de Trabalho e Produção do Estado do Pará	22.000,00
25	PA	Belterra	Prefeitura Municipal de Belterra	Feira Municipal de Ciências – Exposição de Projetos Científicos e Artes Integradas	37.500,00
26	PA	Marabá	Prefeitura Municipal de Marabá	I Feira de Ciências do Município de Marabá	30.000,00
27	PA	Santarém	Prefeitura Municipal de Santarém	I Feira Municipal de Ciências	38.222,00
28	PB	João Pessoa	Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba	III Semana de Ciência e Tecnologia do CEFET-PB	11.000,00
29	PB	João Pessoa	Secretaria de Estado da Educação e Cultura da Paraíba	Exposição e Feira de Ciências do Estado da Paraíba – Expociências	40.000,00
30	PE	Petrolina	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco	Feira de Ciências do Vale do São Francisco	29.000,00
31	PE	Petrolina	Universidade Federal do Vale do São Francisco	IV Mostra Científica do Semi-Árido	20.000,00
32	PE	Recife	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco	XIII Ciência Jovem	49.850,00
33	PE	Recife	Universidade Federal de Pernambuco	Feira Científico-Cultural da UFPE/Colégio de Aplicação – As manifestações de curiosidade e criatividade científica de crianças e adolescentes	28.000,00
34	PE	Santa Cruz do Capibaribe	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Santa Cruz do Capibaribe	Feira Municipal de Ciências	3.200,00
35	PI	Teresina	Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Piauí	I Feira Estadual de Ciências da Educação Básica do Estado do Piauí	44.000,00
36	PR	Campo Mourão	Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR	1ª UTCiência	5.000,00
37	PR	Curitiba	Prefeitura Municipal de Curitiba	I Feira de Ciências e Tecnologia da Rede Municipal de Ensino de Curitiba	50.000,00
38	PR	Londrina	Universidade Norte do Paraná	Mostra de Ciências – Prêmio Jovem Talento da Ciência 2007	15.000,00
39	RJ	Nilópolis	Prefeitura Municipal de Nilópolis	Feira de Ciências do Município de Nilópolis	17.300,00
40	RJ	Rio de Janeiro	Espaço Ciência Viva	A Água da Nossa Comunidade	28.000,00





41	RJ	Rio de Janeiro	Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro	Terceira Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro	35.000,00
42	RJ	Rio de Janeiro	Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro	5ª Feira de Ciências do Planetário 2007	20.700,00
43	RJ	Rio de Janeiro	Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro	Feira de Ciência da Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro	50.000,00
44	RN	Arez	Prefeitura Municipal de Arez	XIII Feira de Ciências – “A Evolução da Sociedade ao Longo da História”	15.000,00
45	RN	Luís Gomes	Prefeitura Municipal de Luís Gomes	Projeto Feira de Ciências: Metamorfose Sertaneja	15.000,00
46	RN	Marcelino Vieira	Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira	Feira de Ciências: Nutrindo e Educando	13.000,00
47	RN	Natal	Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos do Rio Grande do Norte	2ª Feira Potiguar de Ciências	40.000,00
48	RN	Santo Antônio	Prefeitura Municipal de Santo Antônio	Feira de Ciências da Educação do Município de Santo Antônio	8.000,00
49	RO	Porto Velho	Secretaria de Estado da Educação de Rondônia	I Feira Estadual de Ciências da Educação Básica	25.000,00
50	RR	Boa Vista	Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos de Roraima	Projeto XVI Feira de Ciências Estadual-RR	25.000,00
51	RS	Bento Gonçalves	Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves	III Mostra Técnica e Científica do CEFET-BG	10.000,00
52	RS	Cachoeirinha	Prefeitura Municipal de Cachoeirinha	Mostra de Trabalhos Científicos Escolares: Diversidade Quântica	15.000,00
53	RS	Canoas	Fundação da Universidade Luterana do Brasil	II Feira de Ciências e a Ulbra	35.000,00
54	RS	Novo Hamburgo	Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha	11ª Feira Interna de Ciência e Tecnologia	34.000,00
55	RS	Passo Fundo	Universidade de Passo Fundo	5ª Feira de Ciências e 1ª Mostra de Inovação Tecnológica: Interação Universidade, Escola e Comunidade	30.446,00
56	RS	Pelotas	Universidade Federal de Pelotas	III Feira de Ciências Sul-Rio Grandense	21.000,00
57	RS	Porto Alegre	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Integrando Feiras de Ciências: Feiras escolares, feira no Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS e Fenaceb	44.500,00
58	RS	Porto Alegre	Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul	Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional	50.000,00
59	RS	São Luiz Gonzaga	Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga	I Mostra Internacional de Artes Científicas	31.000,00





60	SC	Caçador	Universidade do Contestado	Feira de Ciências para a Educação Básica	22.010,22
61	SC	Concórdia	Fundação Universidade do Contestado - Campus de Concórdia	I Mostra Científica de Santa Catarina	40.000,00
62	SC	Florianópolis	Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina	II Feira Estadual de Ciência e Tecnologia	44.450,00
63	SC	Florianópolis	Universidade Federal de Santa Catarina	Fomento às Mostras de Iniciação Científica nos Colégios Agrícolas da Universidade Federal de Santa Catarina	28.000,00
64	SE	Aracaju	Secretaria de Estado da Educação de Sergipe	I Feira de Ciências da Educação Básica da Rede Estadual de Sergipe	27.171,00
65	SP	Bebedouro	Prefeitura Municipal de Bebedouro	Terra – O ontem, o hoje. E o amanhã?	21.500,00
66	SP	Itararé	Prefeitura Municipal de Itararé	IV Feira de Ciências e Práticas Pedagógicas das Escolas Municipais de Itararé	12.000,00
67	SP	São Paulo	Instituto de Geociências – USP	Feira de Geociências – 2007 – Ano Internacional do Planeta Terra – O Planeta e suas Esferas	20.000,00
68	SP	São Paulo	Secretaria de Estado da Educação de São Paulo	Jornada Científica	50.000,00
69	TO	Dianópolis	Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Tocantins	Feira Regional de Ciências	9.500,00
TOTAL PREVISTO:					R\$ 1.865.637,00
TOTAL REPASSADO/Exercício 2007:					R\$ 1.585.328,00

B) Prêmio Ciências no Ensino Médio

A terceira edição do Prêmio Ciências no Ensino Médio teve como objetivos:

- estimular e socializar as práticas de investigação científica nas escolas da rede pública nacional de ensino que ofertam ensino médio;
- valorizar as escolas públicas que se destaquem por iniciativas e experiências inovadoras e bem-sucedidas, destinadas ao desenvolvimento da formação científica junto aos alunos de ensino médio; e
- incentivar o desenvolvimento de projetos escolares de investigação científica, nas diferentes áreas do conhecimento (Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias).

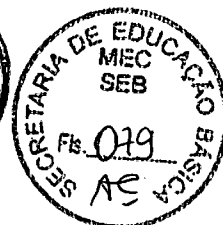
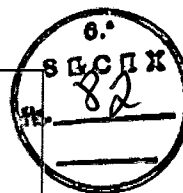
O III Prêmio Ciências/2007 constitui uma das ações da Secretaria de Educação Básica/MEC, para fomentar a formação continuada de professores de ensino médio e incentivar a valorização da formação científica na Educação Básica. A pretensão de realizar mais essa edição do Prêmio Ciências é justificada em razão do êxito das edições anteriores, quando um bom número de escolas participou com a inscrição de trabalhos (120 em 2003 e 209 em 2005). Destaca-se, ainda, o importante papel que concursos deste tipo cumprem para a qualidade do processo educativo e para a valorização da formação científica no ensino médio, e em outros níveis de ensino da educação básica, na medida em que constituem fator de estímulo à instituição escolar, aos professores e, principalmente, aos alunos.



Diferentemente dos anos anteriores, o III Prêmio Ciências premiou 35 escolas públicas de todo o Brasil em três categorias: estadual, na qual 23 escolas, uma por estado; regional, na qual se escolherão as 10 escolas com os melhores projetos, duas por região; e nacional, na qual serão premiadas duas escolas, uma entre as das redes públicas estadual e municipal e outra entre as da rede federal de ensino. Deve-se ressaltar que a abrangência de muitos dos projetos apresentados transcendem os limites da unidade escolas, envolvem a participação da comunidade e de outras instituições parceiras.

Quadro 32 - III Prêmio Ciências no Ensino Médio: abrangência

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	ESCOLAS
Norte	8
Rondônia	1
Acre	1
Amazonas	-
Roraima	1
Pará	2
Amapá	2
Tocantins	1
Nordeste	11
Maranhão	-
Piauí	2
Ceará	1
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	2
Pernambuco	1
Alagoas	1
Sergipe	1
Bahia	2
Sudeste	6
Minas Gerais	2
Espírito Santo	-
Rio de Janeiro	2
São Paulo	2
Sul	5
Paraná	2





Santa Catarina	1
Rio Grande do Sul	2
Centro-Oeste	5
Mato Grosso do Sul	1
Mato Grosso	1
Goiás	2
Distrito Federal	1
Brasil	35



O Prêmio, na forma do edital, teve regulamentação específica, objetivando a definição de critérios para o apoio técnico-financeiro às unidades escolares que apresentaram projetos de incentivo aos estudos das ciências e articulações com as diferentes áreas do conhecimento. Para a premiação ficou estabelecido como referência um valor específico para cada categoria: R\$ 25.000,00 para a estadual; R\$ 40.000,00 para a regional; e R\$ 60.000,00 para a nacional, totalizando R\$ 1.095.000,00, destinado a apoiar as unidades escolares de ensino médio na implementação de ações voltadas ao fomento da educação científica e ao fortalecimento de iniciativas exitosas, relativas aos estudos das ciências. Os valores citados constituíram parâmetros para as unidades escolares premiadas apresentarem à Secretaria de Estado ou Municipal de Educação, a que pertencem, os planos de aplicação dos recursos, subsidiando os planos de trabalho, para posterior formalização do repasse dos recursos.

Em 2007, o concurso contou com a parceria direta das Secretarias Estaduais de Educação. Com isso, os processos de inscrição e de avaliação dos projetos serão descentralizados, com as Seducs se responsabilizando pelas inscrições no âmbito de seu estado e pela avaliação e seleção preliminares dos melhores projetos, em cada unidade da federação. Além disso, elas auxiliarão na divulgação do Prêmio Ciências junto às escolas das redes públicas de ensino. Além de coordenar nacionalmente o III Prêmio Ciências, ao MEC coube a seleção final dos projetos vencedores em cada categoria, referendando a decisão da Comissão Nacional, a partir dos projetos selecionados pelas Secretarias Estaduais de Educação, e a entrega dos prêmios às escolas, em cerimônia especialmente organizada para esse fim.

Os recursos destinados à premiação das 35 escolas, no valor de R\$ 1.095.000,00 (um milhão e noventa e cinco mil reais), foram alocados no PRODOC/UNESCO 914BRA1065 – Apoio ao programa de melhoria e expansão do ensino médio, que promoverá os devidos repasses às instituições selecionadas. A solenidade de entrega dos prêmios será realizada em 18 de abril de 2008, durante a Conferência Nacional de Educação Básica e a 2ª Feira Nacional de Ciências da Educação Básica, eventos promovidos pelo MEC, que ocorrerão no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Cada escola selecionada estará representada pelo seu diretor ou diretora e por um aluno e um professor envolvidos na implementação do projeto vencedor.

4.2.5.3.3. Ação 0973 – Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil**4.2.5.3.3.1. Dados gerais****Tabela 45 – Dados gerais da ação**



Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Melhorar a qualidade da oferta da educação de crianças de 0 a 6 anos, por meio da formação continuada de professores.
Descrição	Apoio financeiro aos sistemas municipais de educação e a Secretaria de Educação do Distrito Federal, para viabilizar a realização de cursos presenciais e a distância, oficinas pedagógicas e seminários voltados à formação continuada dos professores que atuam na educação infantil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COEDI/SEB
Coordenador nacional da ação	Rita de Cássia de Freitas Coelho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sistemas municipais de educação e a Secretaria de Educação do Distrito Federal

Esta ação, que tem como público alvo os professores em exercício na Educação Infantil, é desenvolvida mediante a apresentação de projetos educacionais elaborados pelos Municípios e DF, sob a forma de plano de trabalho que são analisados pela Secretaria de Educação Básica, do MEC e, após aprovados, são encaminhados ao FNDE para assinatura dos instrumentos de transferência de recursos financeiros. Em 2007, a execução dessa ação previa o repasse financeiro diretamente aos sistemas de ensino para viabilizar a realização de cursos presenciais e a distância, oficinas pedagógicas e seminários voltados aos professores que atuam na educação infantil. No entanto, em razão da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica por meio do PAR, a ação não foi executada.

4.2.5.5.1.2. Resultados

A execução desta Ação em 2007 pode ser considerada atípica, uma vez que em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica por meio do PAR e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica, para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE, optou-se pela sua não execução. Assim, esta ação teve a totalidade de seus créditos previstos cancelados. O MEC está empenhado em dar seguimento a esta ação que passará a ser executada no âmbito do PAR – Plano de Ações Articuladas.



Tabela 46 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
10.000	3.500.000,00	0	0,00

Produto: Professor Formado

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Cancelamento total

4.2.5.3.4. Ação 0966 – Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental**4.2.5.3.4.1. Dados gerais****Tabela 47 – Dados gerais da ação**



Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar aos professores do ensino fundamental o desenvolvimento de competências profissionais para a melhoria da qualidade da educação.
Descrição	Desenvolvimento de projetos e programas demandados pelos sistemas de ensino e no âmbito das parcerias interministeriais, assessoramento e acompanhamento técnico-financeiro e implementação de cursos e seminários que subsidiem e desenvolvam a prática reflexiva dos professores em exercício no ensino fundamental buscando a garantia da qualidade social da educação, a melhoria do convívio escolar social ético e democrático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPE/SEB
Coordenador nacional da ação	Roberta de Oliveira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sistemas de ensino e demais parceiros demandantes

Esta ação, que tem os professores em exercício no Ensino Fundamental como público alvo, tem por objetivo elevar a qualidade da oferta de ensino fundamental por meio da formação continuada de professores, de modo a lhes assegurar o desenvolvimento de competências profissionais. Sua execução se efetiva mediante a apresentação de projetos educacionais elaborados pelos Estados, Municípios, DF e de Entidades privadas sem fins lucrativos, sob a forma de plano de trabalho que são analisados pela Secretaria de Educação Básica, do MEC e, após aprovados, são encaminhados ao FNDE para assinatura dos instrumentos de transferência de recursos financeiros. Em 2007, a execução dessa ação previa o repasse financeiro diretamente aos sistemas de ensino e a parcerias interministeriais, para viabilizar a realização de atividades de capacitação de professores do ensino fundamental. No entanto, em razão da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica por meio do PAR, a ação não foi executada.

4.2.5.3.4.2. Resultados

A execução desta Ação em 2007 pode ser considerada atípica, uma vez que em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica por meio do PAR e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica, para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE, optou-se pela não execução dessa ação. Assim, esta ação teve seus créditos previstos parcialmente cancelados.

Tabela 48 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
27.201	260.000,00	0	0,00

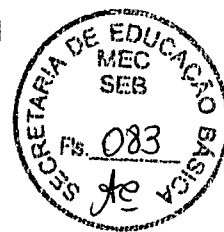
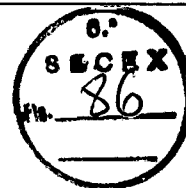
Produto: Professor Formado

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Cancelamento parcial de R\$ 9.000.000,00

Dotação inicial: R\$ 9.260.000,00

Dotação (Lei + Créditos): R\$ 260.000,00
Empenhado: R\$ 0,00
Liquidado: R\$ 0,00
Pago R\$ 0,00



4.2.5.3.5. Ação 0A30 – Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica

4.2.5.3.5.1. Dados gerais

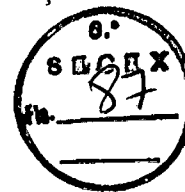


Tabela 49 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Estimular a formação de professores para atuação na Educação Básica.
Descrição	Concessão de bolsa a professores cursistas matriculados em cursos de formação inicial ou continuada, professores formadores com formação superior, professores tutores com formação mínima em nível médio e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais, visando a qualificação de recursos humanos para a educação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB/FNDE
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	FNDE
Coordenador nacional da ação	Maristela Debenest
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

Esta ação tem por objetivo estimular a formação de professores para atuação na Educação Básica. Sua implementação se dá pela concessão de bolsa a professores Cursistas matriculados em cursos de formação inicial ou continuada, professores formadores com formação superior, professores tutores com formação mínima em nível médio e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais. A ação prevê a concessão de bolsas diretamente aos beneficiados, vinculados aos Programas, segundo normas definidas em resolução específica do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O controle e a concessão dessa bolsa são administrados pelo via SISPA – Sistema de Pagamento de Bolsas do MEC/FNDE.

4.2.5.3.5.2. Resultados

Ao todo, em 2007, foram concedidas 55.550 bolsas, correspondente a 173% da meta prevista, beneficiando 12.655 bolsistas, somando investimentos de R\$ 19.965.200,00 empenhados, dos quais R\$ 19.965.200,00 liquidados. A ação viabilizou a concessão de bolsas a cursistas formadores dos seguintes programas da SEB: Proinfantil, Proletramento, e Escola de Gestores.

Tabela 50 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
32.117	46.763.000,00	55.550	18.125.500,00

Produto: Bolsa Concedida

Unidade de Medida: Unidade

Obs: Dotação inicial: R\$ 144.663.000,00

Dotação (Lei + Créditos): R\$ 46.763.000,00

Empenhado: R\$ 19.965.200,00

Liquidado: R\$ 19.965.200,00

Pago R\$ 18.125.500,00

4.2.5.3.6. Ação: 2C62 – Formação em serviço e certificação em nível superior de professores não-titulados dos ensinos fundamental e médio – Pró-Licenciatura



4.2.5.3.6.1. Dados gerais

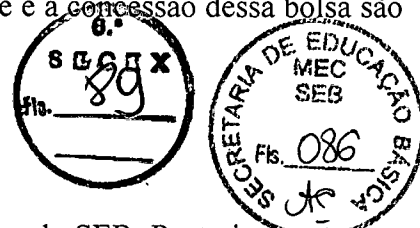
Tabela 51 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer, por meio do Programa de Formação Inicial para professores em exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Pró-Licenciatura), cursos de licenciatura, na modalidade de ensino a distância, formação inicial em nível superior a professores já atuantes nas redes públicas nos anos/séries finais do Ensino Fundamental e/ou no Ensino Médio, sem licenciatura na disciplina em que estejam exercendo a docência, como forma de elevar a qualidade da educação básica com a profissionalização dos professores.
Descrição	Implantação, execução e desenvolvimento dos cursos de licenciatura se dará por meio de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, comunitárias ou confessionais, que utilizarão materiais auto-instrucionais impressos e vídeos, atividades coletivas e individuais e um serviço de apoio à aprendizagem realizado por meio de serviço de tutoria e comunicação. Tem por base o Proformação, bem-sucedido curso de formação de professores do Ensino Fundamental. As atividades básicas para a sua execução são: 1) Seleção de projetos de cursos de licenciatura apresentados pela IES de abrangência nacional e atuação nas diversas áreas do conhecimento. 2) A implantação dos projetos aprovados na seleção por meio de transferência voluntária de recursos financeiros ou de descentralização de créditos orçamentários às Instituições de Ensino Superior (IES) 3) O acompanhamento, monitoramento (sistema de informações) do Programa; 4) avaliação do Programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB/SEED/FNDE
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEED
Coordenador nacional da ação	Maria Suely Carvalho Berto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Esta ação tem por objetivo melhorar a qualidade da educação básica por meio da formação inicial do professor da rede pública de ensino que não tem a habilitação legal, bem como diminuir a carência de professores do ensino médio nas disciplinas de Biologia, Matemática, Física e Química. Seu público-alvo são professores em exercício no segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio que não possuem licenciatura em sua área de atuação.

É um programa de formação inicial, desenvolvido em parceria das Secretarias de Educação Básica (SEB) e de Educação a Distância (Seed), com as Instituições de Ensino Superior - IES públicas, comunitárias e confessionais. As IES organizadas também em parceria com outras IES oferecem cursos de licenciatura na modalidade de educação a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais, de forma que o professor-cursista mantenha suas atividades docentes. A assistência financeira para implantação e/ou execução dos cursos ofertados é processada mediante transferência de recursos financeiros para cada IES. Tal transferência ocorre por meio de celebração de convênio com as IES públicas, comunitárias ou confessionais ou de descentralização de créditos orçamentários para cada IES federal. A ação contempla ainda a

concessão de bolsas diretamente ao beneficiado, segundo normas definidas em resolução específica do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Resolução/FNDE/CD/no 049, de 29 de dezembro de 2006). O controle e a concessão dessa bolsa são administrados pelo MEC/FNDE.



4.2.5.3.6.2. Resultados

Até o início do segundo semestre de 2007, o Programa era viabilizado pela SEB. Posteriormente, em 31 de agosto de 2007, o Programa foi oficialmente redirecionado para a Secretaria de Educação a Distância - SEED. Nesse período, não ocorreu transferência de créditos. As instituições, em sua maioria, utilizaram os créditos recebidos no fim de 2006.

Tabela 52 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
20.000	13.260.667,00	9.144	4.262.205,59

Produto: Agência reorganizada

Unidade de Medida: Unidade

Obs. Dotação inicial: R\$ 17.600.000,00

Dotação (Lei + Créditos): R\$ 13.260.667,00

Empenhado: R\$ 13.015.249,37

Liquidado: R\$ 13.015.249,37

Pago R\$ 4.262.205,59

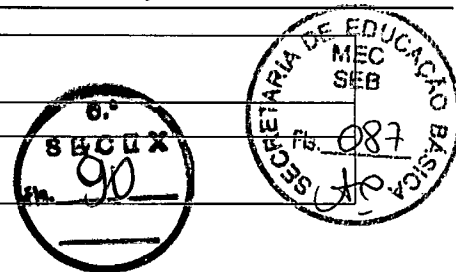
4.2.5.3.7. Ação 2C95: Formação em serviço e certificação em nível médio - técnico profissional de funcionários da educação básica: PRÓ-FUNCIONÁRIO

4.2.5.3.7.1. Dados gerais

Tabela 53 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer, por meio do Programa de Formação de Funcionários em exercício na Educação Básica "Profuncionário", modalidade de ensino a distância, formação inicial em nível médio - técnico profissional, nas habilitações: alimentação escolar, multimeios didáticos, secretaria escolar, infra-estrutura material e ambiental, a funcionários já atuantes na Educação Básica, como forma de elevar a qualidade da educação com a profissionalização desse segmento.
Descrição	Desenvolvimento de curso semipresencial (Profuncionário), que utiliza materiais auto-instrucionais impressos e vídeos, atividades coletivas e individuais e um serviço de apoio à aprendizagem realizado por meio de serviço de tutoria e comunicação. Tem por base o Proformação e o Proinfantil, bem sucedidos cursos de formação de professores. As atividades básicas para sua execução: 1) treinamento dos agentes envolvidos (níveis gerencial, operacional, professores formadores e tutores); 2) reprodução e distribuição de materiais didáticos; 3) monitoramento (sistema de informações) do curso; 4) avaliação do curso.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	FNDE

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DASE/SEB
Coordenador nacional da ação	Godiva de Vasconcelos Pinto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há



O Ministério da Educação fomentou junto ao Conselho Nacional de Educação a criação da área de Serviços de Apoio Escolar e este publicou o Parecer CNE/CEB nº 16/2005, bem como a Resolução CNE/CEB nº 05/2005, que propõem, respectivamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar e inclui nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 04/99, a 21ª Área de Serviços de Apoio Escolar. A partir daí, o Ministério da Educação, instituiu o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica – PRÓ-FUNCIONÁRIO, por meio da Portaria Normativa nº 25/2005. O Programa de Formação Inicial em serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – PRÓ-FUNCIONÁRIO tem por objetivo promover por meio do ensino a distância a formação técnica em nível médio para os funcionários dos sistemas de ensino da educação básica pública, nas habilitações de Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Meio ambiente e Manutenção da Infra-estrutura Escolar. Sua relevância no cenário educacional se fundamenta no fato de que, no interior das escolas, convivem grupos de trabalhadores letrados e não letrados, atores das mais diversas relações educativas que ocorrem no dia a dia das escolas. A criação do Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação reveste-se de importância estratégica para a construção da identidade profissional e formação integral dos trabalhadores em educação, destacando-se também como meio indispensável para o desenvolvimento dos projetos educacionais da escola e para a elevação da qualidade dos serviços prestados à comunidade, estando em sintonia com a perspectiva da construção da escola democrática, inclusiva e cidadã.

O PRÓ-FUNCIONÁRIO, ação cujo público-alvo são os funcionários dos sistemas de ensino básico público, é implementado por meio de assinatura de *Acordo de Cooperação Técnica* entre o *Ministério da Educação*, representado pela Secretaria de Educação Básica e os *Estados* representados pelas respectivas Secretarias de Educação. No Acordo de Cooperação Técnica estão explicitados os compromissos das partes para a execução do Programa. De forma abrangente, o Ministério da Educação é responsável pela oferta do material impresso, módulos do curso e pelas capacitações dos tutores e professores orientadores, ações estas desenvolvidas até então pelo Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília. O estado participante, por meio de uma coordenação estadual composta por representante das Secretarias Estadual, Undime, Conselho Estadual e Sindicato dos Trabalhadores em Educação, é responsável pela infra-estrutura operacional local, bem como pelo levantamento da demanda dos cursistas, seleção dos tutores e professores orientadores. Sua execução é realizada mediante descentralização de recursos à Universidade de Brasília.

4.2.5.3.7.2. Resultados

O Programa *Pró-funcionário* teve início no ano de 2005 em 5 Estados (PE, PR, PI, TO e MS), nos quais são atendidos aproximadamente 8.933 cursistas. A expansão I iniciou em 2006, em 12 estados (GO, MT, MA, AL, RO, CE, AC, RN, BA, PR, SP e SC). Dos 12 estados, 06 já implementaram o curso e atendem a 7.594 cursistas. O público-alvo atingido até o presente momento é de aproximadamente 16.512 cursistas. Dentre as ações planejadas e executadas destacam-se:

- Capacitação dos Tutores e Professores Orientadores, eixo pedagógico e específico, dos seguintes Estados: BA, GO, MT, RO, CE, AL, SP, PE, PR, TO e PI.
- Avaliação do curso – O CEAD já apresentou os instrumentos (após a aprovação serão enviados aos Estados e o CEAD fará a sistematização);
- Análise e Produção dos módulos: Módulos em fase de conclusão;
- Criação do Conselho Político do Pró-funcionário; realização de reuniões com o Conselho Político.

O número de formandos, em 31 de dezembro de 2007, foi de aproximadamente 1.400. Algumas ações planejadas não foram executadas, dentre as quais se destacam as seguintes:

- Capacitação de tutores e orientadores nos Estados da expansão I (PB, RN, AC e SC);
- Capacitação de tutores e professores orientadores dos estados da expansão II (09 Estados e DF). Estes já foram visitados e já definiram o nº de vagas;
- Seminário Nacional do Pró-funcionário (26 estados e DF) para 150 pessoas (será realizado em 2008);
- Ampliação de vagas, visitas de acompanhamento e avaliação do Programa nos estados.

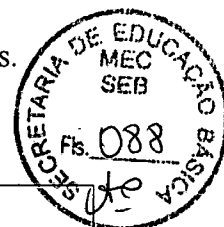


Tabela 54 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
5.000	21.301.028,00	1.400	0,00

Produto: Profissional Formado

Unidade de Medida: Unidade

Obs. Cancelamento total

Quadro 33 - Outros itens de despesa relacionados à atividade em 2007

ITEM DE DESPESA	FONTE	PROJETO	VALOR EM R\$
DIÁRIAS	PNUD	BRA/03/004	817,78
PASSAGENS	PNUD	BRA/03/004	818,48
CONSULTORIA	PNUD	BRA/03/004	67.000,00
	UNESCO	914-BRA/1095	24.100,00

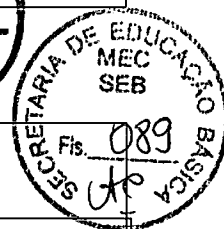
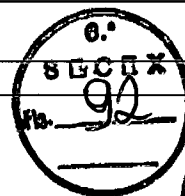
No ano de 2007, foram elaborados e impressos 21 livros/módulos do programa nas quatro habilitações oferecidas pelo programa.

Quadro 34 - Número e Título dos módulos da formação específica

Gestão Escolar Coordenador: Prof. Francisco da Chagas Firmino Nascimento	
Número e título dos Módulos	Ano de publicação
12. Legislação Escolar	2007
13. Técnicas de Redação e Arquivo	2007
14. Contabilidade na Escola	2007
15. Administração de materiais	2007
16. Estatística Aplicada à Educação	2007

Alimentação Escolar Coordenadora: Profa. Maria Abádia da Silva	
Número e título dos Módulos	Ano de publicação
10. Alimentação e Nutrição no Brasil	2007
11. Alimentação Saudável e Sustentável	2007
12. Políticas de Alimentação Escolar	2007
14. Organização e Operação de cozinhas escolares	2007

15. Planejamento e preparo de alimentos	2007
16. Cardápios Saudáveis	2007



Multimeios Didáticos
Coordenador: Prof. Bernardo Kipnis

11. Biblioteca Escolar	2007
12. Audiovisuais	2007
13. Laboratórios	2007
14. Oficinas Culturais	2007
15. Informática aplicada à educação	2007
16. Informática Aplicada às Artes	2007

Meio Ambiente e Infra – Estrutura
Coordenador: Prof. João Antonio Cabral de Monlevade

13. Equipamentos Hidráulicos e Sanitários	2007
14. Equipamentos Elétricos Eletrônicos	2007
15. Equipamentos e Materiais didáticos	2007
16. Técnicas de Construção	2007

No período de janeiro a dezembro de 2007, foram realizados quatorze seminários de capacitação nos estados. Dos encontros realizados, nove foram voltados para o eixo pedagógico e quatro para o eixo específico do curso, conforme demonstra o quadro que segue:

Quadro 35 - Cronograma de capacitação nos Estados:

Estado	Pedagógica	Pedagógica/ Específica	Específica/Pedagógica 1ª E 2ª Ampliação
Pernambuco	-	-	11 a 13/04/07
Tocantins	-	-	26/02 a 01/03/07
Piauí	-	-	17 a 20/04/07
Mato Grosso	12 a 14/03/07	-	-
Ceará	11 a 13/06/07	-	-
Bahia	06 a 08/08/07	-	-
Paraíba	13 a 15/08/07	-	-
São Paulo 1º expansão	23 a 25/08/07	-	-
Pernambuco		11 a 13/04/07 específica	-
Paraná		07 e 08/03/07 Pedagógica expansão 30/05 a 01/06/07 Específica-expansão	-
Tocantins		26/02 a 01/03/07 específica	-
Piauí		17 a 20/04/07	-
Mato Grosso		12 a 14/03/07	-

4.2.5.3.8. Ação 0968 –Apoio à Capacitação de Recursos Humanos no Ensino Médio - PROMED

4.2.5.3.8.1. Dados gerais

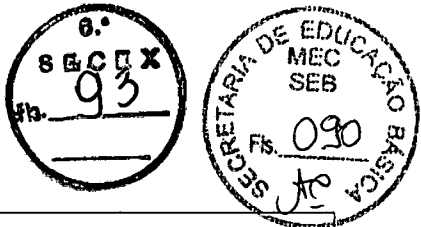


Tabela 55 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Qualificar os profissionais que atuam no Ensino Médio (docentes, gestores e técnicos-administrativos), preparando-os para a implementação das Diretrizes Curriculares nacionais para o Ensino Médio (DCNEM).
Descrição	A ação será executada através da capacitação de profissionais que atuam no Ensino Médio das Secretarias Estaduais de Educação das Unidades da Federação, por intermédio de fomento à realização de seminários, cursos e similares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	FNDE
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPEM/SEB
Coordenador nacional da ação	GODIVA DE VASCONCELOS PINTO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

4.2.5.3.8.2. Resultados

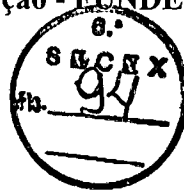
A ação estava prevista para ser executada através da capacitação de profissionais que atuam no Ensino Médio das Secretarias Estaduais de Educação das Unidades da Federação, por intermédio de fomento à realização de seminários, cursos e similares. No entanto, em razão da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica por meio do PAR e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica, para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE, optou-se pela não execução dos créditos previstos nessa ação. Assim, esta ação teve a totalidade de seus créditos previstos contingenciados.

Tabela 56 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
1.600	8.040.000,00	0	0,00

Produto: Profissional Capacitado
Unidade de Medida: Unidade
Obs. Cancelamento total

4.2.5.3.9. Ação 0E36 – Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB



4.2.5.3.9.1. Dados gerais

Tabela 57 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar a participação da União, a título de complementação, na composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, de forma a garantir, no âmbito dos Estados onde o valor per capita do Fundo encontrar-se abaixo do valor mínimo nacional por aluno/ano, o alcance desse valor mínimo nacional.
Descrição	Repasse de recursos financeiros para complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, daqueles estados onde os recursos locais forem insuficientes ao alcance do valor aluno/ano definido anualmente como mínimo nacional, com base no número de alunos matriculados na Educação Básica, conforme Censo Escolar do ano anterior. O objetivo do Fundo consiste, primordialmente, em melhorar a qualidade do ensino, beneficiando maior quantidade de alunos em todo o território nacional, por meio da redistribuição de recursos previstos constitucionalmente para a educação e da destinação de pelo menos 60% destes recursos, para a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades na Educação Básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB e FNDE
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DEFINEB/SEB SEB (até 8/10/2007) e FNDE (a partir de 8/10/2007)
Coordenador nacional da ação	KARLA CRISTINA LEÃO NAVES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

4.2.5.3.9.2. Resultados

A ação permaneceu sob a responsabilidade da SEB até 8/10/2007, quando, por meio da Portaria nº 952, de 8 de outubro de 2007, teve transferida à gestão das atividades relacionadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério – FUNDEB, tendo sido nessa ocasião migrados todas as informações e bancos de dados referentes à Ação;

4.2.6. Programa 1376 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental

4.2.6.1. Dados gerais



Tabela 58 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental, com melhoria de qualidade.
Gerente do programa	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Gerente executivo	Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental - Taxa de Frequência à Escola da População na Faixa Etária de 7 a 14 anos
Público-alvo (beneficiários)	Crianças e Adolescentes do Ensino Fundamental

4.2.6.2. Principais Ações do Programa

Este Programa é de responsabilidade da SEB, sendo que a execução de parte de suas ações é de responsabilidade compartilhada entre a SEB e o FNDE:

SEB (UA) FNDE (UO):

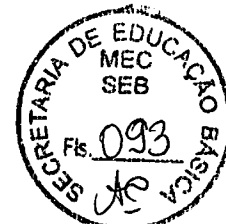
- 09CK – Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos

FNDE (UA e UO)

- 4046 – Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental

4.2.6.3. Gestão das ações

4.2.6.3.1. Ação 09CK – Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos



4.2.6.3.1.1. Dados gerais

Tabela 59 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Ampliar o Ensino Fundamental para nove anos, com a inclusão das crianças de 6 anos de idade, no intuito de oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização obrigatória e assegurar maior nível de escolaridade.
Descrição	Apoio técnico-pedagógico aos Sistemas de Ensino para organização do Ensino Fundamental de 9 anos, visando garantir, nas escolas, o desenvolvimento de práticas pedagógicas que propiciem a integração entre os aspectos, físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais que caracterizam a complexidade das diversas etapas do desenvolvimento humano na infância e adolescência em prol da qualidade social da educação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEB
Unidades executoras	FNDE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COEF/SEB
Coordenador nacional da ação	Godiva de Vasconcelos Pinto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há

Esta ação tem como público-alvo os alunos matriculados no ensino fundamental de nove anos. Para assegurar o cumprimento da lei que amplia a duração desse nível de oito para nove anos e determina, até 2010, a matrícula do aluno a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental, o MEC, nesse período de transição entre uma estrutura de ensino obrigatório de oito anos para uma de nove anos de duração, vem apoiando os estados, municípios e o Distrito Federal no processo de adequação das escolas.

4.2.6.3.1.2. Resultados

A execução desta Ação em 2007 pode ser considerada atípica, uma vez que em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da Educação Básica por meio do PAR e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica, para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE, optou-se pela não execução financeira dessa ação. Assim, esta ação teve a totalidade de seus créditos previstos cancelados.

Tabela 60 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (Em R\$)	Física	Financeira (Em R\$)
15.000	6.000.000,00	0	0,00

Obs. Cancelamento total.

Produto: Aluno Beneficiado

Unidade de Medida: Unidade

Em 2007, embora não tenha havido execução financeira nesta ação, uma série de atividades foram desenvolvidas por meio de parcerias com os sistemas de ensino e o FNDE. A ação foi executada, sobretudo, por meio da participação em palestras e seminários promovidos pelos sistemas de ensino

elaboração. Complementarmente, buscando atender às demandas das instituições educacionais e considerando as solicitações do elevado número de escolas que vêm implantando o ensino fundamental de nove anos, a SEB optou por dar continuidade, em âmbito nacional, à distribuição de documentos orientadores sobre os aspectos pedagógicos, legais e administrativos que envolvem o trabalho com crianças de seis anos no ensino fundamental, que pudessem subsidiar a reflexão e o processo de discussão em cada uma das escolas e Secretarias de Educação. Dessa forma, procedeu-se à reedição do documento intitulado *Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade*, do qual foram produzidos e distribuídos 420 mil exemplares*, o que permitiu o atendimento a mais de 127 mil escolas, além de secretarias e conselhos estaduais, municipais e universidades, conforme demonstra o quadro que segue:

Quadro 36 – Demonstrativo da distribuição do documento intitulado *Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade*

Total de Exemplares distribuídos		
Região	Número de Escolas	Exemplares
Nordeste	62.146	163.039
Norte	21.058	53.910
Centro-Oeste	5.678	23.287
Sul/Sudeste	38.779	155.436
TOTAL	127.661	395.672
Secretarias estaduais e municipais + conselhos+ IFES		
TOTAL	20.047	

* reserva técnica (10%)

Para a reimpressão do referido documento, fez-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de editoração e arte-final, impressão, manuseio e distribuição do documento, cujos custos foram assegurados com créditos no valor de R\$793.000, oriundos do FNDE (Ação 0509).

Em 2007, o MEC procedeu ainda à distribuição de 37.500 kits pedagógicos para 28 mil escolas que ampliaram o Ensino Fundamental para nove anos, com base nas informações do censo 2005. Ressalte-se que, a cada 50 crianças matriculadas no 1º ano, foi distribuído 1 kit contendo:

- 2 alfabetos móveis em madeira com 36 peças de cada jogo;
- 2 jogos pedagógicos em madeira para o ensino matemático com 114 peças;
- 4 quebra-cabeças temáticos em madeira com 36 peças;
- 4 jogos de memória temáticos em madeira com 40 peças;
- 2 mosaicos geométricos com 100 peças;
- 2 ábacos com 50 peças coloridas.

Cabe esclarecer que os custos implicados na execução dessas atividades também dos Projetos de Cooperação internacional UNESCO e PNUD.

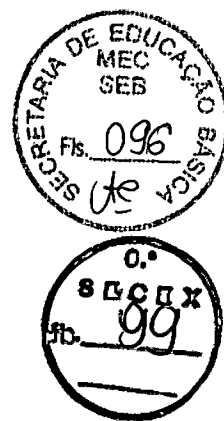
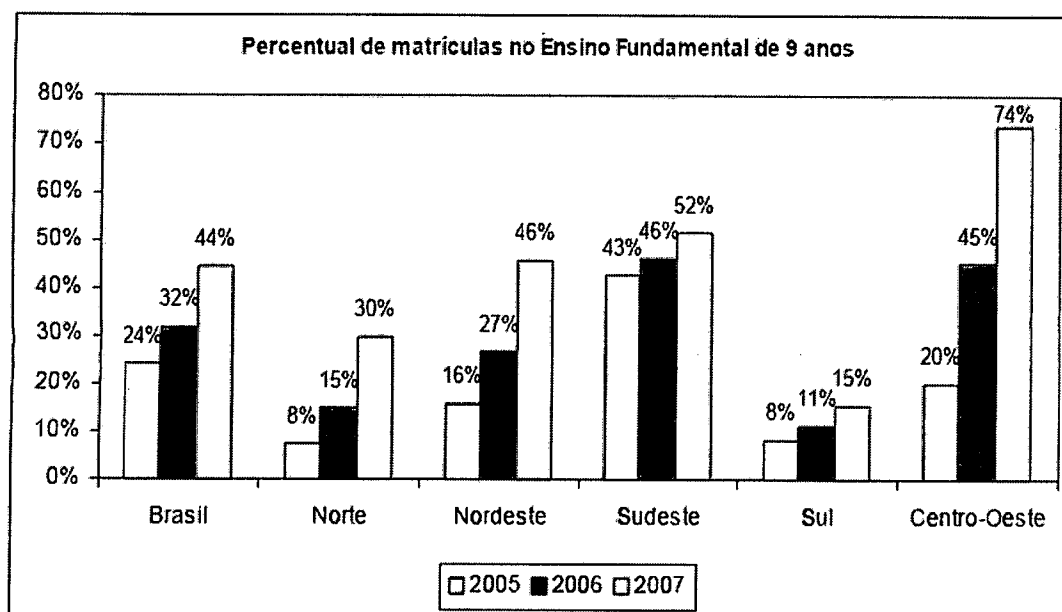
Outros itens de despesa relacionados à atividade

Item De Despesa	Fonte	Projeto	Valor Em R\$
Diárias	PNUD	BRA/03/004	501,66
Serviços (Arte-Final)	UNESCO	914-BRA/1095	1.360,00
Consultoria	UNESCO	914-BRA/1095	12.000,00

Os resultados alcançados pela atuação do MEC podem ser aferidos a partir do número de matrículas no ensino fundamental de nove anos, que passou de 8,1 milhões, em 2005, para 14,2 milhões, em 2007, conforme dados do Educacenso/INEP-2007, conforme segue:

Quadro 37 – Matrículas no Ensino Fundamental de nove anos**Número e percentual de matrículas no Ensino Fundamental 9 anos**

	2005		2006		2007	
	matrículas EF9	%	matrículas EF9	%	matrículas EF9	%
Brasil	8.113.819	24,2%	10.665.615	32,0%	14.211.963	44,3%
Norte	256.070	7,6%	508.349	15,1%	980.974	29,9%
Rondônia	30.296	9,7%	39.259	12,6%	130.965	43,4%
Acre	5.929	3,9%	5.838	3,7%	9.892	6,4%
Amazonas	148.900	19,0%	228.305	28,5%	452.068	58,4%
Roraima	1.863	2,3%	4.405	5,2%	7.904	9,5%
Para	56.931	3,5%	94.153	5,9%	122.296	7,9%
Amapá	0	0,0%	1.076	0,8%	4.313	3,1%
Tocantins	12.151	4,5%	135.313	49,1%	253.536	91,2%
Nordeste	1.771.807	15,8%	2.916.487	26,8%	4.638.042	45,6%
Maranhão	157.132	10,2%	297.328	19,8%	384.659	27,2%
Plauí	128.555	18,6%	233.448	34,9%	276.037	44,2%
Ceara	724.407	42,0%	891.685	52,6%	1.596.103	98,4%
R. G. do Norte	299.682	50,8%	568.523	96,6%	562.380	99,4%
Paraíba	76.010	9,3%	232.840	30,0%	574.859	80,8%
Pernambuco	168.208	9,8%	218.452	13,0%	304.696	19,6%
Alagoas	12.593	1,8%	81.703	11,6%	255.086	38,2%
Sergipe	6.318	1,6%	12.846	3,2%	75.983	20,0%
Bahia	198.902	6,7%	379.662	13,2%	608.239	23,1%
Sudeste	5.248.914	42,6%	5.663.149	45,9%	6.253.043	51,6%
Minas Gerais	3.016.901	88,5%	3.168.985	94,8%	3.082.341	95,2%
Espírito Santo	11.934	2,1%	39.969	7,1%	90.246	16,3%
Rio de Janeiro	2.104.017	84,9%	2.143.013	88,3%	2.211.497	95,9%
São Paulo	116.062	2,0%	311.182	5,2%	868.959	14,4%
Sul	345.335	8,2%	475.038	11,2%	649.258	15,4%
Paraná	126.375	7,6%	122.371	7,4%	93.004	5,5%
Santa Catarina	80.227	8,5%	122.162	12,8%	247.381	26,9%
R. G. do Sul	138.733	8,5%	230.505	14,0%	308.873	19,0%
Centro-Oeste	491.693	20,1%	1.102.592	45,2%	1.690.646	73,5%
M. G. do Sul	642	0,1%	1.063	0,2%	407.527	96,5%
Mato Grosso	284.033	47,2%	306.743	53,0%	327.960	62,5%
Goiás	198.315	19,3%	772.095	74,8%	886.427	91,6%
Distrito Federal	8.703	2,3%	22.691	5,8%	68.732	17,9%

Gráfico 2 – Matrículas no Ensino Fundamental de nove anos

Em 2007, o MEC teve ainda participação ativa em reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE) a fim de dar início ao processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista a ampliação do ensino fundamental para nove anos.

No que diz respeito à melhoria da comunicação com a população e os parceiros institucionais, a SEB introduziu na página do MEC as perguntas mais frequentes, e suas respectivas respostas, sobre a ampliação do ensino fundamental para nove anos, tendo por base a realidade atual da implementação do Programa e o Parecer no 7/2007 do CNE (2007).